UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS – NÍVEL DE MESTRADO E DOUTORADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: LINGUAGEM E SOCIEDADE

NATHÁLIA ROHDE FAGUNDES

MODALIZADORES DEÔNTICOS DE NECESSIDADE PROPOSICIONAIS E INTERACIONAIS EM CARTA POLÍTICA

CASCAVEL – PR
2025

NATHÁLIA ROHDE FAGUNDES

MODALIZADORES DEÔNTICOS DE NECESSIDADE PROPOSICIONAIS E INTERACIONAIS EM CARTA POLÍTICA

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE - para obtenção do título de Mestre em Letras, junto ao Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Letras, nível de Mestrado e Doutorado - área de concentração Linguagem e Sociedade.

Linha de Pesquisa: Estudo e descrição de fenômenos linguísticos, culturais e de diversidade.

Orientadora: Profa. Dra. Aparecida Feola Sella.

CASCAVEL – PR
2025

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Rohde Fagundes, Nathália
Modalizadores deônticos de necessidade proposicionais e interacionais em carta política / Nathália Rohde Fagundes; orientadora Aparecida Feola Sella. -- Cascavel, 2025.
131 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico Campus de Cascavel) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2025.

1. Modalização deôntica. 2. Proposicional. 3. Interacional. 4. Carta Política. I. Feola Sella, Aparecida, orient. II. Título.

NATHÁLIA ROHDE FAGUNDES

MODALIZADORES DEÔNTICOS DE NECESSIDADE PROPOSICIONAIS E INTERACIONAIS EM CARTA POLÍTICA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de Mestra em Letras, área de concentração Linguagem e Sociedade, linha de pesquisa Estudo e descrição de fenômenos linguísticos, culturais e de diversidade, APROVADO(A) pela seguinte banca examinadora:

Orientador(a) - Aparecida Feola Sella
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)

Márcia Andrea dos Santos
Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)

Luciane Thomé Schröder
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)

Renan Paulo Bini
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)

Letícia Jovelina Storto
Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP)

Cascavel, 10 de março de 2025

AGRADECIMENTOS

À professora Dra. Aparecida Feola Sella, pela orientação dedicada, pelos exemplos de conhecimento e pelos inúmeros ensinamentos, tanto na pesquisa quanto na docência.

À CAPES / CNPq pela concessão da bolsa durante o período de mestrado, o que contribuiu significativamente com a qualidade da pesquisa efetivada.

Aos professores Dra. Luciane Thomé Schröder, Dra. Márcia Andrea dos Santos, Dr. Renan Paulo Bini, Dra. Letícia Jovelina Storto, membros das bancas de qualificação e de defesa, pela leitura cuidadosa e apontamentos valiosos.

À amiga e colega Andréia Aparecida Colares, por dividir comigo a jornada de mestrado, pela ajuda pronta e pelo ombro amigo.

Aos professores do PPGL, pelas aulas elucidadoras, que contribuíram imensamente para a minha formação como pesquisadora.

Aos meus pais, pelo apoio incondicional e por priorizarem sempre a minha educação.

Aos familiares e amigos, pelo apoio e compreensão durante o período de mestrado.

FAGUNDES, Nathália Rohde. **Modalizadores deônticos de necessidade proposicionais e interacionais em carta política**. 2025. 131 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, 2025.

RESUMO

Desenvolveu-se estudo sobre o funcionamento dos modalizadores deônticos de necessidade, no nível proposicional e no nível interacional, presentes na carta política "Garantir o direito à alimentação e combater a fome em tempos de coronavírus: a vida e a dignidade humana em primeiro lugar!" (FBSSAN, 2020), produzida e publicada no primeiro semestre da pandemia da Covid-19. Por meio de pesquisa teórica, qualitativa, orientada por uma análise descritivo-interpretativista, fundamentada nos princípios da Linguística Textual e de Estudos Funcionalistas, buscou-se verificar o funcionamento dos modalizadores deônticos de necessidade proposicionais e interacionais em uma carta política. Esta pesquisa justifica-se por haver poucos trabalhos relacionados com o gênero carta política e por tratar-se de um espaço relativamente apropriado para ocorrência de diferentes e mesmo conflitantes elementos de teor deôntico. A seleção, classificação e análise dos modalizadores seguem, como base teórica, principalmente, os trabalhos de Lyons (1977), Dascal (1986), Neves (1986; 2000; 2006), Koch (2011), Corbari (2008; 2013) e Oliveira (2022). Já a consideração sobre o gênero carta política segue Sussmann (1959; 1962), Marcuschi (2005; 2008) e Bazerman (2020). A ocorrência de modalizadores deônticos mostrou-se relacionada diretamente com "enunciados deônticos", aqui considerados porções textuais imediatamente anteriores às porções textuais em que os respectivos modalizadores são utilizados, o que reforça a noção de obrigatoriedade mobilizada, de forma geral, no texto. Não houve diferença significativa quanto à relação do modalizador deôntico de necessidade mobilizado (proposicional ou interacional) com o enunciado deôntico imediatamente anterior. Os dois tipos de modalizadores ora acrescentam recomendações, ora indicam a maneira como a recomendação anterior deve ser seguida, ora ainda detalham a recomendação anterior. A diferença está, basicamente, no conteúdo das recomendações relacionadas a cada tipo de modalizador. Esta pesquisa contribui para o estudo dos modalizadores deônticos de necessidade na relação com o gênero textual em pauta, uma vez que verifica tais elementos linguísticos em texto desenvolvido em momento de grande relevância política e social, que foi a pandemia da Covid-19. Contribui, também, para o avanço dos estudos de modalização, ao investigar os elementos modalizadores e seus padrões de uso em relação à camada de interação e ao conteúdo proposicional.

Palavras-chave: Modalização deôntica; Proposicional; Interacional; Carta Política.

FAGUNDES, Nathália Rohde. **Propositional and interactional deontic necessity modalizers in a political letter**. 2025. 131 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, 2025.

ABSTRACT

This study was conducted on the functioning of deontic necessity modalizers at both the propositional and interactional levels, as observed in the political letter "*Garantir o direito à alimentação e combater a fome em tempos de coronavírus: a vida e a dignidade humana em primeiro lugar!*" (FBSSAN, 2020), which was produced and published in the first semester of the Covid-19 pandemic. Through a theoretical, qualitative study guided by a descriptive-interpretative analysis, grounded in the principles of Text Linguistics and Functionalist Studies, this research aimed to determine whether differences and/or similarities existed in the functioning of these modalizers in the aforementioned political letter. This study is justified by the scarcity of research on the political letter genre and by the fact that this genre provides a relatively suitable space for the occurrence of different and even conflicting deontic elements. The selection, classification, and analysis of the modalizers are theoretically based primarily on the works of Lyons (1977), Dascal (1986), Neves (1986; 2000; 2006), Koch (2011), Corbari (2008; 2013), and Oliveira (2022). The discussion on the political letter genre follows the perspectives of Sussmann (1959; 1962), Marcuschi (2005; 2008), and Bazerman (2020). The occurrence of deontic modalizers was found to be directly related to "deontic statements", understood here as textual segments immediately preceding the segments in which the respective modalizers appear, reinforcing the notion of obligation generally conveyed throughout the text. No significant difference was observed in the relationship between the deontic necessity modalizer (whether propositional or interactional) and the preceding deontic statement. Both types of modalizers serve to introduce new recommendations, indicate how a previous recommendation should be followed, or further elaborate on a previous recommendation. The primary distinction lies in the content of the recommendations associated with each type of modalizer. This study contributes to the analysis of deontic necessity modalizers concerning the political letter genre by examining these linguistic elements in a text produced during a politically and socially significant period—the Covid-19 pandemic. Additionally, it advances research on modalization by investigating modalizing elements and their patterns of use concerning the interactional layer and propositional content.

Keywords: Deontic Modalization; Propositional; Interactional; Political Letter.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO ... 9

2 MODALIZADORES DEÔNTICOS NO NÍVEL PROPOSICIONAL E INTERACIONAL ... 12

2.1 MODALIZAÇÃO, MODALIDADE E PROPOSIÇÃO ... 12

2.2 MODALIZAÇÃO COMO ESTRATÉGIA ARGUMENTATIVA E ENFOQUE NOS EIXOS EPISTÊMICO E DEÔNTICO ... 19

2.3 MODALIZAÇÃO DEÔNTICA ... 25

2.4 TIPOS DE MODALIZADORES DEÔNTICOS ... 30

3 CARTA POLÍTICA: UM GÊNERO POUCO ESTUDADO ... 35

3.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A LINGUÍSTICA TEXTUAL E O TEXTO ... 35

3.2 BREVE NOÇÃO DE GÊNERO ... 39

3.3 GÊNERO CARTA POLÍTICA ... 46

3.3.1 Cartas políticas na História ... 51

3.3.2 Os estudos de Sussmann (1959; 1962) sobre as cartas políticas americanas da década de 1930 ... 54

3.3.3 As cartas políticas contemporâneas do Brasil ... 60

3.3.4 Características do gênero carta política ... 62

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS ... 66

4.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA ... 66

4.2 PROCEDIMENTOS DE SELEÇÃO DO *CORPUS* ... 67

4.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O FBSSAN E CONTEXTO DE PRODUÇÃO DA CARTA POLÍTICA QUE COMPÕE O *CORPUS* ... 69

4.4 ALGUMAS OBSERVAÇÕES SOBRE A CARTA POLÍTICA ANALISADA ... 73

5 MODALIZADORES DEÔNTICOS DE NECESSIDADE NOS NÍVEIS PROPOSICIONAL E INTERACIONAL ... 76

5.1 ENUNCIADOS DEÔNTICOS E MODALIZADORES NA CARTA POLÍTICA ... 77

5.2 ANÁLISE DOS MODALIZADORES DEÔNTICOS DE NECESSIDADE PROPOSICIONAIS NO TEXTO ... 80

5.3 ANÁLISE DOS MODALIZADORES DEÔNTICOS DE NECESSIDADE INTERACIONAIS NO TEXTO ... 86

5.4 DISCUSSÃO DOS DADOS ... 93

CONSIDERAÇÕES FINAIS ... 98

REFERÊNCIAS ... 100

APÊNDICE A ... 106

ANEXO A ... 116

1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem como tema modalizadores deônticos de necessidade proposicionais e interacionais em carta política, produzida pelo Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN), e publicada no primeiro semestre da pandemia da Covid-19.

Os textos, independentemente de sua configuração, apresentam estratégias de argumentação, o que é uma característica constitutiva da linguagem e caracteriza-se como uma "situação de confrontação discursiva" (Petroni, 2005, p. 114). Só existe argumentação se há desacordo, divergência de opinião e oposição de discurso. Nesse sentido, uma condição para que se produza um discurso argumentativo é a discutibilidade do objeto de discurso, e argumentar é "construir um ponto de vista para levar o interlocutor a aceitá-lo como, pelo menos, possível" (Petroni, 2005, p. 121).

O locutor deve, assim, articular posições, opiniões e pontos de vista que representam seu modo de ver as coisas e seu objetivo, construindo o texto de modo que este se torne aceitável/aceito pelo interlocutor. Para que o locutor alcance tal objetivo, ele deve "necessariamente 'projetar-se' no texto, instaurando a voz argumentativa que o torna responsável pela opinião/posição/ponto de vista que expressa e defende" (Petroni, 2005, p. 122). Além disso, ao argumentar, esse locutor mobiliza diversos recursos semântico-discursivos, que variam de um gênero textual para outro, de acordo com as funções de cada gênero e esferas em que esse está inserido (Adelino; Nascimento, 2018). Uma das formas de expressar opiniões nos enunciados linguísticos é por meio dos modalizadores, que constituem o objeto desta pesquisa.

Os modalizadores verbalizam a atitude do produtor com respeito à proposição e marcam uma atitude do produtor em relação ao seu interlocutor, deixando, assim, pistas do que deseja ou de como quer que seu discurso seja lido, e configuram estratégia argumentativa (Adelino; Nascimento, 2018). Com base nisso, este estudo busca avaliar os modalizadores deônticos de necessidade, que expressam obrigatoriedade, no gênero carta política.

Este trabalho trata-se de ampliação do estudo desenvolvido na monografia de conclusão de curso (Fagundes, 2022), que tinha como objeto de estudo modalizadores deônticos em artigos de opinião produzidos por alunos, em contexto de sala de aula, e por articulistas. Observou-se que, no artigo de opinião, se produzido em contexto de sala de aula, ao argumentar e usar marcas linguísticas de opinião, como os modalizadores, os alunos o faziam em função de uma avaliação. Nos artigos de opinião produzidos por articulistas, por mais que o autor do

artigo tenha liberdade para escolher o assunto e a forma como trata dele, a fala é consentida pela empresa e, portanto, também não representa de maneira plena a opinião dos produtores. Surgiu, então, a necessidade de analisar o funcionamento dos modalizadores deônticos em um gênero e temática que favoreçam os interesses e opiniões dos produtores do texto e verificar encaminhamentos de demandas de forma recorrente.

Desse modo, recorreu-se a textos publicados durante a pandemia da Covid-19, momento que favoreceu manifestações sociais a respeito dos problemas causados pela situação. Primeiramente, elegemos o gênero manifesto e, na busca de textos representativos do gênero no recorte temático escolhido, encontramos um trabalho intitulado "O que reivindica a sociedade civil: manifestos públicos em tempos de Covid-19" (Pismel; Teixeira, 2020), que traz um compilado de manifestos publicados durante o ano de 2020, os quais discutem temas relacionados ao contexto da pandemia. Dentre os textos contidos nesse compilado, um nos chamou a atenção porque, na sua publicação original, é classificado como carta política, e por apresentar grande recorrência de modalizadores.

O texto em questão é intitulado "Garantir o direito à alimentação e combater a fome em tempos de coronavírus: a vida e a dignidade humana em primeiro lugar!" e compõe o *corpus* desta pesquisa. Foi organizado pelo Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN) e assinado por mais de 150 entidades civis diversas. O texto foi publicado originalmente em 24 de março de 2020, na página do FBSSAN, e estão disponíveis também suas versões em inglês e espanhol.

Ao buscar estudos prévios sobre o gênero carta política, encontramos apenas dois estudos nas plataformas de busca de trabalhos científicos que investigam o gênero e sua circulação (Sussmann, 1959; 1962). As plataformas utilizadas para a busca foram o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes; Scielo Brasil; Oasisbr. Quando buscamos pelos termos **carta política** e **modalização**, com a aba **todos os campos** selecionada, nenhum resultado foi encontrado.

A pesquisa justifica-se por contribuir para o avanço nos estudos dos modalizadores deônticos de necessidade em relação ao conteúdo proposicional e nos estudos de gêneros textuais, já que analisamos uma carta política, gênero ainda pouco explorado. O termo **carta política** não foi encontrado no *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*[1], nem no *Dicionário de gêneros textuais* (Costa, 2008). O termo é reconhecido, no entanto, no âmbito do direito, porém tem um sentido diferente do que o empregado no texto em questão. No âmbito do direito,

[1] https://dicionario.priberam.org [consultado em 10-02-2025].

carta política faz referência à constituição (Martinez, 2021). Ainda assim, o gênero carta política está em circulação e compreende características que o diferenciam de outros gêneros de opinião e da esfera política.

Em relação aos modalizadores deônticos de necessidade presentes no *corpus*, verificamos uma diferença de função quando se toma o conteúdo proposicional e quando se considera a porção mais interacional do texto. Então, levantamos a seguinte pergunta de pesquisa: O que diferencia os modalizadores de necessidade deôntica proposicionais dos interacionais em uma carta política?

Para responder à pergunta de pesquisa, elaborou-se uma pesquisa teórica qualitativa, orientada por uma análise descritivo-interpretativista, fundamentada nos princípios de Estudos Funcionalistas e da Linguística Textual, que tem o texto como objeto de estudo (Koch, 2009). Consideramos aqui o paradigma interpretativista, que avalia ser impossível observar o mundo independentemente das práticas sociais e resultados vigentes (Bortoni-Ricardo, 2008).

O objetivo geral desta pesquisa é verificar o funcionamento dos modalizadores deônticos de necessidade proposicionais e interacionais em uma carta política. A partir do objetivo geral, definiram-se os específicos: 1. Descrever o que caracteriza um texto representativo do gênero carta política; 2. Verificar se há relação textual entre os modalizadores deônticos; 3. Observar se, no texto analisado, há ocorrência de modalizadores deônticos no nível interacional e no nível proposicional; 4. Distinguir o tipo de relação estabelecida entre tais elementos e verificar qual o tipo de diferença que se estabelece.

Esta pesquisa ancora-se, com relação a modalização linguística, em trabalhos como os de Lyons (1977); Castilho e Castilho (1992); Koch (2009; 2011); Nascimento (2010); Neves (1996; 2000); Corbari (2008, 2013); Dascal (1986) e Parret (1988).

Além da seção de introdução, este trabalho conta com outras quatro seções e considerações finais. Na seção seguinte, discutimos questões teóricas relacionadas à proposição e à modalização linguística e deôntica, em seguida, discutimos questões relacionadas à Linguística Textual e ao texto, gêneros textuais, e o gênero carta política; então, consta a seção de metodologia, em que explicitamos os processos metodológicos e de escolha do *corpus*; em seguida, a seção de análise e, por fim, as considerações finais.

2 MODALIZADORES DEÔNTICOS NO NÍVEL PROPOSICIONAL E INTERACIONAL

Nesta seção, apresenta-se a base teórica que fundamenta esta pesquisa acerca da modalização linguística e enfocam-se os modalizadores deônticos de necessidade no nível proposicional e interacional. Alguns trabalhos que compõem este aporte teórico são os de Lyons (1977); Dascal (1986); Neves (1986; 2000; 2006); Castilho e Castilho (1992); Corbari (2008; 2013); Koch (2009; 2011); Nascimento (2010); Oliveira (2022), entre outros.

A modalização recebe diferente tratamento dentro da Linguística, o que pode ser justificado pela variação da conceituação do termo, pelo campo de estudo envolvido, pelas orientações teóricas envolvidas e pela ênfase assumida em um ou outro tipo de modalidade (Neves, 2006). Nesta seção, inicialmente discutem-se as acepções dadas a modalização e modalidade por alguns teóricos; a relação entre os modalizadores e o conteúdo proposicional e as camadas de significação (Dascal, 1986; Corbari; 2008). Em seguida, apresentam-se as noções de modalização consideradas neste trabalho. Enfoca-se, então, a modalização deôntica, central para este estudo, e, por fim, trata-se dos tipos de modalizadores deônticos.

2.1 Modalização, modalidade e proposição

Para compreendermos a modalização, primeiramente precisamos compreender o conteúdo proposicional. Castilho e Castilho (1992) recuperam a definição de *dictum* e *modus* da Gramática Tradicional: o primeiro é o componente proposicional, e o segundo é o componente modal, que discutiremos mais à frente. Conforme Castilho (2010), o *dictum* é gramaticalmente formado pelo sujeito e seu predicado.

Na Lógica Clássica, considera-se que o pensamento é constituído a partir de um ponto de partida e de uma declaração feita a partir desse. A sentença, que seria essa declaração, tem duas funções sintáticas, a de sujeito e a de predicado, uma organização gramatical com duas partes. Já o termo proposição é usado para designar a reunião do sujeito ao predicado. Sujeito e predicado são, então, o que configura a parte essencial da estrutura funcional da sentença, e, por isso, as definições funcionalmente exatas concentram-se no *dictum* (Castilho, 2010).

Na obra *Da Interpretação* (2016)[2], Aristóteles divide as proposições em categóricas e modais. As proposições categóricas são divididas em nome e verbo, que mais tarde serão sistematicamente denominados pelo mesmo de **sujeito** e **predicado** (Oliveira, 2013). Para o filósofo, as marcas escritas simbolizam os sons emitidos pela voz, que, por sua vez, simbolizam as afeções da alma. Do mesmo modo que as marcas escritas não são as mesmas para todos, os sons vocais também não são. Assim como, na alma, há pensamentos que não expressam nem uma verdade nem uma falsidade, na voz, isso também ocorre, porque a noção de falso e verdadeiro está relacionada à combinação e à separação (Aristóteles, 2016).

Por isso, os nomes e verbos, por si só, assemelham-se aos pensamentos sem combinação ou separação. Aristóteles (2016) exemplifica essa ideia com os nomes **homem** e **branco**, que, por mais que tenham um significado, por si só não são nem verdadeiros nem falsos. Um nome não é uma proposição, mas, sim, um som vocal, significativo por convenção, que não expressa tempo, e nenhuma de suas partes é significativa separadamente. Quando afirma que um nome é significativo por convenção, fá-lo porque um nome apenas é significativo quando se torna um símbolo (Aristóteles, 2016).

Para o filósofo, o verbo é o que significa o tempo; **corrida** é um nome, mas **corre**, que é verbo, indica que pertence ao agora. O verbo é sempre um sinal de algo que pertence a um sujeito. Assim como na definição de nome, nenhuma de suas partes tem significado separadamente, além de que, se dito por si mesmo, não tem significação alguma também (Aristóteles, 2016).

Em relação às proposições modais, em *Da Interpretação*, são mencionados os modalizadores **possível** e **não possível**; **contingente** e **não contingente**; **impossível** e **necessário** (Aristóteles, 2016). Conforme Santos (2016), na Lógica Tradicional, distinguia-se, em um enunciado modal, o *dictum*, em que se atribui um predicado a um sujeito, e o *modus*, em que a modalidade da atribuição é especificada.

Como aponta Oliveira (2013), além do sentido estritamente lógico da modalidade em Aristóteles, há também um sentido ontológico. São propostas, então, por Aristóteles, as seguintes escalas ôntico-modais: "Umas coisas são em ato sem potência (como as substâncias primeiras), outras são-no com potência (e estas são anteriores por natureza, mas posteriores no tempo) e outras nunca são em ato, mas somente em potência" (Aristóteles, 2016, p. 206-207). Oliveira (2013) exemplifica essas escalas ôntico-modais propostas por Aristóteles:

---

[2] Aqui a data da publicação da obra *Da Interpretação* consta como 2016 porque utilizamos como fonte de pesquisa a obra traduzida por Santos, mas o conteúdo da obra foi produzido originalmente por Aristóteles, que viveu entre 384 e 322 a.C.

> 1) Ato puro, substância sem potência, isto é, 'certos seres têm o ato sem potência, por exemplo, as substâncias primeiras'. [...] Tal é o *necessário*.
> 2) Seres compostos de potência e de ato, isto é, 'outros têm o ato com a potência'. [...] Tal é o *possível* e o *contingente.*
> 3) Potência pura, a matéria prima, isto é, 'os que nunca estão em ato, mas são puras potências'. [...]Tal é o *impossível* (Oliveira, 2013, p. 67).

Os modalizadores determinam a necessidade, possibilidade, impossibilidade ou contingência do dito. Aristóteles (2016) considera modalidade como uma determinação de natureza adverbial ou adjetiva, que pode afetar o sujeito, o verbo ou o predicado. Oliveira (2013) não considera essa concepção de modalidade, por ser de natureza puramente gramatical, já que não decorreria daí nenhum sistema e, qualquer teoria envolvendo noções seria impossível de ser construída.

Segundo Koch (2011), as modalidades tradicionalmente reconhecidas, aléticas, ontológicas ou aristotélicas, referem-se ao eixo da existência, ou seja, aos valores de verdade das proposições e são, portanto, extensionalmente motivadas. Koch (2011) exemplifica com a ideia de Aristóteles de que os enunciados de uma ciência nem sempre são simplesmente verdadeiros, já que podem se formular como necessariamente verdadeiros ou como possivelmente verdadeiros. Em Aristóteles (2016), é discutida, então, a existência de duas formas de negação: a interna, que nega a proposição, como **não ser**, e a externa, que nega o operador modal, como em **não possível ser** (Aristóteles, 2016, p. 200). A possibilidade e a necessidade modificam, assim, o sentido da simples verdade e, porque estão intimamente relacionadas entre si, podem ser definidas uma a partir da outra, com ajuda da negação (Koch, 2009).

Embora a Linguística tenha herdado da Lógica Clássica a categoria modalização, como afirma Corbari (2013), os estudos linguísticos têm se afastado da lógica por esta não dar conta de recobrir o funcionamento das línguas naturais. Exemplo disso é o fato de que as línguas naturais dispõem, por exemplo, dos mesmos meios linguísticos para diferentes propósitos enunciativos (Neto, 2006). É possível expressar, por meio do modalizador **poder**, possibilidade epistêmica, como em "**pode** chover amanhã", e permissão, como na fala de uma professora aos alunos "**podem** consultar os materiais". Ou ainda, por meio do modalizador **dever**, necessidade deôntica, quando um chefe diz aos funcionários "vocês **devem** ser pontuais", e possibilidade epistêmica[3], como na previsão "**deve** chover amanhã". A modalidade alética, no entanto,

[3] As noções de epistêmico e deôntico são discutidas na seção 2.2.

define-se de acordo com as relações de verdade estabelecidas entre as proposições e seu universo de realização, segundo Neves (2006), e é pouco provável que um conteúdo em um ato de fala veicule uma verdade que não tenha passado pelo julgamento do falante, o que possibilita uma variedade de sentidos submetidos ao contexto ou outras variáveis (Corbari, 2013).

Para os estudos da Linguística, o *modus* é constituído por meios suprassegmentais, como a entoação afirmativa, interrogativa, imperativa, exortativa, dubitativa; meios morfológicos, como os morfemas modais do verbo; e meios lexicais, como os verbos, adjetivos e advérbios modalizadores, e classifica uma qualificação do conteúdo de acordo com o julgamento do falante (Castilho, 2010). Castilho e Castilho (1992) retomam a definição de *modus* da Gramática Tradicional, que considera que esse julgamento pode aparecer de duas maneiras no enunciado:

> 1 – O falante apresenta o conteúdo proposicional numa forma assertiva; interrogativa e jussiva (imperativa ou optativa). 2 – O falante expressa seu relacionamento com o conteúdo proposicional, avaliando seu teor de verdade ou expressando seu julgamento sobre a forma escolhida para a verbalização desse conteúdo (Castilho; Castilho, 1992, p. 201).

O primeiro caso é geralmente classificado como modalidade, e o segundo como modalização. Entretanto, Castilho e Castilho (1992, p. 201) questionam essa designação, uma vez que sempre há uma avaliação prévia do falante sobre o conteúdo que ele veicula, e a escolha entre afirmar ou negar esse conteúdo, por exemplo, é resultado disso.

Neves (2006, p. 152), em concordância com Castilho e Castilho (1992), questiona a possibilidade de existência de um enunciado não modalizado quando afirma que "se a modalidade é, essencialmente um conjunto de relações entre o locutor, o enunciado e a realidade objetiva, é cabível propor que não existam enunciados não-modalizados". Para a autora, do ponto de vista comunicativo-pragmático, a modalização pode ser considerada uma categoria "automática", uma vez que não é possível que o falante não deixe marcas em seu enunciado em relação à verdade do fato expresso e de atribuir a ele certo grau de certeza sobre essa marca. Tomar a definição da gramática tradicional significaria, então, admitir que alguns enunciados podem ser neutros e que, ao se utilizar desses enunciados, o sujeito apenas retrataria a realidade objetiva, e não emitiria posicionamento (Quadros; Eckstein; Sella, 2017).

Koch (2011) discute a importância básica dos operadores modais **crer** e **saber**, que regem todo ato de enunciação, uma vez que todo ato de enunciação requer um conhecimento mínimo do enunciador sobre a proposição que veicula e deve ser compatível com suas outras enunciações. Desse modo, se a enunciação de um enunciado pode ser modalizada por outros

operadores modais, como **dever**, **querer**, **poder**, ela sempre implica a existência dos operadores crer ou saber, que estão, então, sempre ligados ao evento de produção do enunciado, e configuram-se como pressuposto geral das outras modalidades (Koch, 2011). Por mais que os operadores modais **crer** e **saber** possam aparecer no enunciado de maneira explícita, sua existência implícita é mais comum e, segundo Koch (2011), é recorrente o uso da modalidade implícita como estratégia de se passar a impressão de um discurso neutro, como no caso dos gêneros científicos, por exemplo. Considerar o **crer** e o **saber** como pressuposto geral das outras modalidades e a possibilidade de sua ocultação fortalece a ideia de que "não existem enunciados neutros e, em decorrência, de que a argumentatividade é uma característica inerente à linguagem humana" (Koch, 2011).

De acordo com Lyons (1977), tanto na Linguística como na lógica, o termo modalidade provoca uma série de interpretações conflitantes, porque há uma aproximação entre os termos **modo** e **modal**. O autor, entretanto, prefere utilizar para o termo **modo** o sentido atribuído pela Gramática Tradicional. Para Lyons (1977), o termo **modo** refere-se às categorias gramaticais denominadas de indicativo, subjuntivo e imperativo.

Nesta pesquisa, avalia-se como metodologicamente pertinente considerar modalidade e modalização conceitos distintos, já que entendemos que dizem respeito a categorias linguísticas distintas, e nossa análise é feita a partir de elementos modalizadores *stricto sensu*, em que se encaixam os epistêmicos e deônticos (Koch, 2011).

Concordamos, no entanto, com Corbari (2008), quando questiona a possibilidade de se estabelecerem limites precisos entre o *dictum* e o *modus*. Corbari (2008) apoia-se em Neves (2006) para argumentar que, em algumas ocasiões, o limite entre o modalizador e o conteúdo proposicional não é bem definido. Neves (2006, p. 170) exemplifica:

> [a] A vida **provavelmente** tem músculos e sossego.
> [b] **É provável** que a vida tenha músculos e sossego.

No primeiro exemplo, o modalizador encontra-se **integrado** no conteúdo proposicional, enquanto, no segundo caso, ele está **extraído** (Neves, 2006; Corbari, 2008). Neste trabalho, consideramos esses dois tipos de manifestação da modalização, uma vez que, em nosso *corpus*, encontram-se os dois casos.

Dascal (1986), ao abordar significação, já validava com sua teoria que o conteúdo proposicional e a camada modal podem estar interligados. De acordo com Dascal (1986), o significado de um enunciado está, normalmente, restrito ao conteúdo proposicional. A

significação, por sua vez, está relacionada a uma série de fatores, além do conteúdo proposicional, como o motivo de enunciação do falante e sua motivação; a força ilocucionária do enunciado, o grau de envolvimento do falante com o enunciado, as mensagens indiretas e implicitações que o enunciado pode transmitir; as informações não intencionais sobre o falante e suas crenças que possam ser inferidas a partir do enunciado etc. (Dascal, 1986). Dascal (1986, p. 200) afirma, no entanto, que, apesar dos fatores mencionados, que são, de certo modo, indeterminados, a significação é "razoavelmente bem estruturada, à maneira de uma cebola". Para o autor, os fatores relacionados à significação constituem **camadas**, como as de uma cebola; algumas mais internas, outras mais externas ao enunciado, como explicita no trecho a seguir:

> As mais internas são as que estão relacionadas com o "conteúdo proposicional" e são normalmente explicadas pela semântica, enquanto que as mais externas (i.e. as relacionadas às implicações conversacionais) tem sido tradicionalmente associadas à pragmática. Naturalmente. tem havido muita discussão sobre as camadas intermediárias (i.e. forças ilocucionárias) e até o momento não há consenso se elas pertencem à semântica ou à pragmática. Não precisamos nos preocupar com essa discussão aqui, desde que admitamos que essas camadas podem ser discernidas e que a interpretação de uma enunciação não pode, em princípio, desconhecer nenhuma delas para que possa ser "totalmente" entendida (Dascal, 1986, p. 200-201).

Compreendemos, portanto, que, quanto mais integrado no conteúdo proposicional, mais interna é a camada a que o modalizador pertence. Já quando o modalizador está extraído do conteúdo proposicional, esse pertence às camadas mais externas.

Conforme Castilho e Castilho (2010), as significações concentradas na camada proposicional derivam de duas operações semânticas: selecionar um tema e formular uma declaração a partir do tema. Para os autores, as significações nessa camada estão relacionadas com a função informacional das línguas. Ao se referirem à camada intermediária, Castilho e Castilho (1992) usam o termo camada modal. Nessa camada, as significações decorrem de uma avaliação do falante a respeito daquilo que ele fez constar na camada proposicional. Já na camada pragmática, as significações são geradas no espaço do discurso, que "compreende as molduras dentro das quais os falantes se encaixam, as inferências e as pressuposições com que recheiam interlocução, relações de simetria e assimetria entre falante e interlocutor e suas consequências na codificação/descodificação da mensagem etc." (Castilho; Castilho, 1992, p. 214).

Corbari (2008), ao discutir sobre os modalizadores deônticos e epistêmicos, em seu estudo sobre os processos de modalização definidos pelo par **é + adjetivo** em artigos de opinião, relaciona as ocorrências de modalizadores de seu *corpus* com as camadas de significação: (1) camada proposicional; (2) camada modal; (3) camada pragmática, exemplificados nos recortes a seguir, retirados do trabalho de Corbari (2008, p. 29) e comentados pela autora.

> [c] Na primeira parte, **é nobre** o desígnio do artigo apresentado pelo autor: pedir que os debates ocorram de forma educada, ponderada, sem injúrias pessoais.
> [d] **É bem provável** que matérias de conteúdo semelhante tenham sido produzidas aos montes.
> [e] **É preciso** vencer o medo de desvelar a caixa-preta do jornalismo político, sob pena de não construirmos, efetivamente, uma sociedade democrática (Corbari, 2008, p. 29).

A autora comenta que as expressões modalizadoras representativas de seu *corpus* de análise, constituídas pelo par **é+adjetivo**, estão dispostas em três ordens distintas: (1) na camada proposicional, em que o modalizador participa da construção do conteúdo proposicional, "trazendo para o primeiro plano ao se topicalizar a informação veiculada pela estrutura modalizadora - uma avaliação de uma certa realidade, posta como uma 'verdade'" (Corbari, 2008, p. 29) (fragmento [c]); (2) na camada modal, onde o modalizador expressa a avaliação (= possibilidade) do falante sobre o conteúdo veiculado na proposição (fragmento [d]); (3) na camada pragmática, em que o modalizador correlaciona o falante e o interlocutor engajados na conversação com o conteúdo das proposições criadas (fragmento [e]) (Corbari, 2008).

Em nosso *corpus*, encontramos ocorrências representativas de modalização nas três camadas: (1) camada proposicional; (2) camada modal; (3) camada pragmática, conforme exemplos a seguir:

> [f] Esses alimentos **precisam** estar disponíveis, de forma estável e permanente, até que essas pessoas sejam capazes de os assegurar por si mesmas (o que envolve o fortalecimento de políticas estruturantes) (FBSSAN, 2020, grifo nosso).
> [g] **É fundamental** que essas medidas sejam tomadas em parceria com os conselhos de participação social, especialmente os conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), de Assistência Social, Saúde e de Alimentação Escolar (FBSSAN, 2020, grifo nosso).
> [h] **É preciso** assegurar o direito à terra e à moradia, e também abrigo e alimentação adequada para a população em situação de rua (FBSSAN, 2020, grifo nosso)[4].

[4] Aqui, utilizamos recortes de nosso *corpus* apenas para exemplificar os conceitos discutidos. Discutimos a classificação e exploramos os recortes na seção de análise.

Em [f], temos o modalizador deôntico **precisam** na camada proposicional; já, em [g], o modalizador deôntico **é fundamental** está na camada modal; enquanto, em [h], o modalizador deôntico **é preciso** pertence à camada pragmática.

Na subseção seguinte, explicitamos as noções de modalização adotadas neste trabalho e discutiremos sobre modalização epistêmica e deôntica.

2.2 Modalização como estratégia argumentativa e enfoque nos eixos epistêmico e deôntico

A argumentação é intrínseca à língua, que oferece aos interlocutores um conjunto de recursos semântico-discursivos para cumprir seu propósito comunicativo. Dentre esses recursos, estão os modalizadores, que materializam a modalização discursiva, aqui tomada como um fenômeno semântico-argumentativo e pragmático (Adelino; Nascimento, 2018). Voltamos nossa atenção para esse fenômeno.

Compreendemos a modalização como parte da atividade ilocucionária, uma vez que revela a atitude do falante em relação ao enunciado que produz (Koch, 2011). Os modalizadores "sempre verbalizam a atitude do falante com respeito à proposição" (Castilho; Castilho, 1992, p. 200). Por exemplo, no enunciado "**com certeza**, choverá amanhã", o modalizador **com certeza** revela a avaliação que o falante faz em relação à proposição "choverá amanhã".

Consideramos ainda, nesta pesquisa, que a modalização é usada para marcar uma atitude do produtor em relação ao seu interlocutor. Os interlocutores, ao estabelecerem uma interação verbal, ao mesmo tempo em que organizam a mensagem, definem seus papéis na interlocução. Dessa forma, colocam-se na posição de doador ou solicitador, de asseverador, de perguntador, de respondedor, de ordenador etc. Nesse processo, eles marcam ou não explicitamente o enunciado com valores modais (Neves, 2006; Corbari, 2013). Para Nascimento (2010, p. 32) "ao realizar uma avaliação, o locutor o faz em função do outro, deixando pistas do que deseja ou de como quer que seu discurso seja lido". Nascimento (2010, p. 37) traz como exemplo o seguinte enunciado:

> [i] **Trecho 3 – memorando**
> [...]
> Tendo em vista a conferência de material carga da Odontoclínica,
> **deveis** mostrar os seguintes materiais.
> * Micro-motor
> * Contra-ângulo

* Caneta de alta rotação

Em seguida, comenta:

> No enunciado acima, retirado de um memorando produzido por uma odontoclínica de um órgão público para outro setor do mesmo órgão, o locutor responsável pelo enunciado expressa uma obrigação através do modalizador **deveis**. A obrigatoriedade recai sobre o enunciado "mostrar os seguintes materiais", que deve ser interpretado como uma ordem expressa diretamente para o interlocutor, cuja responsabilidade é cumpri-la (Nascimento, 2010, p. 37).

O exemplo de Nascimento (2010) deve ser compreendido no seu contexto de produção e circulação, em que o locutor cria a obrigação que recai sobre o interlocutor, que deve, deste modo, aceitar tal ordem para cumpri-la.

Segundo Lyons (1977), as noções de necessidade e possibilidade são centrais na modalização, e esta deve ser investigada como atitude proposicional, podendo ser dividida em epistêmica e deôntica, que são os tipos tradicionais de modalização (Castilho e Castilho, 1992; Neves, 2006; Koch, 2011; Corbari, 2013). A modalização epistêmica pertence ao eixo da crença, e a modalização deôntica, ao eixo da conduta (Neves, 1996; Koch, 2011). Segundo Parret (1988), as modalidades epistêmica e deôntica constituem sistemas análogos às modalidades alética ou ontológica. Dentro das categorias ontológicas do necessário; do possível, do impossível e do contingente, a modalização epistêmica compreende o certo (ou estabelecido), o excluído, o plausível e o contestável; enquanto a deôntica compreende o obrigatório, o proibido, o permitido e o facultativo (Parret, 1988).

Parret (1988) afirma, entretanto, que ambas as modalizações epistêmica e deôntica não são mais tratadas como atitudes proposicionais, mas sim como atos ilocutórios. O ato proposicional é dominado por restrições ontológicas e epistemológicas, por ser um ato de referência e predicação. Já o ato ilocutório constitui uma certa realidade, além de ser motivado pelo jogo da produção e do reconhecimento das intenções (Parret, 1988). Nessa abordagem da modalização como ato ou atitude ilocutória, revelou-se impossível ancorar as modalizações epistêmica e deôntica em uma lógica extensional (Parret, 1988). O tratamento da modalização como um ato ilocutório a afasta ainda mais da Lógica Tradicional e enfraquece a dicotomia *dictum* vs. *modus* (Corbari, 2013).

Para classificar a modalização em epistêmica ou deôntica, segundo Koch (2011), faz-se necessário recorrer a informações contextuais, ou seja, pragmáticas. No eixo alético, da Lógica Tradicional, a verdade ou falsidade do conteúdo de uma proposição é verificada, o que

compreende a semântica vero-condicional; no epistêmico, é revelada a atitude de conhecimento do locutor e manifestada sua crença em relação à proposição, compreendendo a semântica das atitudes proposicionais; já no eixo deôntico, é revelada a força ilocucionária (quem ordena cria obrigações para o outro, por exemplo), e tem-se, então, a semântica dos atos de linguagem (Koch, 2011). De acordo com Koch (2011), é preciso, então, passar de uma teoria semântica, ou seja, do conhecimento do que é o mundo, a uma teoria semântico-pragmática, da certeza que se tem sobre as coisas do mundo, para, então, chegar-se a uma teoria da ação, "que encare a linguagem como atividade que cria deveres, obrigações para os interlocutores" (Koch, 2011, p. 83).

Nas proposições abaixo, podemos verificar o uso dos dois tipos de modalização, a partir do conteúdo proposicional 'a pandemia terminar em breve':

> [j] **É certo** que a pandemia terminará em breve.
> [k] **É provável/possível** que a pandemia termine em breve.
> [l] **É necessário** que a pandemia termine em breve.
> [m] **É obrigatório** o término da pandemia em breve.

Nos exemplos [j] e [k], são usados modalizadores de natureza epistêmica, uma vez que demonstram a interpretação do produtor sobre a possibilidade de ocorrência do fato expresso. Já nos exemplos [l] e [m], aparecem modalizadores deônticos, que expressam noções de necessidade e obrigatoriedade, o que mostra que o produtor recorre a um conhecimento prévio para fazer tais afirmações.

Neves (2006, p. 186) afirma que "os diferentes tipos textuais favorecem diferentes modalidades". As modalidades epistêmica e deôntica, conforme Neves (1996), prestam-se bem a uma investigação linguística dos enunciados reais de uma língua e, portanto, constituem a modalização linguística do *strictu sensu*, ou seja, "a modalização ocorrente e analisável dos enunciados efetivamente produzidos". Como afirma Corbari (2013), no texto argumentativo, é produtivo o uso de elementos desses dois eixos, epistêmico e deôntico, tradicionalmente considerados no âmbito dos estudos linguísticos, como se observa no nosso *corpus*, conforme exemplo a seguir:

> [n] **É fundamental** que essas medidas sejam tomadas em parceria com os conselhos de participação social, especialmente os conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), de Assistência Social, Saúde e de Alimentação Escolar (FBSSAN, 2020, grifo nosso).

Aqui, vemos o modalizador deôntico **é fundamental**.

Castilho e Castilho (1992, p. 222) afirmam que “os modalizadores epistêmicos [...] expressam uma avaliação sobre o valor de verdade e as condições de verdade da proposição”. Já os modalizadores deônticos indicam que o falante considera o conteúdo proposicional como um conjunto de coisas que deve ocorrer obrigatoriamente (Castilho; Castilho, 1992).

Conforme explicam Castilho e Castilho (1992), os modalizadores epistêmicos compreendem três subclasses: os **Asseverativos**, que demonstram que o falante considera o conteúdo proposicional verdadeiro e constituem-se em uma necessidade epistêmica (Lyons, 1977); os **Quase-asseverativos**, que indicam que o falante considera quase certo o conteúdo proposicional, “como uma hipótese que depende de confirmação” (Castilho; Castilho, 1992, p. 222) e, por fim, os **Delimitadores**, que estabelecem limites dentro dos quais as condições do conteúdo proposicional devem ser encaradas

Segundo Parret (1988), a noção de **possível** é epistêmica, visto que há uma trivalência de **certo-provável-possível** no eixo epistêmico. Parret (1988, p. 93) exemplifica:

> a) É {possível senão provável/ provável senão certo que} parta/parto esta tarde.
> b) É possível (provável) que eu parta (parto) esta tarde, e de fato é certo.
> c) É possível que eu parta esta tarde, mas não é provável (É provável que eu parto esta tarde, mas não é certo.) [Nunca o inverso]

Há uma gradação a ser seguida, não seria possível, por exemplo, o enunciado “é certo que eu parto esta tarde, mas não é provável”. Já a negativa no eixo epistêmico é representada da seguinte maneira (Parret, 1988, p. 93):

> a) É improvável senão impossível que eu parta esta tarde (É impossível senão improvável que eu parta esta tarde).
> b) É improvável que você tenha razão, mas não é impossível (É improvável que você tenha razão, mas não é duvidoso).

A negativa do eixo epistêmico também segue uma gradação. Na afirmativa, dizer que “é provável que eu parta esta tarde” significa que tem maior chance que isso aconteça do que se for dito “é possível que eu parta esta tarde”. Na negativa, essa gradação se mantém. Dizer que “é improvável que eu parta esta tarde” significa dizer que há alguma chance ainda de que isso aconteça, porém, em “é impossível que eu parta esta tarde”, essa chance é inexistente.

Parret (1988) afirma que o impacto conversacional no eixo epistêmico é, portanto, determinante, de modo que a afirmação de certeza é mais forte do que a de necessidade. Segundo o autor, isso só pode ser motivado por uma exigência conversacional e, então,

pragmática, visto que a força de engajamento de uma atitude é mais determinante que a constatação de um estado de coisas (Parret, 1988).

Na modalização epistêmica, portanto, "há uma gradação que vai do certo ao excluído, passando pelo provável, pelo possível, pelo plausível, pelo duvidoso, pelo contestável, pelo improvável" (Fiorin, 2000, p. 184).

Conforme Oliveira (2022), a forma como os modalizadores se combinam no enunciado ou o escopo de um modalizador sobre outro podem interferir na forma como o conteúdo modalizado deve ser lido pelo interlocutor. O autor discute três formas como pode se dar a relação entre os modalizadores em um enunciado: remodalização; sobremodalização e comodalização.

Para Valentim (2017), a modalização é um fenômeno enunciativo de construção de valores semânticos que se explica a partir da noção de que enunciar é um processo que se reconstrói a partir do enunciado enquanto encadeamento de formas. A remodalização enquadra-se no domínio da modalização, e consiste na transição de um valor modal para outro ou na incidência de duas ou mais ocorrências de modalização sobre a mesma relação predicativa (Valentim, 2017; Oliveira, 2022).

Remodalização é ainda a "atuação de um modalizador sobre outros verbos encadeados no discurso modalizado, atenuando ou asseverando o valor modal instaurado" (Oliveira, 2022, p. 103). O autor exemplifica a remodalização com recorte de seu *corpus*:

> [o] Somos todos iguais e cada um é um tesouro, algo que **devemos** cuidar e respeitar até a morte (Oliveira, 2022, p. 103).

Nesse recorte, o modalizador deôntico **devemos** atua sobre dois verbos: **cuidar** e **respeitar**, o que, segundo Oliveira (2022), intensifica a deonticidade instaurada no enunciado. No nosso *corpus*, observa-se a remodalização em:

> [p] De igual modo, **é urgente** a universalização das cisternas nas escolas e uma ampliação significativa das cisternas de produção [...] (FBSSAN, 2020).

O modalizador **é urgente** recai sobre **a universalização das cisternas** e sobre **uma ampliação significativa das cisternas**, que compreendem medidas diferentes, o que assevera o valor deôntico do enunciado.

Por sua vez, a sobremodalização consiste na atuação de um modalizador sobre outro modalizador (Oliveira, 2022). Corbari (2016) exemplifica a sobremodalização com o seguinte recorte:

> [q] **É claro que precisamos** manter a Maquina[5] de Chuva ligada (Corbari, 2016, p. 124).

A autora comenta que, nesse caso, o modalizador epistêmico **é claro que** tem como escopo o enunciado deôntico, iniciado pelo modalizador **precisamos**, estratégia que reforça o tom asseverativo do enunciado e permite que o interlocutor verifique a força com que a obrigação foi instaurada (Corbari, 2016).

Já a comodalização, conforme Oliveira (2022), refere-se à coocorrência de conteúdos modais sobrepostos. Nessa relação, um modalizador pode mitigar ou asseverar o outro. O autor exemplifica com o seguinte recorte:

> [r] Eu a adquiro ao saber que **devo** respeitar uma norma ao pé da letra, e que, se **não se pode** andar a mais de 100km/h, não vou andar a mais de 100km/h (Oliveira, 2022, p. 305).

Nesse caso, há a coocorrência de dois modalizadores deônticos, **devo**, que indica obrigação, e **não se pode**, que indica proibição. Um reforça e complementa o outro (Oliveira, 2022). Segundo Gasparini-Bastos e Brunelli (2019), a coocorrência, quando se dá por meio de modalizadores deônticos, como no recorte, torna a necessidade enfática. No nosso corpus, observa-se a comodalização no seguinte recorte:

> [s] O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) **deve** manter, neste período de quarentena, a transferência de recursos aos estados e municípios, autorizando sua destinação para a compra de cestas básicas e/ou transferência direta de renda. **Deve** considerar, ainda, em caráter emergencial, a ampliação da transferência de recursos aos estados e municípios, considerando a possibilidade de ampliação da aquisição de alimentos e gastos logísticos.

Nesse recorte, há duas ocorrências do modalizador deôntico **deve**, em que uma complementa a outra, reforçando a necessidade expressa pelo modalizador.

[5] A autora exemplifica a partir de recortes do seu corpus de análise, que consiste em textos produzidos por alunos, e os mantém como no texto original, por isso a palavra máquina está sem acento gráfico.

Considerando o foco deste estudo, nas próximas subseções, enfoca-se a modalização deôntica.

2.3 Modalização deôntica

Este trabalho enfoca a modalização deôntica, que pertence ao eixo da conduta (Neves, 1996) e está relacionada às noções de obrigação, permissão (Lyons, 1977) e proibição (Nascimento, 2010). Lyons (1977) aponta que a modalização deôntica compreende a necessidade ou possibilidade de ações realizadas por agentes moralmente responsáveis. Neves (1996, p. 172) afirma que esta é "condicionada por traços lexicais específicos ligados ao enunciador". Por outro lado, "implica que o enunciatário aceite o valor de verdade do enunciado, para executá-lo" (Neves, 1996, p. 172).

Lyons (1977) afirma que a modalização deôntica é dividida entre as noções de necessidade e de possibilidade, e está conectada com intenção, desejo e vontade. Para o autor (1977), a noção deôntica de necessidade está relacionada à ideia de obrigatoriedade, e a de possibilidade diz respeito à de permissão. "Se X não for obrigado a fazer a (onde a é um indivíduo ou um ato genérico), ele é autorizado a não fazer a; e se ele é obrigado a fazer a, ele não é permitido a não fazer a" (Lyons, 1977, p. 832, tradução nossa). Neves (2000) exemplifica a modalização deôntica no polo da necessidade e no da possibilidade em:

> [t] O dono da casa **deve** comer antes de todos os hóspedes e terminar depois deles (necessidade deôntica – obrigatoriedade) (Neves, 2000, p. 62).
>
> [u] Mas você não **pode** dormir aqui (possibilidade deôntica – permissão) (Neves, 2000, p. 62).

Em [t], o modalizador **deve** expressa necessidade deôntica porque indica a obrigatoriedade de uma ação ser realizada, enquanto, em [u], o modalizador **pode** expressa possibilidade deôntica, já que indica permissão, nesse caso não concedida.

Nascimento (2010), entretanto, discorda desse tratamento da modalização deôntica como o recurso que expressa obrigatoriedade e, às vezes, permissão ao afirmar que a modalização deôntica vai além da obrigatoriedade, pura e simplesmente, e propõe a seguinte classificação:

> 1. De obrigatoriedade – quando expressa que o conteúdo da proposição é algo que deve ocorrer obrigatoriamente e que o provável interlocutor deve obedecê-lo; 2. De proibição – quando expressa que o conteúdo da proposição é algo proibido e deve ser considerado como tal pelo provável interlocutor; 3. De possibilidade – quando expressa que o conteúdo da proposição é algo facultativo e/ou quando o interlocutor tem a permissão para exercê-lo ou adotá-lo (Nascimento, 2010, p. 35).

Além das noções de obrigatoriedade/necessidade e possibilidade deôntica discutidas por Lyons (1977) e Neves (2000), Nascimento reconhece a noção de proibição. Seguindo a proposta de classificação de Nascimento (2010), Corbari (2013) afirma que o enunciado [u] (Neves, 2000, p. 62) indica proibição em vez de permissão, devido ao uso do advérbio de negação que antecede o verbo modal, e expressa, portanto, necessidade deôntica. A proposição expressaria noção de possibilidade deôntica relacionada à permissão se fosse remodelada para:

> [v] Você **pode** dormir aqui.

Como a esta pesquisa interessam os modalizadores deônticos de necessidade proposicionais e interacionais, exemplificamos aqui a necessidade deôntica relacionada à obrigatoriedade com recortes retirados de nosso *corpus*:

> [w] Propomos de imediato as seguintes ações, que **devem** estar de acordo com as recomendações dos órgãos de vigilância sanitária e adaptadas à realidade de cada local [...] (FBSSAN, 2020, grifo nosso).
>
> [x] **É preciso** assegurar o direito à terra e à moradia, e também abrigo e alimentação adequada para a população em situação de rua (FBSSAN, 2020, grifo nosso).

Em [w] e [x], os modalizadores **devem** e **é preciso** indicam a obrigatoriedade da intervenção descrita.

Conforme Lyons (1977), a modalização deôntica envolve um estado futuro, que está relacionado às noções de intenção, desejo e vontade. Para o autor, a modalização deôntica não descreve uma ação em si, mas sim um estado de coisas que será obtido, em um tempo futuro, caso a proposição seja aceita pelo interlocutor, e o ato realizado.

Uma das características da modalização deôntica, segundo Lyons (1977), é o reconhecimento de uma fonte que cria uma necessidade ou possibilidade no enunciado. Lyons (1977) estabelece a fonte deôntica como indivíduo/instituição. Pessoa (2007) afirma que uma característica que nos ajuda a diferenciar a modalização deôntica em um enunciado da modalização epistêmica é o reconhecimento dessa fonte definida por Lyons (1977). No recorte

a seguir, por exemplo, retirado do *corpus*, a fonte relacionada ao modalizador deôntico de necessidade **devem** é o próprio enunciador, que é quem cria a obrigação expressa pelo modalizador em questão:

> [y] As coordenações estaduais e municipais do PNAE **devem** atuar de forma coordenada com as secretarias de assistência social, saúde e agricultura (FBSSAN, 2020, grifo nosso).

Pessoa (2007) amplia a definição de Lyons (1977) de fonte deôntica como indivíduo ou instituição e reconhece que essa pode ser o próprio falante (enunciador); um terceiro que é reportado pelo enunciador (terceiro – reportado; instituição, indivíduo ou não especificada), "cuja escolha visaria à criação de efeitos de sentido na construção discursiva" (Pessoa, 2011, p. 86); ou inexistente, quando algo de natureza externa impõe-se por si mesmo. Essa fonte deôntica é quem instaura a noção de obrigação, permissão, proibição, entre outras que foram discutidas anteriormente na seção, sob o alvo deôntico. No caso do gênero artigo de opinião, a fonte deôntica é, geralmente, o enunciador.

Para Lyons (1977), o alvo deôntico seria uma pessoa ou instituição a que se refere o valor deôntico do texto. Exemplificamos o alvo deôntico como instituição com recorte retirado do nosso *corpus*; nesse caso o alvo deôntico é "as coordenações estaduais e municipais do PNAE":

> [z] As coordenações estaduais e municipais do PNAE **devem** atuar de forma coordenada com as secretarias de assistência social, saúde e agricultura. (FBSSAN, 2020, grifo nosso).

Pessoa (2007) acrescenta mais uma variável, o alvo não especificado, devido ao fato de que, em muitos casos, não era possível identificar sobre quem recaiam tais valores.

Em sua tese, Pessoa (2011), amplia novamente a definição de alvo deôntico pela "diversidade e complexidade dos alvos observados durante o estudo" (Pessoa, 2011, p. 111). Assim propõe a seguinte classificação para o alvo deôntico, a qual guia a análise proposta neste trabalho: (i) enunciador (falante) (ii) domínio comum; (iii) coenunciador; (iv) terceira pessoa (instituição; indivíduo), e (v) não especificado/ terceiro-ausente.

A autora analisa a modalidade deôntica no discurso midiático e, para tal, utiliza o *corpus* REDIP - "Rede de Difusão Internacional do Português: rádio, televisão e imprensa". A seguir, trazemos enunciados retirados da pesquisa de Pessoa (2011), nos quais a autora exemplifica as

diferentes classificações do alvo deôntico. A primeira classificação exemplificada é o alvo deôntico como enunciador, que ocorre em:

> [1] L2: olhe, eh, nós es... estudamo-lo em tibetano, eh, e igualmente em francês, porque havia uma, eh, **devo**-lhe dizer também que não só como referiu é um dos livros mais estudados na história do budismo como, no budismo ocidental, e sem dúvida o texto budista que tem mais traduções, há pelo menos umas vinte traduções para línguas ocidentais (Pessoa, 2011, p. 113).

Nesse caso, o modalizador em primeira pessoa do singular indica que o alvo deôntico é o próprio enunciador, ou seja, o falante remete-se a ações que caberiam a ele mesmo executar ou não executar.

O alvo deôntico como coenunciador aparece em:

> [2] L1: posso dizer uma coisa?
> L2: ***podes***...
> (Pessoa, 2011, p. 114).

Pessoa (2011) afirma que, no discurso midiático, gênero que compôs o *corpus* de sua pesquisa, o alvo deôntico como coenunciador foi o menos instaurado, já que se destina ao participante imediato da comunicação. Corbari (2013) considera o alvo deôntico como coenunciador em um gênero opinativo, o artigo de opinião. A autora comenta que, no *corpus* de sua pesquisa, é pouco recorrente o uso da modalização deôntica para indicar que o leitor (coenunciador) aja de determinada forma. "Quando isso ocorre, as ações não são projetadas para a futuridade, conforme prevê Lyons (1977) em relação ao eixo deôntico, mas direcionam ações a serem tomadas no ato mesmo da leitura" (Corbari, 2013, p. 51). Tal situação pode ser observada no exemplo a seguir:

> [3] Mesmo que a fiscalização aumente sempre existirá alguém desmatando, **é preciso** pensar que a cada árvore que é arrancada é como se fosse uma peça da Máquina da Chuva que fosse retirada, **é preciso** dar valor a esta máquina (Corbari, 2013, p. 51).

Nesse caso, o interlocutor é induzido a seguir certa linha de pensamento no ato da enunciação. Essa orientação é utilizada para convencer o interlocutor da validade da tese defendida no enunciado (Corbari, 2013).

Pessoa (2011, p. 113) exemplifica o alvo deôntico como domínio comum com o seguinte exemplo:

> [4] o tal choque eléctrico que este senhor ainda há pouco falava, que no fundo tem a ver com isso alguém entra, leva um choque eléctrico, é repelido vai-se embora - e portanto... o que **se deve** poder fazer é evitar que as pessoas entrem, mas naturalmente.

Pessoa (2011) afirma que o verbo **dever**, conjugado em terceira pessoa, acompanhado da partícula **se**, em [4], mostra um compartilhamento de uma obrigação instaurada e, portanto, classifica-se como domínio comum. Corbari (2013) trata de um alvo genérico, que consideramos equivalente ao que Pessoa (2011) chama de domínio comum. A autora exemplifica esse alvo genérico com o seguinte recorte, retirado de seu *corpus*:

> [5] Já existe um controle do desmatamento da Amazônia criado pela Ministra Marina Silva, projeto esse que já conseguiu reduzir o desmatamento em 40%, mas isso ainda não é suficiente. O homem **precisa** estar atento e fazer algo para que esse desmatamento diminua e entender que o planeta cada dia está sendo prejudicado e quem está sofrendo é a população com as mudanças climáticas e com o aquecimento global (Corbari, 2013, p. 106).

Em [5], a obrigação instaurada pelo modalizador deôntico **deve** recai sobre o alvo deôntico **o homem**, que, nesse caso, não representa uma terceira pessoa específica, mas sim uma generalização, como **a humanidade**, e inclui, inclusive, o enunciador.

Em seguida, observa-se o alvo deôntico como terceira pessoa (instituição; indivíduo):

> [6] L1: a únic...- exatamente - *a única hipótese que existe em cima da mesa é o governo português* resolver nacionalizar a pga, comprar a pga.
> L2: portugália.
> LI: eh, a *pga*, sim! e portanto, **terá que** fazer uma proposta! é isso, é isso! (Pessoa, 2011, p. 112).

> [7] feitas as contas *um potencial produtor* **tem de** gastar no mínimo quatrocentos e dez mil escudos para iniciar a actividade, além desta soma os interessados no negócio devem dispor de um espaço físico com temperatura e humidade especificas (Pessoa, 2011, p. 112).

Em [6], a obrigação recai sobre a instituição **o governo português**, enquanto, em [7], a obrigação recai sobre o indivíduo **um potencial produtor**. Nos dois casos, o alvo trata-se de uma terceira pessoa.

Corbari (2013) exemplifica o alvo como terceira pessoa em seu *corpus*, no seguinte recorte:

> [8] O governo Brasileiro **deveria**, e **deve** mobilizar órgãos competentes para proibir todo desmatamento, enquanto institutos do governo apontariam soluções para uma exploração sustentável dos recursos naturais. A partir disso, controlar a atividade de extração criando novas leis para acabar com o desmatamento ilegal, e assim, ajudaria a manter a "máquina de chuva da floresta amazônica" funcionando melhor e salvando de vez a floresta amazônica (Corbari, 2013, p. 52).

No exemplo acima, a obrigação expressa pelos modalizadores **deveria** e **deve** recai sobre o alvo **o governo brasileiro**.

O alvo deôntico como não especificado pode ser observado no recorte a seguir:

> [9] para que haja uma revolução, uma alteração de um... de um comportamento, de uma mudança acho... acho... acho... que... que se **deve** privilegiar, não uma alteração gradual porque não há alterações graduais (Pessoa, 2011, p. 130).

Em [9], o verbo **dever** com a partícula **se** indica que o alvo pode ser classificado como não especificado, uma vez que o enunciador não se inclui como alvo.

O alvo estudado pode ser, então, o próprio enunciador (i); domínio comum (ii) se no enunciado há a inclusão da comunidade em que o autor está inserido; coenunciador (iii), se a proposição do enunciador é dirigida ao ouvinte; e terceira pessoa (iv), que pode ser classificado como instituição se a modalidade recai sobre um grupo ou indivíduo, quando recai sobre uma pessoa.

2.4 Tipos de Modalizadores deônticos

Conforme já discutido, ao produzir um enunciado, o enunciador manifesta suas intenções e atitude em relação à proposição, e o faz por meio de atos ilocucionários de modalização, mobilizados por meio de diferentes formas de lexicalização que a língua oferece, que caracterizam os operadores modais (Koch, 2011) ou modalizadores.

Levamos em conta, também, a definição de Koch (2011), que considera os modalizadores como elementos linguísticos que estão ligados ao evento de produção do enunciado e que agem como "indicadores de intenções, sentimentos e atitudes do locutor com relação ao seu discurso" (Koch, 2011, p. 136). Tais elementos

> [...] caracterizam os tipos de atos de fala que deseja desempenhar, revelam o maior ou menor grau de engajamento do falante com relação

> ao conteúdo proposicional veiculado, apontam as conclusões para as quais os diversos enunciados podem servir de argumento, selecionam os encadeamentos capazes de continuá-los, dão vida, enfim, aos diversos personagens cujas vozes se fazem ouvir no interior de cada discurso (Koch. 2011. p. 136).

Dentre os possíveis tipos de lexicalização da modalidade citados por Koch (2011), destacamos os seguintes, que podem caracterizar os modalizadores deônticos, componentes do nosso objeto de estudo:

> a) performativos explícitos: eu ordeno, eu proíbo, eu permito etc.;
> b) auxiliares modais: poder, dever, querer, precisar etc.;
> c) predicados cristalizados: é certo, é preciso, é necessário, é provável etc.;
> d) advérbios modalizadores: provavelmente, certamente, necessariamente, possivelmente etc.;
> e) formas verbais perifrásticas: dever, poder, querer etc. + infinitivo (Koch, 2011, p. 84).

Seguiremos esse esquema de Koch (2011) para discutir como se manifesta a lexicalização dos modalizadores deônticos, que constituem nosso objeto de pesquisa.

O primeiro exemplo citado por Koch (2011) como forma de lexicalização das modalizações é pelo uso dos performativos explícitos. Para Parret (1988), os predicados deônticos sempre podem ser substituídos por sequências verbais e fórmulas performativas, como observamos nos exemplos a seguir:

> a) Você é obrigado a casar com minha filha (eu te ordeno...)
> b) Você tem a permissão para casar com minha filha (eu te permito...)
> c) Você está proibido de casar com minha filha (eu te proíbo...) (Parret, 1988, p. 95).

Pessoa (2011) observa que os performativos explícitos são utilizados quando o falante se coloca como a própria fonte deôntica. Exemplo disso é que poderíamos parafrasear os exemplos de Parret (1988, p. 95) da seguinte maneira:

> a) Eu te ordeno a casar com minha filha.
> b) Eu te permito casar com minha filha.
> c) Eu te proíbo de casar com minha filha.

As noções de necessidade, permissão e proibição são criadas pelo próprio falante, que é, então, a fonte deôntica.

Koch (2011) também cita como exemplo de formas de lexicalização da modalização os auxiliares modais [b] e os as formas verbais perifrásticas [e], que consistem nos verbos modais seguidos de outros verbos no infinitivo. Neves (2000) discute a polissemia dos verbos modais, que apresentam diferentes significados ligados ao evento de produção do enunciado. A autora enfoca os modais **poder** e **dever** e atribui, a cada um deles, dois significados de raiz, que compreendem o eixo deôntico, e um epistêmico.

Para Neves (2000), os sentidos de capacidade ou habilidade e de permissão do verbo modal **poder** caracterizam seus significados de raiz ou pessoal, enquanto seu significado epistêmico é relacionado ao sentido de possibilidade simples. O verbo **dever** tem seus significados de raiz ou pessoal representados pelas noções de ordem e obrigação, enquanto seu significado epistêmico é representado pela noção de possibilidade simples (Neves, 2000). A noção deôntica está relacionada aos significados de raiz. Conforme Neves (2000), para compreender em qual eixo, epistêmico ou deôntico, um verbo modal se encaixa, é preciso analisar o contexto. Vejamos o exemplo a seguir:

> [10] Ela **deve** chegar já (Neves, 2000, p. 123).

No exemplo, sem que se conheça o contexto, há mais de uma possibilidade de sentido para o verbo modal **deve**:

> a) probabilidade (possibilidade epistêmica): “é provável que ela chegue já” / “provavelmente ela chegará já”;
> b) obrigação interna (necessidade deôntica): “é necessário que ela chegue já” / “ela precisa chegar já”;
> c) obrigação externa (necessidade deôntica): “é obrigatório que ela chegue já” / “ela tem obrigação de chegar já” (Neves, 2000, p. 123).

Nesse caso, é necessário um contexto maior para que se compreenda o sentido do modal, como no exemplo seguinte:

> [11] Ela **deve** chegar já. São sete horas? Ela me disse que não tardaria. O quarto dela vai ser o da frente, junto de vocês. Estou explicando - disse dirigindo-se ao filho - que vamos ter uma nova hóspede (Neves, 2000, p. 123).

Aqui, é possível verificar que o sentido real era o de possibilidade epistêmica.

Vejamos agora, com um exemplo no nosso *corpus*:

> [12] O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) **deve** manter, neste período de quarentena, a transferência de recursos aos estados e municípios, autorizando sua destinação para a compra de cestas básicas e/ou transferência direta de renda (FBSSAN, 2020, grifo nosso).

Assim como no exemplo [11], sem um contexto mais específico, não conseguimos definir se o sentido expresso por esse modalizador é de possibilidade epistêmica ou de necessidade deôntica. Porém, o exemplo foi retirado de uma listagem de propostas, assim sendo, compreendemos que o verbo modal **deve**, nesse contexto, indica uma obrigação, e, portanto, necessidade deôntica.

Outros exemplos de verbos modais que podem expressar necessidade deôntica, além de poder e dever, são o **precisar**; **ter de**; **ter que**; **necessitar**.

Koch (2011) também cita como possibilidade de lexicalização da modalização os predicados cristalizados, constituídos pelo par **é+adjetivo** (PEA), conforme estudado por Corbari (2008). O exemplo abaixo exemplifica esse tipo de modalizador no nosso *corpus*:

> [13] **É preciso** assegurar o direito à terra e à moradia, e também abrigo e alimentação adequada para a população em situação de rua (FBSSAN, 2020, grifo nosso).

O par **é+preciso** faz a função do modalizador deôntico de necessidade.

Nos predicados cristalizados, no PEA, o alvo deôntico é não especificado, uma vez que o verbo é impessoal, e, de acordo com Parret (1988) e Corbari (2008), o PEA como modalizador é uma estratégia de camuflar o alvo e apagar as marcas de enunciação, fazendo o discurso parecer o enunciado de um conjunto de ações necessárias, e não o discurso de um sujeito. O recurso do alvo deôntico não especificado pode ser uma estratégia do locutor de preservação da face[6] e de gerar um menor engajamento com a proposição (Fagundes, 2022).

Outros modalizadores deônticos de necessidade formados pelo PEA são **é necessário**, **é fundamental**; **é imprescindível**.

O item d citado por Koch (2011) como exemplo de modalizadores são os advérbios modalizadores, conforme estudo de Castilho e Castilho (1992). Os autores encontraram em seu *corpus* os seguintes exemplos de advérbios modalizadores pertencentes ao eixo deôntico:

[6] O conceito de preservação da face é aprofundado por autores envolvidos com o estudo da conversação e diz respeito aos esforços dos falantes para reforçar a face positiva, garantir uma boa autoimagem e amenizar o que poderia ser tomado como negativo em uma negociação direta (Sella; Roman; Busse, 2004).

> [14] toda e qualquer manifestação que a gente for procurar vai ter que estar **necessariamente** ligada a esta preocupação vital (Castilho; Castilho, 1992, p. 236, grifo nosso).
>
> [15] toda e qualquer cirurgia... no campo médico... [...] implica **obrigatoriamente** em despesas (Castilho; Castilho, 1992, p. 236, grifo nosso).

Para Castilho e Castilho (1992), os advérbios modalizadores expressam as avaliações do falante em relação às significações das proposições e, sintaticamente, funcionam como hiperpredicadores que têm como escopo o conteúdo de um enunciado. Em relação à posição desses advérbios na frase, Castilho e Castilho (1992) afirmam que há uma enorme mobilidade, conforme exemplificam com o modalizador deôntico **necessariamente** a seguir:

> [16] **necessariamente** toda e qualquer manifestação vai ter que estar.
> [17] toda e qualquer manifestação vai ter que estar ligada a esta preocupação vital **necessariamente**.
> [18] toda e qualquer manifestação vai ter que estar ligada **necessariamente** a esta preocupação vital (Castilho; Castilho, 1992, p. 237-238).

As três ocorrências são possíveis, e, em todas, o advérbio modalizador **necessariamente** aparece acompanhando o modalizador deôntico **ter que** (Castilho; Castilho, 1992).

Neste trabalho, compreendem-se, portanto, como modalizadores os marcadores da atitude do produtor em relação ao que diz, e temos como foco os deônticos, que são do eixo do dever e da ordem. Mas, como trabalhamos com textos opinativos, compreendemos que o uso desses modalizadores no texto funciona mais como forma de convencer o leitor de sua tese e indicar como deseja que seu discurso seja lido do que como de fato induzi-lo a tomar qualquer atitude imediata, até porque a maior parte das propostas no texto, feitas com o uso de modalizador deôntico, têm como alvo deôntico uma terceira pessoa, como instituições e organizações, não sendo indicadas diretamente ao leitor.

No próximo capítulo, discute-se sobre o texto na concepção da Linguística Textual, gêneros textuais e o gênero carta política.

3 CARTA POLÍTICA: UM GÊNERO POUCO ESTUDADO

Nesta seção, tratamos, inicialmente, do percurso e estudos da Linguística Textual, área em que se insere este estudo, no Brasil e da noção de texto que adotamos. Em seguida, discutimos questões relacionadas aos gêneros textuais e, por fim, tratamos do gênero carta política.

3.1 Considerações sobre a Linguística Textual e o texto

A Linguística Textual ou Linguística do Texto (LT) é um ramo da Linguística que se iniciou na Europa, principalmente na Alemanha, na década de 1960. A LT rompe com as hipóteses anteriores, que tomavam a palavra ou frase como objeto de estudo, e tem, portanto, o texto como seu objeto (Fávero; Koch, 1988).

Marcuschi (2008) define a Linguística Textual como o "estudo das operações linguísticas, discursivas e cognitivas reguladoras e controladoras da produção, construção e processamento de textos escritos ou orais em contextos naturais de uso" (Marcuschi, 2008, p. 73). Além disso, a Linguística Textual compreende que a língua não funciona de maneira isolada, nem se dá em unidades isoladas, como os fonemas, morfemas ou frases soltas, mas sim em unidades de sentido denominadas texto (Marcuschi, 2008).

A Linguística Textual fundamenta-se em uma concepção de língua que está relacionada a processos sociocognitivos e interacionais, ou seja, ela não tem como foco os processos gerais da língua, como fonologia, morfologia, sintaxe etc., mas sim os processos de compreensão, operações cognitivas, inserção da linguagem em contextos histórico-culturais, aspecto social e funcionamento discursivo da língua (Carmelino, 2023). Quando se faz uma análise textual, no entanto, é preciso compreender que os aspectos estritamente linguísticos, como fonologia, morfologia, sintaxe e semântica, são indispensáveis para a estabilidade textual (Marcuschi, 2008). Além disso, os estudos da Linguística Textual distanciam-se das teorias que tomam o texto como um produto acabado, visto fora de suas condições de produção, ou ainda como uma unidade formal, definida e determinada por um conjunto de propriedades componenciais ou intrínsecas (Carmelino, 2023).

Em relação ao surgimento da Linguística Textual, Fávero e Koch (1988) comentam sobre três momentos fundamentais: o da análise transfrástica; o da construção de gramáticas textuais; e o da construção das teorias de texto. Inicialmente, verificou-se uma necessidade de ultrapassar os limites da frase; somente assim seria possível estudar e explicar os fenômenos de

que a análise sequencial não dava conta, como a seleção do artigo, a concordância de tempos verbais etc. (Koch, 1997). A fim de resolver essas questões, em um primeiro momento, houve uma tentativa de encontrar regras para o encadeamento de sentenças; esse é o momento das análises transfrásticas, em que questões já analisadas no nível sentencial, relacionadas a questões como a correferência, passaram a ser observadas no nível transfrástico (Koch, 1997).

Koch (1997, p. 68) retoma o conceito de texto nesse primeiro momento, considerado como "sequência pronominal ininterrupta" ou "sequência coerente de enunciados". No entanto, essas tentativas mostraram-se insatisfatórias e acabaram sendo descartadas (Koch, 1997).

Surgem, então, as gramáticas textuais, com o objetivo de refletir sobre os fenômenos linguísticos que não podiam ser explicados por meio de uma gramática do enunciado ou sentencial (Fávero, Koch, 1988). Nessa fase, o texto passa a ser visto como a unidade mais altamente hierarquizada, e dele que se pretendia chegar às unidades menores (Koch, 1997).

Muito embora, na história da Linguística Textual, as três fases sejam colocadas em ordem cronológica, há inúmeros trabalhos atuais que recorrem a unidades menores no texto, como o nosso.

Na fase das gramáticas textuais, observou-se uma descontinuidade entre frase e texto, uma vez que há, entre eles, uma diferença de ordem qualitativa (Fávero; Koch, 1988). Compreender e produzir textos depende da chamada "competência textual", capacidade esta específica do falante, que permite a distinção de um texto coerente de vários enunciados reunidos de maneira incoerente, assim como ter a habilidade de parafrasear ou resumir um texto, averiguar se este se encontra completo e de atribuir-lhe um título (Fávero; Koch, 1988). De acordo com Fávero e Koch (1988), todos os falantes possuem essas habilidades citadas, que justificam a elaboração das gramáticas textuais, que tinham como principais tarefas:

> a) verificar o que faz com que um texto seja um texto, isto é, determinar os seus princípios de constituição, os fatores responsáveis pela sua coerência, as condições em que se manifesta a textualidade [...];
> b) levantar critérios para a delimitação de textos, já que a completude é uma das características essenciais do texto;
> c) diferenciar as várias espécies de textos (Fávero; Koch, 1988, p. 14).

A elaboração de gramáticas textuais, como eram elaboradas as gramáticas da frase, entretanto, foi tida como inviável (Koch, 1997). Como aponta Koch (1997), um dos motivos que levou ao abandono das tarefas propostas até então pelas gramáticas textuais foi o questionamento de como estabelecer regras que fossem capazes de descrever todos os possíveis textos de uma língua natural sem que aparecessem textos que não se enquadrassem nelas.

O terceiro momento da Linguística Textual é o das teorias do texto, ou seja, da Linguística Textual propriamente dita. O texto passa a ser tratado em seu contexto pragmático, e o propósito dos linguistas é investigar sua constituição, funcionamento, produção e compreensão, partindo-se do texto ao contexto, este que é compreendido como o conjunto de condições da produção, recepção e interpretação dos textos (Koch, 1997).

No final do século XX, os estudos da área da Linguística Textual dedicaram-se aos temas coesão e coerência textual; o que ampliou consideravelmente o conceito anterior de coerência, compreendendo-se que essa se constrói entre o texto e seus usuários, devido a uma série de fatores linguísticos, sociocognitivos e interacionais (Koch, 1997). Koch (1997) menciona que, no Brasil, alguns trabalhos que contribuíram para o desenvolvimento da Linguística Textual no século XX foram os de Marcuschi (1983), Koch (1987, 1989, 1992), Koch e Travaglia (1989; 1990), Fávero (1991) e Bastos (1985).

Os interesses e objetivos da Linguística Textual ampliaram-se bastante nos anos 90, e ela passa, então, a ocupar-se tanto de textos orais quanto escritos (Marcuschi, 2008). Algumas posições aceitas até hoje pela Linguística Textual são que:

> A LT é uma perspectiva de trabalho que observa o funcionamento da língua em uso e não *in vitro*. Trata-se de uma perspectiva orientada por dados autênticos e não pela introspecção, mas, apesar disso, sua preocupação não é descritivista.
> A LT se funda numa concepção de língua em que a preocupação maior recai nos processos (sociocognitivos) e não no produto.
> A LT não se dedica ao estudo das propriedades gerais da língua, como o faz a lingüística clássica, que se dedica aos subdomínios estáveis do sistema, tais como a fonologia, a morfologia e a sintaxe, reduzindo assim o campo de análise e descrição (Marcuschi, 2008, p. 75).

A Linguística Textual estuda temas voltados para a transdisciplinaridade e a multimodalidade e aborda assuntos como inclusão social, racismo, feminismo, entre outros (Fávero, 2021)[7]. Está voltada, especificamente, para a natureza de seu objeto, o texto e os diversos fatores que participam do processo de construção textual de sentido, de modo que se interessa "por operações linguísticas, cognitivas, socioculturais e interacionais que gerenciam a produção, o funcionamento e a recepção de textos" (Carmelino, 2023, p. 65).

A Linguística Textual tem contribuído muito para o ensino de língua materna, por exemplo, uma vez que, para o ensino de leitura e escrita, são necessários conhecimentos temáticos e ciência das transformações sociais, que embasem argumentos e estratégias

[7] Paráfrase de entrevista concedida por Fávero em 2021.

linguístico-textuais; além disso, é necessário também tratar de multimodalidade e do vasto uso de textos digitais (Fávero, 2021). As mídias digitais têm grande importância na vida das pessoas e fazem que os ambientes de educação, trabalho e entretenimento se modifiquem, além da forma de pensar e se comunicar, por meio de novas práticas discursivas, formas de comunicação e gêneros textuais; pensando nisso, os gêneros de circulação virtual ou digital, como o que compõe o *corpus* desta pesquisa, trazem novas perspectivas de análises e estudos e, consequentemente, para as pesquisas da Linguística Textual (Fávero, 2021).

Durante a trajetória da Linguística Textual, desde meados da década de 1960, o texto tem sido definido de maneiras diferentes por diferentes teóricos, algumas já citadas anteriormente nesta subseção. Dentre as definições já atribuídas a texto, destacam-se a de Dressler e a de Beaugrande. Em um primeiro momento, Dressler define o texto como "o signo linguístico primário, a unidade fundamental da língua, e o homem fala ou escreve não por meio de frases, mas de textos" (Dressler, 1972 *apud* Fávero; Koch, 1988, p. 75), quando se considerava elaborar as gramáticas textuais. Já em 1997, Beaugrande define texto como "um evento comunicativo em que convergem ações linguísticas, sociais e cognitivas", e ainda como "um sistema atualizado de escolhas extraído de sistemas virtuais entre os quais a língua é o sistema mais importante", definições essas que constam em Marcuschi (2008, p. 72; 79).

Contudo, Fávero (2021) comenta que os estudos sobre o texto, ao receberem influência da Pragmática, da Inteligência Artificial, da Teoria dos Atos de Fala, da Psicologia Cognitiva, da Filosofia, entre outras, foram ampliados e tiveram seu caráter multi e transdisciplinar acentuados, o que faz que uma definição de texto que considere essas questões se faça necessária. No entanto, ainda hoje, os teóricos não chegam a um consenso em uma definição para texto. Segundo Carmelino (2023), considerado que o texto, como objeto de investigação da Linguística Textual, já foi revisto e ampliado diversas vezes para contemplar a multiplicidade de linguagens e formas que o constituem, é difícil estabelecer uma única definição que seja satisfatoriamente completa.

Com base nisso, consideramos, neste trabalho a definição de texto de Capistrano Júnior *et Al.* (2019, p. 163): "O texto é uma realização humana que assume uma dada configuração espaço-temporal, organizada sobre determinado suporte, em interações situadas e ancoradas em processos cognitivos e aspectos socioculturais, constituindo-se num evento comunicativo singular". Os autores afirmam também que todo texto explicita uma direção argumentativa.

Vale comentar aqui sobre os termos texto e discurso, já que esses têm se confundido e recebido diferentes concepções pelos teóricos há décadas. Segundo Fávero e Koch (1988), uma das causas da confusão entre os dois termos, que ora são usados como sinônimos, ora designam

entidades distintas, é a diferença dessas designações em idiomas distintos. Em algumas línguas, como o alemão e o holandês, por exemplo, só existe o termo texto, já no inglês, embora existam os dois termos, texto e discurso, texto é "mais usado para referir-se ao discurso escrito" (Fávero; Koch, 1988, p. 23). Nas línguas românicas, entretanto, ocorre uma ambiguidade entre os dois termos, o que fez que, em um primeiro momento dos estudos da Linguística Textual, dois termos técnicos diferentes fossem estabelecidos (Favero; Koch, 1988).

Para Koch (2009), o discurso está relacionado à linguagem verbal e diz respeito à atividade comunicativa de um locutor, em determinada situação de comunicação, e engloba o conjunto de enunciados produzidos por ele – e pelo seu interlocutor, no caso de um diálogo – na situação e o evento da enunciação. Segundo a autora, o discurso manifesta-se linguisticamente por meio de textos.

Marcuschi (2008), entretanto, defende que não é produtiva uma distinção rígida entre texto e discurso, uma vez que são mutuamente condicionados, e que a relação dos dois termos com gênero também deve ser compreendida e não posta como algo muito diverso. Neste trabalho, concordamos com a posição de Marcuschi (2008), de que texto e discurso devem ser tomados como complementares da atividade enunciativa.

O gênero, visto como prática social e prática textual-discursiva, opera como a ponte entre o texto, enquanto peça empírica configurada em uma composição observável, e o discurso, como atividade mais universal (Marcuschi, 2008). Na próxima subseção, aprofundaremos a discussão sobre gêneros, do ponto de vista da Linguística Textual.

3.2 Breve noção de gênero

Todos os variados campos da atividade humana estão relacionados ao uso da linguagem. O caráter e as formas desse uso são tão multiformes quanto os campos da atividade humana (Bakhtin, 2016). Para Bakhtin (2016), o emprego de uma língua se dá por meio de enunciados, que podem ser orais ou escritos, e refletem as condições específicas e finalidades de cada campo de atividade humana por três elementos: seu conteúdo temático, pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua, e, acima de tudo, por sua construção composicional. Esses elementos estão indissoluvelmente ligados no todo do enunciado e são determinados pela especificidade do campo de comunicação. Cada enunciado é individual, mas cada campo de utilização da língua tem seus "tipos relativamente estáveis" de enunciados, os quais Bakhtin (2016) denomina gêneros do discurso.

Conforme Marcuschi (2005), o estudo dos gêneros é uma área multidisciplinar que recebeu e recebe ainda uma grande variedade de teorias. Por conta dessa multidisciplinariedade, vemos mais de um termo sendo usado para designar os gêneros, ora sendo tratados como discursivos, como por Bakhtin, ora como textuais, como por Marcuschi. Nos estudos da Linguística Textual, área em que Marcuschi é um dos grandes teóricos no Brasil, é comum o uso do termo gêneros textuais, mas o próprio autor afirma que os termos gêneros textuais, gêneros discursivos e gêneros do discurso podem ser usados intercambiavelmente, a não ser quando se pretende identificar algum fenômeno específico (Marcuschi, 2008). Como essa não é uma questão central neste trabalho, não nos aprofundaremos na discussão e distinção entre os termos e os usaremos como sinônimos.

Conforme Marcuschi (2005, p. 19), "gêneros textuais são fenômenos históricos, profundamente vinculados à vida cultural e social". São frutos de trabalho coletivo e contribuem para ordenar e estabilizar as atividades comunicativas do dia a dia. São entidades sócio discursivas e formas de ação social incontornáveis em qualquer situação comunicativa. Por mais que os gêneros apresentem alto poder de predição e interpretação das ações humanas em qualquer contexto discursivo, "não são instrumentos estanques e enrijecedores da ação criativa (Marcuschi, 2005, p. 39), porém se caracterizam como "eventos textuais altamente maleáveis, dinâmicos e plásticos (Marcuschi, 2005, p. 39), estão relacionados a necessidades e atividades socioculturais. Exemplo disso é a relação dos gêneros textuais com inovações tecnológicas, uma vez que a quantidade de gêneros textuais existentes hoje é bem maior do que a quantidade de gêneros anteriores à comunicação escrita.

Marcuschi (2005), por uma visão histórica, afirma que, em uma primeira fase, nas sociedades que tinham cultura essencialmente oral, havia uma quantidade limitada de gêneros. Os gêneros multiplicaram-se após a invenção da escrita alfabética, por volta do século VII a. C., e surgem, então, os gêneros típicos da escrita. Com o florescimento da cultura impressa, no século XV, tem-se uma terceira fase, em que os gêneros se expandem, de modo que, na fase intermediária de industrialização, no século XVIII, têm uma grande ampliação. Marcuschi (2005) usa o termo "cultura eletrônica" para se referir à fase iniciada no século passado, com a o grande aumento das tecnologias de informação e a internet, que se mantém até hoje, e em que podemos notar uma explosão de novos gêneros e formas de comunicação, tanto na escrita quanto na oralidade.

Os gêneros textuais, portanto, "surgem, situam-se e integram-se funcionalmente nas culturas em que se desenvolvem" (Marcuschi, 2005, p. 20). Os gêneros se caracterizam muito mais pelas funções comunicativas, cognitivas e institucionais que exercem do que por suas

peculiaridades linguísticas e estruturais. Assim, torna-se difícil definir um gênero formalmente (Marcuschi, 2005). Porém, como afirma Marcuschi (2005), esses novos gêneros não são inovações absolutas; eles são ancorados em outros gêneros já existentes. O autor cita o exemplo do telefonema, que se assemelha à conversação que já existia antes deste, mas que é realizado com características próprias pelo telefone.

Os gêneros emergentes instauram uma nova relação com os usos da linguagem. Exemplo disso é em relação à oralidade e à escrita, que têm suas fronteiras ainda mais desfeitas, uma vez que há certo hibridismo nos novos gêneros, "que desafia as relações entre oralidade e escrita e inviabiliza de forma definitiva a velha visão dicotômica ainda presente em muitos manuais de ensino de língua" (Marcuschi, 2005, p. 21). A linguagem dos novos gêneros é cada vez mais plástica, e pode-se observar uma maior integração entre os diversos tipos de semioses, como signos verbais, sons, imagens e formas em movimento (Marcuschi, 2005).

A riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitas, uma vez que há inesgotáveis possibilidade da multiforme atividade humana, e, em cada campo dessa atividade, o repertório de gêneros é integral, e, à medida que o campo se desenvolve ou se torna mais complexo, esse repertório aumenta (Bakhtin, 2016). Como os gêneros são fenômenos sócio-históricos e culturalmente sensíveis, não há como listar todos os gêneros (Marcuschi, 2005).

Contudo, assim como os gêneros surgem, podem desaparecer. Quando pensamos nos novos gêneros que surgem em decorrência das novas tecnologias, o que os faz surgir não são as tecnologias em si, mas, sim, a intensidade de seus usos e sua influência e interferência nas atividades de comunicação do dia a dia (Marcuschi, 2005).

Para Bakhtin (2016, p. 266), "uma determinada função (científica, técnica, publicística, oficial, cotidiana) e determinadas condições de comunicação discursiva, específicas de cada campo, geram determinados gêneros, isto é, determinados tipos de enunciados estilísticos, temáticos e composicionais relativamente estáveis." Os gêneros, tanto os orais quanto os escritos, são heterogêneos, o que pode fazer parecer impossível um plano único para seu estudo (Bakhtin, 2016). A heterogeneidade funcional, como nomeia Bakhtin, torna as características gerais dos gêneros discursivos bastante abstratas e vazias, o que pode ser um dos motivos para os gêneros literários terem ganhado muito mais visibilidade nos estudos, desde a Antiguidade (Bakhtin, 2016).

Entretanto, categorizar conhecimentos e objetos é uma necessidade humana, o que resulta na criação de "rótulos", que são, majoritariamente, pautados por escalas de valor e que se tornam, portanto, parte integrante das atividades sociais contemporâneas. Daí a necessidade de se categorizar os gêneros (Dell' Isola, 2009).

O estudo dos gêneros textuais envolve diferentes abordagens, uma análise do texto, uma descrição dos usos da linguagem e da visão da sociedade, além de tentar responder a questões socioculturais relacionadas ao uso da língua de uma maneira geral. Para conseguirmos compreender os gêneros textuais e estudar toda a sua diversidade, é necessário que eles sejam nomeados e agrupados de acordo com as características compartilhadas (Dell' Isola, 2009). Os gêneros textuais não são caracterizados e definidos apenas por aspectos formais, sejam eles estruturais ou linguísticos, mas também por aspectos sociocomunicativos e funcionais. Mas isso não significa que a forma seja desprezada. Em muitos casos, as formas determinam o gênero, e, em muitos outros, o gênero é determinado pelas funções. Entretanto, há casos, também, em que a o próprio suporte ou ambiente em que aparecem os textos que determinam o gênero (Marcuschi, 2005).

Marcuschi (2005) dá o exemplo de um texto que é publicado em uma revista científica e constitui, deste modo, um gênero chamado artigo científico. Porém, o mesmo texto, dessa vez publicado em um jornal diário, constitui, então, o gênero artigo de divulgação científica. Por mais que haja distinções claras quanto aos dois gêneros, para a comunidade científica, um trabalho publicado em uma revista científica e um trabalho publicado em um jornal diário não são classificados da mesma maneira dentro de hierarquia de valores da produção científica, mesmo que seja o mesmo texto (Marcuschi, 2005). Para Marcuschi (2005), portanto, as expressões “mesmo texto” e “mesmo gênero” não são automaticamente equivalentes, desde que não estejam no mesmo suporte[8].

Segundo Bazerman (2020), somos capazes de reconhecer muito rapidamente quando um texto pertence a um ou outro grupo familiar, porque conhecemos algumas características textuais que nos dão sinais de que tipo de mensagem é aquela. Em um envelope, por exemplo, carimbos e taxas de postagem especiais são sinais de “lixo postal” que está relacionado a propagandas e solicitações. Tendemos, então, a identificar e definir os gêneros de acordo com essas características e, depois, pelas características textuais que virão em seguida (Bazerman, 2020).

Identificar os gêneros por meio de características é um conhecimento útil para interpretar e conferir sentido a documentos, porém é uma visão incompleta e enganadora de gêneros, já que, ao defini-los apenas por características, teríamos que considerar os gêneros como atemporais e iguais para todos os que observam (Bazerman, 2020). Conforme Bazerman (2020, p. 55), “a definição de gêneros como apenas um conjunto de traços textuais ignora o

[8] Para Marcuschi (2005), o suporte é o que tem a função de mostrar e fixar o gênero, como uma revista, por exemplo, que pode ser suporte para vários gêneros, como entrevista, charge, anúncio publicitário, etc.

papel dos indivíduos no uso e na construção de sentidos. Ignora as diferenças de percepção e compreensão, o uso criativo da comunicação para satisfazer novas necessidades percebidas em novas circunstâncias e a mudança no modo de compreender o gênero com o decorrer do tempo".

Os gêneros não são entidades intrínsecas à natureza, como os animais ou plantas, por exemplo. Os gêneros são construídos histórica e culturalmente pelo ser humano e não podem ser definidos de acordo com um conjunto de propriedades que lhe devam ser necessárias e suficientes. O autor dá o exemplo de uma carta pessoal, que, por mais que a autora tenha esquecido de assinar o nome no final, permanece sendo uma carta (Marcuschi, 2005). Os gêneros surgem nos processos sociais em que as pessoas tentam compreender umas às outras de modo que se torne possível coordenar atividades e compartilhar significados de acordo com seus propósitos práticos (Bazerman, 2020). Bazerman (2020) comenta ainda que os gêneros tipificam várias coisas além da forma textual, que são parte da maneira como nós, seres humanos, atribuímos forma as atividades sociais.

Consideramos pertinente a diferenciação de duas nomenclaturas aqui: gênero textual e tipo textual. Parte-se do pressuposto de que só é possível se comunicar verbalmente por meio de um gênero (Marcuschi, 2005; Bakhtin, 2016). Sobre esta visão, Marcuschi (2005, p. 22) comenta que é baseada em uma noção de língua como atividade social, histórica e cognitiva. Privilegia a natureza funcional e interativa em vez de o aspecto formal e estrutural da língua, que é tida como atividade social, histórica e cognitiva (Marcuschi, 2005).

Também afirma o caráter de indeterminação e de atividade constitutiva da língua, ou seja, a língua aqui não é vista como um espelho de realidade, nem como um instrumento de representação dos fatos (Marcuschi, 2005). Para Marcuschi (2005), a língua também constitui a realidade, porém sem cair num subjetivismo ou idealismo ingênuo; é uma forma de ação social e histórica. É no contexto da hipótese sócio interativa da língua que "os gêneros textuais se constituem como ações sócio-discursivas para agir sobre o mundo, constituindo-o de algum modo" (Marcuschi, 2005, p. 22).

Marcuschi (2005), a respeito de tipo e gênero textual, afirma:

> (a) Usamos a expressão tipo textual para designar uma espécie de construção teórica definida pela natureza lingüística de sua composição {aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas}. Em geral, os tipos textuais abrangem cerca de meia dúzia de categorias conhecidas como: narração, argumentação, exposição, descrição, injunção.
> (b) Usamos a expressão gênero textual como uma noção propositalmente vaga para referir os textos materializados que encontramos em nossa vida diária e que apresentam características

> sócio-comunicativas definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica. Se os tipos textuais são apenas meia dúzia, os gêneros são inúmeros. Alguns exemplos de gêneros textuais seriam: telefonema, sermão, carta comercial, carta pessoal, romance, bilhete, reportagem jornalística, aula expositiva, reunião de condomínio, notícia jornalística, horóscopo, receita culinária, bula de remédio, lista de compras, cardápio de restaurante, instruções de uso, outdoor, inquérito policial, resenha, edital de concurso, piada, conversação espontânea, conferência, carta eletrônica, bate-papo por computador, aulas virtuais e assim por diante (Marcuschi, 2005, p. 22-23).

Segundo Marcuschi (2008, p. 29), "quando dominamos um gênero textual, não dominamos uma forma linguística e sim uma forma de realizar linguisticamente objetivos específicos em situações sociais particulares". Os gêneros textuais podem atuar como formas de legitimação discursiva, uma vez que estão situados em uma relação sócio-histórica com fontes de produção que os sustentam, além de uma justificativa individual.

Para Marcuschi (2005), o texto é muito heterogêneo para ser tomado como uma entidade linguística e trata-se, então, de uma entidade comunicativa constituída por unidades composicionais constituídas por sequências tipológicas. Os tipos textuais são definidos por seus traços linguísticos predominantes, deste modo, um tipo textual é constituído por um conjunto de traços que formam uma sequência e não um texto completo. Essas sequências tipológicas são bastante heterogêneas, mas relacionadas entre si, e, dentro de um determinado gênero, há certas sequências que predominam. Marcuschi (2005) cita os seguintes tipos de sequências tipológicas: (1) descritiva; (2) narrativa; (3) expositiva; (4) argumentativa e (5) injuntiva. Sobre cada tipo de sequência, o autor comenta:

> Um elemento central na organização de textos narrativos é a seqüência temporal. Já no caso de textos descritivos predominam as seqüências de localização. Os textos expositivos apresentam o predomínio de seqüências analíticas ou então explicitamente explicativas. Os textos argumentativos se dão pelo predomínio de seqüências contrastivas explícitas. Por fim, os textos injuntivos apresentam o predomínio de seqüências imperativas (Marcuschi, 2005, p. 29).

Exemplos de textos majoritariamente narrativos são os contos, romances, lendas, etc; já os textos descritivos são os que descrevem algo ou alguém. Exemplos de textos expositivos são notícias, verbetes de dicionário, enquanto alguns exemplos de injuntivos são receitas culinárias ou manuais de instruções. Um exemplo de texto argumentativo é o que compõe o *corpus* de análise desta pesquisa. Quando classificamos um texto como narrativo ou descritivo, por

exemplo, essa classificação não diz respeito ao gênero textual, mas, sim, às sequências tipológicas predominantes (Marcuschi, 2005).

Bakhtin (2016) trata também da diferença entre dois tipos de gêneros discursivos: os primários e os secundários, e deixa claro que essa não se trata de uma diferença funcional.

Os gêneros discursivos primários (simples) são os que se formaram em condições de comunicação discursiva imediata (Bakhtin, 2016), como o diálogo cotidiano, o bilhete e até mesmo a carta. Esses gêneros primários integram também os gêneros discursivos secundários (complexos) como os romances, dramas e pesquisas científicas, que são os gêneros que "surgem nas condições de um convívio cultural mais complexo e relativamente muito desenvolvido e organizado (predominantemente o escrito) - artístico, científico, sociopolítico, etc." (Bakhtin, 2016, p. 263).

No processo de formação dos gêneros secundários, os gêneros primários são reelaborados e incorporados e, então, "perdem o vínculo imediato com a realidade concreta e os enunciados reais alheios" (Bakhtin, 2016, p. 263). Bakhtin (2016) cita como exemplo a réplica do diálogo cotidiano ou da carta em um romance; por mais que mantenham sua forma e o significado cotidiano, estão no plano de conteúdo do romance e, portanto, integram a realidade concreta por meio desse, ou seja, apenas como acontecimento artístico-literário e não da vida cotidiana.

Cabe aqui comentar também sobre a estilística. Todo estilo está indissoluvelmente ligado ao enunciado e aos gêneros do discurso. Todos os enunciados, sejam eles orais escritos, primários ou secundários, são individuais e, então, podem refletir a individualidade dos falantes. Porém, alguns gêneros são mais propícios a refletirem a individualidade dos falantes do que outros. Os gêneros da literatura de ficção são mais favoráveis do que as modalidades de documentos formais, por exemplo (Bakhtin, 2016).

Conforme Bakhtin (2016), o estudo da natureza do enunciado[9] e das diversas formas de gênero nos variados campos da atividade humana é de grande importância para quase todos os campos da Linguística. Todo trabalho de investigação de um material linguístico concreto, seja de história da língua, gramática normativa, etc., atua necessariamente com enunciados, sejam eles escritos ou orais, relacionados a diversos campos da atividade humana. Portanto, para o autor, em qualquer corrente de estudo, é necessária uma noção precisa da natureza do enunciado e das particularidades de cada gênero, uma vez que

[9] Aqui, tomamos enunciado como sinônimo de texto.

> o desconhecimento da natureza do enunciado e a relação diferente com as peculiaridades das diversidades de gênero do discurso em qualquer campo de investigação lingüística redundam em formalismo e em uma abstração exagerada, deformam a historicidade da investigação, debilitam as relações da língua com a vida. Ora, a língua passa a integrar a vida através de enunciados concretos (que a realizam); é igualmente através de enunciados concretos que a vida entra na língua. O enunciado é um núcleo problemático de importância excepcional (Bakhtin, 2016, p. 264-265).

Com base nisso, de que qualquer trabalho que investiga um material linguístico deve levar em conta as particularidades do gênero e a natureza do enunciado e, considerando as teorias sobre gêneros textuais discutidas acima, buscamos compreender o que caracteriza o gênero carta política, tema central neste trabalho. Para tal, analisamos os contextos em que é produzido e em que circula; seu conteúdo temático; estilo da linguagem; construção composicional; entre outros aspectos, conforme tratamos nas subseções seguintes.

3.3 Gênero Carta Política

A página do FBSSAN, assim como outras páginas de organizações similares, divulga textos do gênero que denominam cartas políticas, publicadas em seção de mesmo nome, produzidas em eventos e congressos, que são vezes apresentadas às autoridades ou conselhos para quem suas propostas e queixas são dirigidas. Sobre as cartas publicadas, o FBSSAN comenta:

> Num tempo de conexões digitais, com rapidez e a velocidade da fibra óptica, as cartas dos movimentos da sociedade civil representam uma dialógica entre o analógico e o digital ao representarem das vozes que clamam por exercer esse direito à fala na sociedade, mediada por fluxos informacionais midiatizados. As cartas são o meio material de transporte de uma ação cultural para a liberdade, que reivindica o direito de criar, recriar, decidir, escolher e participar da construção de sistemas alimentares possíveis e diverso nos conhecimentos, na produção, nas comunicações, nas formas de comer e nas culturas. As cartas representam a luta em reconquistar a voz num mundo desumanizado [*sic*] (FBSSAN, [s.d.]).

Neste subcapítulo, enfocamos esse gênero, que está em circulação, e apresenta características próprias, que se diferenciam de outros tipos de carta e de outros gêneros da esfera política, mas ainda é pouco explorado nos estudos de gêneros textuais.

O gênero carta é bastante vasto e tem grande circulação na sociedade brasileira, com diferentes organizações em sua microestrutura[10] e características específicas de acordo com seu contexto de circulação, "é um texto que envolve um contexto comunicativo" (Maior, 2001, p. 2). No *Dicionário de gêneros textuais* (Costa, 2008), encontra-se a seguinte acepção para o gênero carta:

> **CARTA (v. CARDÁPIO, CIRCULAR, CORREIO, CORREIO ELETRÔNICO, CORRESPONDÊNCIA, E-MAIL, EPISTOLA, MAPA, MISSIVA):** tradicionalmente pessoas, instituições, repartições mantêm correspondência (v.) por meio de cartas, que geralmente são enviadas via correio, portanto, fechadas num envelope, endereçadas e seladas. Ou seja, trata-se de uma mensagem (v.), manuscrita ou impressa, dirigida a uma pessoa ou a uma organização, para comunicarse-lhe algo. Conforme o espaço onde circula a correspondência (v.), há vários tipos de carta que possuem uma estrutura semelhante, com a presença de alguns elementos básicos indispensáveis, como local e data, saudação, corpo, despedida e assinatura, ou específicos, como cabeçalho ou timbre, numeração, endereço, além dos anteriores, na correspondência comercial ou oficial (v. Ofício). Quanto à interlocução, a carta vai ser mais ou menos formal, dependendo do tipo de correspondência: comercial ou familiar. Nesta, a carta familiar, cujo conteúdo gira em torno de temas pessoais, geralmente é escrita em estilo simples, no registro coloquial, pois a interlocução se dá entre pessoas que se conhecem ou são parentes próximos. Naquela, ao contrário, como a interlocução geralmente se dá entre organizações, a carta comercial constitui um "documento" formal escrito cujo conteúdo gira em torno do mundo dos negócios: compra e venda de alguma coisa, promoção, cobrança, etc. O estilo do discurso se faz, então, num registro lingüístico mais formal, a partir do próprio vocativo e das formas de tratamento no corpo da carta (Costa, 2008, p. 50).

Costa (2008) apresenta os elementos composicionais comuns do gênero, além de possíveis contextos de circulação. Por meio dessa acepção de carta, é possível verificar as várias possibilidades de contextos de produção do gênero, que pode ser intercambiado entre familiares, instituições, repartições, etc., pode apresentar linguagem formal ou informal, além de diferentes estilos, dependendo do contexto em que essa circula.

Segundo Maior (2001), a carta é uma forma de comunicação escrita que teve origem há séculos e se diversificou acompanhando a "complexificação" sociocultural da sociedade. Está presente nas diversas práticas sociais, pessoais e comerciais e modifica-se e adapta-se aos meios pelos quais é transmitido.

[10] A microestrutura diz respeito à "estrutura semântica local" em um texto, ou seja, às "ou entre proposições, isto é, em pares, conexões lineares entre elementos numa sequência" (Van Dijk, 2010, p. 50).

Vários gêneros textuais, como jornais e periódicos, instrumentos financeiros, encíclicas papais, livros do Novo Testamento, romances, entre outros, tem ligações com o gênero carta (Bazerman, 2020). Isso se dá porque a carta é um gênero que permite a comunicação entre indivíduos dentro de uma relação específica em circunstâncias específicas, o que pode ser um meio flexível para diversas funções, relações e práticas institucionais se desenvolverem (Bazerman, 2020).

Alguns elementos da carta ainda aparecem na indústria jornalística; os repórteres que são mantidos em cidades ou países distantes ainda são chamados de correspondentes, por exemplo (Bazerman, 2020). Sobre os gêneros da esfera científica, uma das primeiras revistas científicas, *Philosophical Transactions of the Royal Society*, publicada pela primeira vez em 1665, desenvolveu-se pela troca de correspondências entre filósofos naturais, com o propósito de trocar informações sobre suas investigações (Bazerman, 2020). De acordo com Bazerman (2020), levou mais de um século para que os artigos adotassem um foco argumentativo abstrato e perdessem os vestígios de carta.

A carta permite que seja criado um espaço de transacional aberto, o qual pode ser especificado, definido e regularizado de diversas maneiras, além disso, as cartas podem descrever e comentar a relação entre os indivíduos participantes da comunicação e qual a natureza dessa (Bazerman, 2020). Segundo Bazerman (2020, p. 134), "à medida que mais temas e transações, de forma reconhecível, se inserem nas cartas, o gênero, em si, se expande e especializa". Desse modo, vários tipos de carta tornam-se reconhecidas e passam a ser tratadas de maneira diferente. Cada vez mais, uma variedade maior de transações que podem ser realizadas por meio de cartas, e à distância, é reconhecida; e, para cada transação, há um modelo diferente a ser seguido (Bazerman, 2020).

Dentro do gênero carta, portanto, são encontrados textos com características individuais, que são classificados com nomes específicos (Maior, 2001). Costa (2008) lista alguns possíveis subgêneros do gênero carta:

> a) de leitor: geralmente de opinião (argumentativa), circula em jornais e revistas, já que o leitor a envia para manifestar seu ponto de vista sobre matérias que leu;
> b) de crédito: documento ou autorização pelo(a) qual um negociante (banqueiro, comerciante) abre crédito dentro de certo prazo para com outro a favor do portador;
> c) de alforria: patente ou escritura (v.) pela qual o senhor dava liberdade ao escravo;
> d) aberta: carta que se dirige publicamente a alguém através dos órgãos de imprensa;

> e) de vinhos (v. cardápio): relação dos vinhos disponíveis num restaurante ou bar,
> f) circular: a que é endereçada, simultaneamente, a vários destinatários;
> g) magna ou constitucional (v. constituição): lei fundamental que regula a organização política de uma nação soberana;
> h) de apresentação: carta passada por autoridades ou particulares apresentando alguém para concorrer a algum cargo ou função em alguma instituição;
> i) diplomática (v. credencial): carta de um governo soberano a outro que apresenta um diplomata que o representará;
> j) de recomendação: documento, título, atestado, autorização (v. todos) passado(a) por autoridades civis, militares, etc.;
> k) de arrematação: título de propriedade que recebe o rematante de bens vendidos em leilão;
> 1) régia: carta que, sem passar pela chancelaria ('ministério'), um monarca dirige diretamente a uma autoridade;
> m) revocatória ou revogatória: carta enviada de um governo a outro, encerrando a missão do diplomata que o representava;
> n) resposta: v. cartão-resposta (Costa, 2008, p. 50-51).

Outro exemplo, além dos mencionados por Costa (2008), é a carta política, que compreende nosso texto de análise.

Como já discutido anteriormente, quando se domina um gênero textual, não se domina uma forma linguística, mas sim "uma forma de realizar linguisticamente objetivos específicos em situações sociais particulares" (Marcuschi, 2005, p. 29). Além disso, os gêneros não se caracterizam como estruturas estáticas (Marcuschi, 2005). Em relação ao gênero carta, este está situado em contextos comunicativos bem definidos, porém diversificados, o que possibilita uma grande variedade na sua forma estrutural (Maior, 2001).

A respeito da importância do gênero carta, Bazerman (2020) afirma:

> Uma vez que a socialidade de textos é frequentemente uma questão da compreensão social implícita, encaixada em nosso reconhecimento de gêneros que formam a atividade comunicativa, a leitura e a escrita têm sido vistas regular e incorretamente como processos autônomos de forma e significado puros, separados das circunstâncias, das relações e das ações sociais. As cartas, comparadas a outros gêneros, podem parecer simples por serem tão abertamente ligadas às relações sociais e a escritores e leitores particulares, mas isso só significa que elas nos revelam clara e explicitamente a socialidade que faz parte de toda escrita. Isso, entretanto, pode ser a própria razão por que as cartas têm sido tão instrumentais na formação de gêneros mais especializados e menos autointerpretativos. As cartas têm nos ajudado a encontrar os endereços de muitos lugares obscuros e notáveis para encontros letrados e têm nos ajudado a entender o que faríamos e diríamos uma vez chegássemos lá (Bazerman, 2020, p. 151).

As cartas, então, por mais que pareçam simples se comparadas a outros gêneros, por estarem relacionadas às relações sociais, desempenharam papel fundamental na formação de gêneros mais especializados, além de nos mostrar as funções sociais da escrita.

Sobre a circulação das cartas na História, há séculos essas vêm sendo usadas como um meio para o indivíduo manifestar interesses pessoais para as autoridades (Bazerman, 2020). Alguns exemplos de cartas com tal propósito durante a História foram as cartas de Petição, que constituíram um instrumento regular para expressar protesto e descontentamento durante a Idade Média, e também as cartas produzidas nas rebeliões inglesas e na Declaração de Independência dos Estados Unidos, que eram regularmente usadas para disseminar atitudes rebeldes, compartilhar informações sobre as injúrias e organizar atos de rebelião (Bazerman, 2020).

Outro período histórico marcado pela produção de cartas foi o que antecedeu a Revolução Americana; cartas entre os Comitês de Correspondência foram um veículo importante para aumentar o sentimento e a organização dos rebeldes (Bazerman, 2020). Nos exemplos trazidos, "as cartas precederam o aparecimento de documentos públicos mais visíveis, tais como cartazes manifestos e panfletos sediciosos" (Bazerman, 2020, p. 140). Nos eventos citados, a escrita de cartas cumpriu uma função política.

Segundo Cap e Okulska (2013), a busca por objetivos políticos influencia grupos e indivíduos a assumirem tanto posições cooperativas quanto competitivas em interações sociais. A comunicação política ocorre, então, dentro e entre pelo menos os três domínios seguintes: O sistema de Estado, senado, partidos políticos, eleições, debates etc.; a esfera altamente diversificada de instituições sociais governamentais ou não governamentais, assim como iniciativas populares, como empresas, ONGs, organizações educacionais, negócios, além de campanhas extraparlamentares e movimentos sociais; e a mídia. A função da mídia é, geralmente, conectar os outros dois domínios, despolitizando as práticas estabelecidas das estruturas políticas do Estado e, simultaneamente, politizando os interesses e tendências emergentes e instáveis da sociedade civil (Cap; Okulska, 2013).

Para Chilton (2004), há duas linhas amplas e centrais para definir política dentro dos estudos linguísticos. De um lado, a política é vista como uma luta por poder entre aqueles que querem manter o seu e os que buscam resistir a ele. Por outro lado, a política é vista como cooperação e relacionada às práticas e instituições que a sociedade cria para resolver questões a respeito de dinheiro, influência, liberdade etc.

Há uma outra classificação que perpassa política nos níveis micro e macro. No nível micro, estão os conflitos de interesse, luta por domínio de poder, questões entre indivíduos,

questões de gênero entre grupos sociais de todos os tipos. No nível macro, estão as instituições políticas de estado (Chilton, 2004).

Independentemente de como política é definida, há sempre uma dimensão linguística, discursiva e comunicativa relacionada ao uso da palavra. Não existe atividade política sem o uso da linguagem. Outros comportamentos também estão relacionados ao fazer política, mas o fazer política é predominantemente constituído na linguagem (Chilton, 2004).

Diante de tais definições e discussões em relação ao gênero carta e à política nos estudos linguísticos, buscamos compreender o gênero carta política, em que se insere o texto que compõe nosso *corpus* e sobre o qual ainda não há estudos aprofundados. Nos subcapítulos seguintes, trazemos os estudos encontrados que analisam cartas políticas históricas e que dialogam com o gênero aqui estudado.

3.3.1 Cartas políticas na História

Ao realizar o Estado da Arte para esta pesquisa, encontramos alguns documentos históricos intitulados cartas políticas, seja já na publicação ou por autores que os analisaram posteriormente. Dentre eles, consta a publicação de uma coletânea de sete cartas políticas dirigidas ao imperador, produzidas por José de Alencar, sob o pseudônimo de Erasmo, entre 1867 e 1868; as Cartas Políticas da Dinastia Avis, escritas no século XV; e as *Cartas Políticas de Americus*, produzidas por Miguel Calmon du Pin e Almeida, entre 1824 e 1825.

As cartas de Erasmo constituem textos políticos que, pela forma, são cartas. De acordo com Carvalho (2009), a carta não tinha a mesma agressividade que o panfleto, que também era uma forma comum de debate político na época, e tinha o estilo leve e comunicativo, como a artigo de jornal, mas tinha a vantagem de permitir maior desenvolvimento do tema. A carta constituía, portanto, “um meio rápido, barato e eficiente de comunicação com o público” (Carvalho, 2009, p. 9). As cartas dirigidas ao Imperador tinham, ainda, a vantagem de garantir o interesse do leitor, pela importância do destinatário, principalmente, o interesse do próprio destinatário, o Imperador (Carvalho, 2009). Soares (2021) afirma que, em *As Cartas Políticas de Erasmo*, Alencar usa uma abordagem suave, com linguagem branda, sem soar agressivo ao público, mesmo ao tratar de temas polêmicos.

As cartas caracterizaram uma forma de debate público no século XIX; às vezes assinadas, outras vezes anônimas ou, como as de Alencar, assinadas sob um pseudônimo (Carvalho, 2009). De acordo com Carvalho (2009), o pseudônimo Erasmo, usado por Alencar,

foi escolhido em referência a Desiderius Erasmus, um grande humanista do século XVI, conhecido como Erasmo de Roterdã.

As cartas políticas de Alencar eram publicadas semanalmente, na forma de folhetos, e vendidas em livrarias e nas ruas. O autor prometia publicar pelo menos oito páginas de cada vez e escreveu três séries de cartas:

> A primeira compunha-se de dez folhetos, com o título geral de Ao Imperador, Cartas de Erasmo. A primeira carta saiu em 17 de novembro de 1865 e a última em 24 de janeiro de 1866. A segunda série intitulou-se Ao Povo, Cartas Políticas de Erasmo. Foram nove cartas, das quais só a última tem data, seis de agosto de 1866. A terceira série chamou-se Ao Imperador, Novas Cartas Políticas de Erasmo. Compunha-se de sete cartas, a primeira, datada de 24 de junho [de 1867], a última, de 15 de março de 1868 (Carvalho, 2009, p. XI).

As cartas políticas foram escritas no contexto do Segundo Reinado, na década de 1860, entre os anos de 1865 e 1868 (Soares, 2021). Os temas tratados nas cartas foram, incialmente, a Guerra do Paraguai, já que Alencar discordava do tratamento dado ao conflito pelo Imperador (Soares, 2021). Em seguida, outras questões tornaram-se pauta, como a questão fiscal e a escravidão (Soares, 2021). Alencar aborda a Guerra do Paraguai (Cartas I, V e VI), a política do Império em geral (Carta VII) e tem como principal assunto a defesa do sistema escravista no Brasil (Cartas 11, III e IV) (Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin, [s.d.]).

Segundo Soares (2021), os destinatários das cartas foram o Marquês de Olinda, o Visconde de Itaboraí, o Povo e, em duas das cartas, o Imperador. Soares (2021) ainda comenta que *As Cartas Políticas de Erasmo* se configuram quase como um manifesto, em que é defendida a permanência da escravidão no Brasil, e o autor, por meio das cartas, faz queixas e deixa suas sugestões e conselhos, como vemos no recorte a seguir, retirado de uma das cartas destinadas ao Imperador:

> Proponho-me, senhor, a dizer-vos a verdade inteira a respeito do país; sobre os homens, como sobre as coisas; e quero enunciá-la em público, ante a nação, para que ela saiba que enfim já não a ignorais e se regozije com a esperança do pronto remédio. Não tenho ambição nem interesse em cujas aras sacrifique; não tenho despeito ou ódio a cevar com alheio sofrimento; mas sinto ardente o amor da pátria e veemente a impulsão do dever que arroja o homem ao martírio da justiça e da verdade. Levanto apenas o pendão de uma cruzada santa. Convocai para ela, senhor, vós que podeis, todos os homens honestos; congregai-os ao redor de vosso trono para que sobre as ruínas dos antigos partidos desbaratados pelo egoísmo, se eleve o grande partido da lei e da moralidade. O povo espera de vós: – que aniquileis os bandos de

> ambiciosos que se associam para explorar as desgraças públicas em proveito seu: – que expulseis dos santuários da nação os réus de improbidade política, como Cristo enxotou os mercadores do templo: – que ordeneis aos poderosos o respeito à moral e à justiça dando vós primeiro o exemplo do desprezo pelos caracteres poluídos, qualquer que seja a altura a que tenham galgado (Alencar, 2009, p. 14).

As cartas de Alencar foram produzidas em um contexto de grande movimentação política e de ideias, com muitas discussões sobre a Constituição, o Poder Moderador, o sistema representativo e as reformas políticas e sociais (Carvalho, 2009). Os temas discutidos nas cartas políticas eram, portanto, de grande relevância para a época. No recorte trazido, não há presença de modalizadores deônticos, mas há deonticidade decorrente do uso de verbos no infinitivo, uma vez que, por meio desses, o autor faz recomendações ao imperador.

Além das cartas políticas de Alencar, encontramos um estudo que investiga o que chamam de "Cartas Políticas da Dinastia de Avis" (Coelho, 2016). Coelho (2016) analisou 21 cartas, escritas na primeira metade do século XV, primeiramente no reinado de D. João I, primeiro monarca da Dinastia Avis, de Portugal, e em seguida, no reinado de D. Duarte, seu filho. A maioria das cartas está endereçada a D. Duarte e foi escrita por pessoas próximas a ele, que faziam papéis de conselheiras. Segundo Coelho (2016), o tom das cartas é de promoção da virtude e da razão como bases para assegurar o discernimento sobre o bem comum; o emissário atua como conselheiro que se utiliza da amizade e sentido do dever para apontar como se deve conhecer e aprender. Coelho (2016) toma os emissários como membros de uma comunidade política textual, que elaboram argumentos com o objetivo claro de persuadir a audiência. O tom político das cartas se dá por conta de seu contexto de comunicação, em que os membros dessa comunidade política textual se comunicam com um monarca, escrevendo-lhe conselhos.

Citamos aqui mais uma publicação histórica de cartas políticas: *As Cartas políticas de Americus*, que consistem em uma coletânea de textos produzidos por Miguel Calmon du Pin e Almeida, entre 1824 e 1825, e publicados durante viagem para Inglaterra, no periódico *O Padre Amaro*. Miguel Calmon seguiu carreira política no Brasil, e a viagem para a Inglaterra influenciou em sua atuação política ao retornar ao Brasil, como deputado do Império, em 1827 (Farias, 2017)

Segundo Farias (2017), as cartas de Calmon abordavam conteúdos como a liberdade, ora associada à soberania do Estado, ora aos direitos civis e políticos dos cidadãos, cuja garantia ere dever do Estado. Outro tema central nas cartas era a abolição da escravidão (Junqueira, 2013).

Sob o codinome de Americus, Calmon propõe medidas nas cartas para algo próximo de um "processo civilizador", pelo qual os escravizados deveriam passar para então ingressar na sociedade brasileira (Junqueira, 2013) e, como pode ser observado no trecho a seguir argumenta e faz propostas a favor de sua opinião:

> Ainda quando estivesse ao seu alcance o suspender a torrente da opinião pública de todo o mundo, podem por ventura os interessados neste sistema deixar de ver a sua ruína? São poucos os sinais ominosos [sic] que tão distintamente se divisam no horizonte político? Toda a antiga fábrica do governo colonial veio a terra com a independência dos governos americanos; a sua civilização destruiu em toda a America [sic] este abusivo tráfico – **é por tanto necessário** que o Brasil se ponha ao nível dos estados que o rodeiam sobre uma matéria, em que o mundo todo está de acordo. He absolutamente impossível que um homem qualquer, dotado do mais leve grau da faculdade de ajuizar das coisas, possa conceber como racionável aquele direito, que se arroga uma classe de indivíduos para ter outra classe em um estado de escravidão [...] (Almeida, 1826, p. 164-165 *apud* Junqueira, 2013, p. 8).

No recorte acima, Calmon condena as práticas do governo brasileiro por não abolir a escravidão e proibir o tráfico de escravos. O autor faz uso do modalizador deôntico de necessidade **é necessário** para fazer uma recomendação de algo que julga ser preciso para o país.

Os estudos aqui apresentados têm pontos em comum. Os três fazem uma análise histórica de cartas políticas, que tinham como temática assuntos de cunho político relevantes para a sociedade de suas épocas, além de retratarem uma comunicação entre duas partes; além disso, os autores argumentam sobre a comum falta de atenção dada pelos estudiosos a esses documentos aqui mencionados (Carvalho, 2009; Coelho, 2016; Junqueira, 2013).

3.3.2 Os estudos de Sussmann (1959; 1962) sobre as cartas políticas americanas da década de 1930

Os trabalhos de Sussmann (1959; 1962) foram os únicos que encontramos que objetivam estudar as características de circulação do gênero carta política. Os trabalhos citados anteriormente nesta seção tinham como objeto de estudo textos específicos que configuram cartas políticas, e não o gênero propriamente dito. Nesta subseção, trazemos, então, os postulados de Sussmann (1959, 1962) sobre carta política, uma vez que os trabalhos da autora não se encontram traduzidos para o português.

Segundo Sussmann (1959), o rádio e a televisão facilitaram bastante a comunicação dos líderes políticos para com o público, porém, até então, não havia nenhuma invenção correspondente que facilitasse a comunicação do público para com o eleitorado. As cartas tinham, portanto, uma função importante no processo político (Sussmann, 1959).

Sussmann (1959), ao usar o termo cartas políticas (*political letters*), refere-se às cartas produzidas e veiculadas nos Estados Unidos, intercambiadas entre políticos e eleitores ou escritas por eleitores e publicadas em jornais, que tinham cunho político. O termo cartas políticas é usado por Sussmann de modo similar ao usado por José de Alencar, em sua coletânea de cartas. A respeito das cartas políticas, Sussmann (1959) comenta que a escrita dessas confere ao escritor uma certa autonomia, uma vez que ele pode escolher suas próprias questões, palavras e momento de agir. Não está sujeito à organização, às restrições e ao tempo do período de eleições, por exemplo. O correio dava aos eleitores a possibilidade de transmitirem suas opiniões sobre questões específicas quando essas eram colocadas em pauta, e não apenas nas próximas eleições. (Sussmann, 1959).

Segundo Sussmann (1959), até a metade do século XIX nos Estados Unidos, a escrita de cartas políticas se restringia à elite, o que mudou durante o período de liderança de Abraham Lincoln, que passou a receber cartas de um grupo leigo, diverso e sem uma classe definida, porém engenhoso, seguro e informado, que constituía o povo americano.

Na década de 1930, o número de cartas políticas endereçadas ao governo, nos Estados Unidos, cresceu significativamente, e essas cartas eram enviadas tanto para a casa Branca quanto para os meios de comunicação, como o Jornal *The New York Times* (Sussmann, 1959). Segundo Sussmann (1959), a explosão da escrita de cartas políticas na década de 1930 foi causada pela Grande Depressão[11] e pela popularidade do então presidente americano Franklin D. Roosevelt; outro tema comum das correspondências eram a respeito da legislação do *New Deal*[12], que também acarretou o aumento da comunicação dos eleitores para com o presidente e congresso (Sussmann, 1959).

Conforme Sussmann (1962), as cartas políticas direcionadas aos políticos, principalmente ao presidente Roosevelt, configuram uma fonte rica de informação sobre a opinião pública.

A escrita de cartas políticas popularizou-se principalmente no governo de Roosevelt, que se beneficiou com a troca de correspondências. De acordo com Sussmann (1962), o

[11] Grave crise econômica de 1929.

[12] Conjunto de políticas econômicas e sociais para lidar com os efeitos da Grande Depressão nos Estados Unidos da América, implementado na década de 1930.

presidente e sua equipe respondiam às milhares de cartas endereçadas ao presidente, as quais Roosevelt fazia questão de assinar pessoalmente. Durante o período eleitoral de 1932, as cartas recebidas por Roosevelt eram de membros do partido. A correspondência contribuiu para estabelecimento de laços de amizade política (Sussmann, 1962). Depois de sua eleição, Roosevelt passou a receber cartas também do eleitorado, e essas passaram a compor a maior parte das correspondências endereçadas a ele (Sussmann, 1962).

O conteúdo das cartas era bastante diversificado, como proposições para resolver os problemas enfrentados pelo país, pedidos dos mais diversos, caricaturas do presidente etc. (Sussmann, 1962). Muitas cartas continham propostas para acabar com a depressão, e as que tinham algum mérito eram passadas para os conselheiros de Roosevelt. Outras continham propostas para reformas econômicas. Roosevelt recebia propostas gerais para a melhora do país, como a desse agricultor que sugere que os preços dos cereais deveriam ser mais baixos para os agricultores:

> [a] I am writing you from the Corn, Wheat and Oats Belt of Indiana to wish you an abundance of success.
> And also want to acquaint you with the many things that have been a disadvantage to this belt for the past 4 or 8 yrs...
> If the Farmer was able to realize a living price for the Grain and Live-Stock he has to sell he would be the best customer that Railroads, Industry and Labor would have, as he is at present in the market for all mfg. articles which are made in the U.S.. and if he is given an opportunity to buy it will start prosperity on the upturn.....
> So lets commence at the Bottom and build so as the multitude will be benefitted, when 50% of the population is on a down hill pull who happen to be the consumers of this country the other 50% are bound to fall... (Sussmann, 1962, p. 93) [13].

Em outras cartas, são apontados alguns problemas vigentes, como no recorte a seguir, em que um outro agricultor reclama do endividamento, culpa a alta dos impostos e pede mudança por parte do presidente:

---

[13] [a] Estou escrevendo para você do Cinturão do Milho, Trigo e Aveia de Indiana para lhe desejar muito sucesso. E também para informá-lo sobre as muitas coisas que têm sido uma desvantagem para este cinturão nos últimos 4 ou 8 anos...
Se o Agricultor conseguisse obter um preço digno para os cereais e o gado que tem para vender, ele seria o melhor cliente que os caminhos-de-ferro, a indústria e o trabalho teriam visto que atualmente está no mercado para todos os MFG. artigos que são feitos nos EUA. e se ele tiver a oportunidade de comprá-los, a prosperidade começará a crescer.....
Então, vamos começar de baixo e construir de modo que a multidão seja beneficiada, quando 50% da população estiver em declínio, quem por acaso são os consumidores deste país, os outros 50% estão fadados a cair... (Sussmann, 1962, p. 93, tradução nossa).

> [b] I wish you would do all you can to give farmers money at not to exceed 3% with a long term of years to pay in. This is the only remedy for the farmers. I can't see much good in the allotment plan...
> May I suggest one of the best things to do for the farmers-reduce their approaching land taxes before the twentieth of December. Now I have managed farms for years and have seen taxes go higher and higher even though the land brought no income, have seen the toil through excessive heat and cold ...in the end disappointment... and misery. ...please give us in these small communities a chance to hold our homes...I have held on to my home for 27 years with little help...and now I fear the loss of my home and for so little indebtedness-I have worked for the Democrats ever since coming here but the Republicans have it all their own way in these parts our taxes are ridiculously excessive-of course you know all about it-If we can only get rid of them this time, some of them at least-Now that you will be President of the U. S. A. please see to it that you make good and remain such for the next eight years, only to make sure of another sensible Democrat when your term ends. (Sussmann, 1962, p. 94-95)[14].

Entre outras sugestões de diversas ordens, como no recorte seguinte, em que o eleitor propõe o estabelecimento de um sistema bancário em ordem mundial, entre outras sugestões de ordem econômica:

> [c] Just a suggestion. Why not iron out all money troubles by the establishment of a government chain banking system, restoring back to the people their medium of exchange where it rightfully belongs.... All interest on...loans going back to the government for the running expense of the government and the elimination of taxation under this system. Alicw no man to accumulate the money... thus allowing the money to work at all times to find employment for the people.
> If it is the people's money, who should receive the interest, the people, or should it go to the financial center of the world, to be used as a club to break the heads of the people who create everything (Sussmann, 1962, p. 95-96).[15]

---

[14] [b] Gostaria que você fizesse tudo o que pudesse para dar dinheiro aos agricultores, não excedendo 3% com um longo prazo de anos para pagar. Este é o único remédio. para os agricultores. Não consigo ver muita coisa boa no plano de distribuição... Posso sugerir uma das melhores coisas a fazer pelos agricultores: reduzir os seus próximos impostos sobre a terra antes do dia 20 de dezembro. Agora administrei fazendas durante anos e vi os impostos aumentarem cada vez mais, embora a terra não gerasse nenhuma renda, vi o trabalho passar por calor e frio excessivos... no final, decepção... e miséria. ...por favor dê-nos a estas pequenas comunidades uma oportunidade de manter as nossas casas... Mantive a minha casa durante 27 anos com pouca ajuda... e agora temo a perda da minha casa e por tão pouco endividamento - trabalhei para os democratas desde que chegaram a ela, mas os republicanos fazem tudo à sua maneira nestas partes, seus impostos são ridiculamente excessivos, é claro, você sabe tudo sobre isso. Se ao menos conseguirmos nos livrar deles desta vez, pelo menos alguns deles. Agora que você será presidente dos EUA, por favor, certifique-se de que você se sairá bem e permanecerá assim pelos próximos anos, apenas para garantir outro democrata sensato quando seu mandato terminar (Sussmann, 1962, p. 94-95, tradução nossa).

[15] [c] Apenas uma sugestão. Por que não resolver todos os problemas financeiros por meio do estabelecimento de um sistema bancário em cadeia governamental, devolvendo ao povo o seu meio de troca onde ele pertence por direito.... Todos os juros sobre... empréstimos voltando ao governo para as despesas correntes do governo e a redução da tributação neste sistema. *Alicw* nenhum homem para acumular o dinheiro... permitindo assim que o dinheiro funcione em todos os momentos para encontrar emprego para o povo. Se for o dinheiro do povo, quem

Nesse recorte, vemos o modalizador deôntico ***should***, que indica a necessidade da proposta indicada pelo eleitor. Nos recortes [a] e [b], verifica-se um tom de súplica, de possibilidade, e não de imposição ou ordem aos governantes, diferentemente do recorte [c], em que as propostas são mais incisivas, o que se pode notar pelo uso do modalizador deôntico. Desse modo, nos recortes [a] e [b], por mais que sejam feitas sugestões, são predominantes expressões modalizadoras representativas do eixo epistêmico, ora demonstrando uma avaliação do falante a respeito da proposição, como em "***I wish you would*** *do all you can to give farmers money at not to exceed 3% with a long term of years to pay in*" (recorte [b]), ora como estratégia de preservação da face, como se observa em "[...] *when 50% of the population is on a down hill pull who happen to be the consumers of this country the other 50%* ***are bound to*** *fall*" (recorte [a]).

Roosevelt, além das cartas que indicavam problemas, propostas ou pedidos, também recebia outro tipo de correspondência: as cartas de fãs (Sussmann, 1992), conforme os exemplos a seguir:

> [d] Franklin D. Roosevelt the greatest President of them all- more mental push more tact more courage to speak his mind than any president preceding him (1933).
> [e] He is a natural born leader.
> He possesses courage, wisdom and vital energy.
> He is a true humanitarian even as he is a great patriot and a sympathetic Christian.
> He walks in the light of Him, who courageously defied certain traditions so as to bring love and harmony among all mankind (1940).
> [f] I am writing you this note in the hope that you will read it and favor me with a photo of you... I have never had the pleasure of seeing... you but I am crazy for one of your photos... we democrats down here in "Old. Kentucky" are interested in you and I want one of your photos. I saw one of your Christmas cards with your picture on it and I thought it was fine.
> I am also making a scrap book "The Roosevelt Scrap Book" and everything. I read in the papers worth while. I cut it out and paste it in my scrap book.... In one book I have "A brief sketch of the life of Franklin D. Roosevelt" which was carried in the papers... late last summer and fall. In the other book I have all about the Convention and etc. with all the pictures that went through the papers and now I am just waiting for the "Inauguration" to finish it up. So you see I am very much interested ...and I want one of your photos.

---

deve receber os juros, o povo. ou deveria ir para o centro financeiro do mundo, para ser usado como um porrete para quebrar a cabeça das pessoas que criam tudo (Sussmann, 1962, p. 95-96, tradução nossa).

> Won't you send me one? I certainly would appreciate it (1932) (Sussman, 1992, p.107- 108).[16]

No exemplo [d], vemos um eleitor tecendo elogios ao presidente, que considera "o melhor de todos". No recorte [e], o eleitor afirma que Roosevelt é um grande humanitário e caminha sob a luz de Deus, já que é cristão. No recorte [f], o eleitor pede uma foto para adicionar ao álbum em que coleciona recortes de jornais do presidente.

Segundo Sussmann (1962), por volta de um quinto da população interagia por meio de correspondências com os oficiais na década de 1930, foco dos estudos de Sussmann (1959, 1962), nos Estados Unidos. Em relação aos escritores das cartas políticas endereçadas a Roosevelt, 46% eram proletários, 17% empresários; 15% fazendeiros; 54% trabalhadores do clero; 3% profissionais executivos; 2% grupos; 1% oficiais governamentais; 1% estudantes e 3% crianças (Sussmann, 1962). A autora conclui que, por mais que os assuntos das cartas que chegavam a Roosevelt tinham assuntos diversos, a maioria delas era cartas de apoio. A mídia de massas teve papel fundamental para instigar a escrita dessas cartas, divulgar informações e, às vezes, até fazer apelos que estimulavam a escrita das cartas (Sussmann, 1962).

A mídia ainda configura um dos principais veículos de divulgação de informações sobre as políticas vigentes, mas, nas cartas políticas produzidas nas últimas décadas no Brasil, pelo menos, observamos que o foco de temáticas está em sugerir mudanças e apontar problemas políticos, em vez de demonstrar apoio aos políticos. Na próxima subseção, enfocamos essas cartas, que se aproximam mais da que compõe o *corpus* desta pesquisa. A próxima subseção nos auxilia a compreender melhor as condições de produção e de circulação do gênero aqui enfocado.

---

[16] [d] Franklin D. Roosevelt, o maior presidente de todos - mais impulso mental, mais tato, mais coragem para falar o que pensa do que qualquer presidente que o precedeu (1933).
[e] Ele é um líder nato.
Ele possui coragem, sabedoria e energia vital.
Ele é um verdadeiro humanitário, pois é um grande patriota e um cristão solidário.
Ele caminha na luz Daquele que desafiou corajosamente certas tradições, de modo a trazer amor e harmonia entre toda a humanidade (1940).
[f] Estou escrevendo este bilhete na esperança de que você o leia e me favoreça com uma foto sua... Nunca tive o prazer de ver... você, mas estou louco por uma de suas fotos... nós, democratas aqui em "Old, Kentucky" estamos interessados em você e quero uma de suas fotos. Eu vi um de seus cartões de Natal com sua foto e achei que estava tudo bem. Também estou fazendo um álbum de recortes "The Roosevelt Scrap Book" e tudo mais. Li nos jornais que vale a pena, recortei e colei em meu álbum de recortes... Em um livro eu tenho "Um breve esboço da vida de Franklin D. Roosevelt" que foi publicado nos jornais... no final do verão e outono passado. No outro livro tenho tudo sobre a Convenção e etc. com todas as fotos que passaram pelos jornais e agora estou só esperando a "Inauguração" para finalizar. Então você vê que estou muito interessado... e quero uma de suas fotos. Você pode me enviar um? Eu certamente apreciaria (1932) (Sussman, 1992, p.107-108, tradução nossa).

3.3.3 As cartas políticas contemporâneas do Brasil

Na década de 1930, o veículo para a circulação das cartas políticas era o correio, que, conforme Sussmann (1959), possibilitava a comunicação da população para com os políticos, o que as grandes mídias, como rádio e televisão, não conseguiam fazer. As correspondências permitiam, então, que os eleitores comentassem as questões políticas e dessem suas opiniões conforme essas aconteciam (Sussmann, 1959), por mais que os interlocutores não recebessem essas cartas imediatamente, considerando o tempo que essas levavam para chegar até eles, as cartas podiam ser escritas à medida que as notícias sobre questões políticas eram transmitidas. Havia ainda, entretanto, a questão do tempo de envio e recebimento dessas cartas. As opiniões dos eleitores sobre as pautas levantadas não chegavam imediatamente ao conhecimento dos políticos. O conteúdo das cartas enviadas pelo correio, se não publicadas, ficava restrito ao destinatário, não chegava ao conhecimento e debate da população. Décadas depois, a internet resolveu essas questões (Bazerman, 2020).

Com a popularização da internet, a partir da década de 1990, surgiu a esperança nessa como um canal para a participação democrática (Bazerman, 2020). Desde a década de 1990, a internet tem, então, desempenhado papel importante na política, sendo veículo para vários gêneros e suportes, como "sites relacionados à política que disponibilizam fóruns e contextos para formas específicas de votação" (Bazerman, 2020, p. 180). A internet possibilita que as pessoas passem de consumidor a produtor de diálogos políticos e dá espaço para os não políticos e não jornalistas desempenharem atividades políticas e jornalísticas, podendo levar suas opiniões a nível público e para além de seu grupo de convívio geográfico (Bazerman, 2020). Desse modo,

> uma das consequências da multiplicidade de sites políticos amadores, muitos dos quais interligados entre si e com os sites mais oficiais (algumas das páginas amadoras consistem em apenas índices de links anotados), é que produtores e consumidores podem rapidamente mergulhar em informações e comentários críticos, independentes e partidários (Bazerman, 2020 p. 183).

Na internet, o argumento político e o ativismo organizado se juntam em torno de movimentos, interesses e organizações variadas, como libertarianismo, objetivismo, direitos reprodutivos, direito à vida, direitos LGBTQIAPN+, direitos étnicos e muitas variedades de ambientalismo (Bazerman, 2020). Como um canal aberto, de livre acesso e com baixa regulamentação (Lima, 2022), reconhecemos que a internet apresenta também sérios problemas

no âmbito da comunicação e divulgação de conteúdo relacionado à política, exemplo disso são as *fake news*, as notícias falsas recorrentemente divulgadas. Mas, por outro lado, fornece

> [...] um fórum em que associações voluntárias criam uma presença, um lugar de encontro para pessoas da mesma opinião que desejam se afiliar, um arquivo de recursos para os afiliados, um mecanismo para compartilhar informações organizacionais e um espaço para a declaração de posições e interesses (Bazerman, 2020, p. 184).

É nesse contexto que se insere a página do Fórum Brasileiro de Soberania e segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN), que:

> [...] articula pessoas, organizações, redes, movimentos sociais e instituições de pesquisa na luta pelo Direito Humano à Alimentação. Busca sensibilizar para uma visão mais ampla da questão, trabalhando com variadas perspectivas do sistema alimentar: produção, processamento, abastecimento e consumo. [...] o FBSSAN exerce um papel importante, inserindo temas de SAN na construção das agendas nacional e internacional. Se dedica, ainda, à promoção coletiva de espaços de reflexão e debate sobre propostas de políticas públicas e legislações. Sempre provendo diálogos, o FBSSAN pressiona em espaços de poder em prol de respostas às demandas por um sistema alimentar social e culturalmente justo, economicamente viável e ambientalmente sustentável (FBSSAN, [s.d.]).

O FBSSAN publica, em sua página, cartas políticas que são produzidas como resultado de encontros e conferências de debate de questões relacionadas à SAN[17], de que o Fórum participa. Nessas cartas políticas, o Fórum explicita os problemas levantados e elabora propostas, direcionadas aos governantes, para solucioná-los. Vejamos recortes de algumas dessas cartas, a seguir:

> [g] Os atuais padrões de desenvolvimento orientados pela apropriação privada dos recursos naturais, pela concentração de riquezas e pela mercantilização da vida, têm nos conduzido a uma crise sistêmica maior que se revela em diversas dimensões: ambiental, energética, climática, alimentar e nutricional. No centro da crise alimentar está o fato do alimento ter se reduzido à mercadoria. A crise do modelo se revelou com a alta dos preços e com o movimento especulativo em bolsas de mercadorias em que safras inteiras foram negociadas, regidas unicamente pela lógica do lucro (FBSSAN, 2009 - Carta política - VI Encontro Nacional).
>
> [h] O poder público deve garantir, nas 3 esferas de governo, a criação e implantação nos CRSANS espaço de formação e capacitação

[17] Link de acesso: https://fbssan.org.br/biblioteca/cartas/

> permanente nas áreas administrativa, financeira, contábil e jurídica para apoiar as entidades privadas que executam ações de SAN a grupos de maior vulnerabilidade social, garantindo a estas maior facilidade de acesso aos programas de transferência de renda e distribuição de alimentos (FBSSAN, 2015, Carta Política da V Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CNSAN).

Além do FBSSAN, outros fóruns e movimentos sociais publicaram cartas políticas, derivadas de encontros ou conferências, nas últimas décadas. Encontramos quatro cartas políticas de outros movimentos: "Carta Política do I Encontro Nacional de Mulheres Quilombolas" (2014); "Carta Política do III ENA – Encontro Nacional de Agroecologia" (2014); "Carta Política da 16ª Jornada de Agroecologia: Keno Vive!" (2017) e "Carta Política Pandemia e Injustiça Ambiental" (Rede Brasileira de Justiça Ambiental – RBJA, 2020).

Todas essas publicações têm em comum o objetivo de propor sugestões e fazer indicações para que um ou mais problemas, relacionados à área de estudo dos proponentes das cartas, sejam resolvidos. As cartas são direcionadas às autoridades responsáveis por resolver tais problemas, mas são publicadas na internet para que a população geral tenha acesso e tome conhecimento dos assuntos em pauta.

3.3.4 Características do gênero carta política

Com base nas cartas políticas publicadas pelo FBSSAN e nas quatro cartas políticas publicadas por outros movimentos, citadas na subseção anterior, elaboramos aqui uma síntese do que caracteriza, afinal, um texto que se enquadra no gênero em pauta.

A carta política aproxima-se da carta aberta, uma vez que ambas utilizam canais midiáticos para se dirigirem publicamente a alguém (Costa, 2008) e podem ter meios de circulação similares. A carta política difere-se da carta aberta, entretanto, ao passo que compartilha outras características com o gênero manifesto, pertencente à esfera política. O gênero manifesto é definido por Costa (2008, p. 130-131) como "declaração (v.) pública de estilo formal, construída em interlocução direta com seu público-alvo, na qual um governo, um partido político, um sindicato, uma corrente, uma categoria, um grupo de pessoas ou uma pessoa expõe determinada decisão, posição, programa ou concepção".

O gênero manifesto caracteriza a manifestação de um pensamento de uma pessoa ou grupo em relação a um tema de interesse geral ou de qualquer outra natureza (Pêgo, 2009). O manifesto objetiva, por meio da argumentação, "convencer, marcar um posicionamento, ou

delinear um plano de ação, junto do público, através do discurso argumentativo" (Ramos, 2013, p. 4).

O manifesto não segue normas rígidas, mas contém alguns dados essenciais, como "[...] título capaz de invocar a atenção do público e [..] informar de que trata o texto; a identificação do problema; análise dos argumentos e do problema que justificam o ponto de vista do autor, local e data; e [...] as assinaturas do(s) autor(es) do manifesto ou simpatizantes de causa" (Pêgo, 2009, p. 57). A linguagem utilizada no manifesto varia de acordo com quem são os autores e interlocutores e em que veículo esse manifesto circula (Pêgo, 2009).

A carta política, assim como o manifesto, é um gênero argumentativo que coloca em pauta um assunto de interesse geral e expõe um problema à sociedade ou aos governantes. É comum que, além do problema, sejam traçadas soluções para que este mesmo seja resolvido, e a carta política também tende a ser mais longa do que o manifesto, considerando os textos que têm circulado nas últimas décadas, principalmente no meio digital. As cartas políticas são dirigidas a governantes ou a organizações com poder de causa para solucionar as questões levantadas.

O gênero carta política, que enfocamos neste estudo, é, portanto, argumentativo e tem como objetivo central informar um problema e propor medidas para solucioná-lo. As cartas, geralmente, são elaboradas como produto de conferências, encontros ou jornadas organizadas por movimentos sociais e fóruns. Os participantes desses eventos são os produtores dos textos do gênero em pauta. Os produtores têm, portanto, conhecimento de causa sobre o tema que escrevem, uma vez que são pesquisadores desse, que foi debatido nos encontros mencionados. As cartas políticas são assinadas por diversas organizações e movimentos que corroboram com o conteúdo proposto; esses recebem o nome de proponentes.

Os textos circulam em diversos canais, no meio digital. As cartas políticas são publicadas em periódicos científicos ou nas páginas das organizações ou fóruns que as publicaram e são divulgadas por páginas que enfocam os assuntos tratados nos textos. Costumam estar disponíveis para *download* em formato PDF. Pelo contexto de produção e circulação das cartas, o estilo da linguagem tende a ser acadêmico.

As cartas políticas, além de título e subtítulo, tendem a apresentar uma introdução do tema e contextualização do problema denunciado; proposições para solucionar o problema em pauta, que podem ser organizadas em tópicos ou parágrafos; considerações finais e assinaturas. A carta política que compõe nosso *corpus* apresenta todos os itens aqui mencionados nessa mesma ordem, mas isso não é uma regra. Em algumas cartas, pode-se observar uma alternância

entre denúncias e propostas, como é o caso do texto “Carta Política Pandemia e Injustiça Ambiental” (RBJA, 2020). Comentamos sobre cada um desses itens mencionados.

Diferentemente de outros tipos de carta, a carta política necessita de um título, que pode ou não vir seguido de um subtítulo. O título pode informar o evento em que a carta foi produzida, como é o caso dos textos “Carta Política do I Encontro Nacional de Mulheres Quilombolas” (2014); “Carta Política do III ENA – Encontro Nacional de Agroecologia” (2014); e “Carta Política da 16ª Jornada de Agroecologia: Keno Vive!” (2017). Este último traz como subtítulo uma menção ao tema tratado. Já outras cartas políticas trazem como título o tema do texto, como em “Carta Política Pandemia e Injustiça Ambiental” (Rede Brasileira de Justiça Ambiental – RBJA, 2020) e “Garantir o direito à alimentação e combater a fome em tempos de coronavírus: a vida e a dignidade humana em primeiro lugar!” (FBSSAN, 2020).

A parte de introdução das cartas tende a apresentar o evento em que essas foram produzidas, trazer à pauta as questões discutidas nesses eventos e que motivaram a produção da carta. É comum também que se apresentem os problemas que serão discutidos ao decorrer do texto e que se faça uma contextualização desses, que costumam ser de ordem política e social.

Além de apresentar um ou mais problemas, as cartas políticas trazem sugestões de como resolvê-los. Estas podem aparecer em tópicos, quase como um manual de instruções, que devem ser seguidas, ou distribuídas ao longo do texto, ao passo que os problemas são apresentados. Algumas cartas políticas podem apresentar subdivisões intituladas de acordo com o assunto que será tratado.

As cartas políticas, pelo menos as mencionadas neste estudo, não apresentam vocativo. Têm como público-alvo direto os leitores dos canais de divulgação, que se interessam pelos temas tratados e a sociedade como um todo, já que costumam tratar de assuntos de interesse social. Os interlocutores são, então, qualquer membro da sociedade, mas as propostas tendem a ser direcionadas aos governantes ou órgãos responsáveis pelas mudanças propostas. Por vezes, as propostas são direcionadas à sociedade como um todo.

As sequências tipológicas predominantes são o descritivo, quando há descrição do evento que deu origem à carta, por exemplo, o expositivo, com a exposição dos problemas enfocados na carta e do contexto ao redor deles, e, principalmente, argumentativo, uma vez que visa convencer o leitor a concordar com a tese proposta.

As cartas podem apresentar também considerações finais, que, como no caso do texto que compõe o *corpus* desta pesquisa, podem vir em uma subdivisão no texto. Outro elemento

que pode aparecer é o local e a data da publicação, mas, diferentemente de outros tipos de carta, na carta política, esses elementos, se presentes, aparecem no final.

A carta política não é assinada por um autor individual, mas sim por uma organização, movimento ou fórum. Essa pode apresentar também uma lista de organizações apoiadoras da carta.

No capítulo a seguir, apresentamos, portanto, os procedimentos metodológicos desta pesquisa, bem como os procedimentos de seleção do nosso *corpus*, e discutimos o contexto de produção da carta política selecionada.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção, apresenta-se contextualização da pesquisa. Para tanto, primeiramente, consta a perspectiva metodológica, o tipo da pesquisa e a área em que essa se insere. Em seguida, são expostos os procedimentos de seleção do *corpus* e de análise.

4.1 Classificação da pesquisa

Entende-se que esta pesquisa é teórica e qualitativa, orientada por uma análise descritivo-interpretativista, porque busca descrever fenômenos ou estabelecer relações entre variáveis e interpretar os dados obtidos (Gil, 2012), e está fundamentada nos princípios dos Estudos Funcionalistas e da Linguística Textual, que tem o texto como objeto de estudo (Koch, 2009).

Consideramos aqui o paradigma interpretativista, que, como descrito por Bortoni-Ricardo (2008), avalia ser impossível observar o mundo independentemente das práticas sociais e resultados vigentes. O interpretativismo tem um compromisso com a interpretação das ações sociais e com os significados conferidos a essas ações na vida social (Bortoni-Ricardo, 2008).

A pesquisa qualitativa é construída com base no paradigma interpretativista e "procura entender, interpretar fenômenos sociais inseridos em um contexto" (Bortoni-Ricardo, 2008 p. 34). Aqui analisamos elementos modalizadores em um texto pertencente ao gênero argumentativo denominado carta política, o qual confere ao autor certa liberdade para expressar sua opinião, uma vez que é produzido por movimentos e fóruns, dos quais participam interessados nos temas centrais desses, de forma voluntária, não necessariamente em função dos interesses de um órgão externo, como um jornal ou revista, por exemplo e, portanto, retrata a língua em situações reais de comunicação[18].

Na análise, recorremos a dois movimentos: a descrição do uso dos modalizadores no *corpus*, com o objetivo de observar o estabelecimento de relações entre variáveis (Gil, 2012), e a interpretação dos dados.

A seguir, explicitamos os procedimentos de seleção do *corpus*.

[18] Por situações reais de comunicação queremos dizer que o gênero carta política retrata a língua sendo usada com um propósito, em situações comunicativas determinadas, mas, cabe ressaltar que, pelas características do gênero, conforme discutimos na seção anterior, há imposta uma forma de dizer, o que é característico dos gêneros textuais, principalmente os secundários (Bakhtin, 2016).

4.2 Procedimentos de seleção do *corpus*

Esta pesquisa é uma continuação do estudo de Fagundes (2022), em que foram analisados os modalizadores deônticos em artigos de opinião produzidos por articulistas em comparação com artigos de opinião produzidos por alunos de ensino médio. O tema para esta pesquisa surge a partir de algumas observações decorrentes do estudo antecedente. Fagundes (2022) observou que os textos de alunos analisados para a pesquisa foram produzidos para avaliação, e, portanto, os alunos escreveram sobre um tema designado pela professora, não um tema de seu interesse próprio e, ao argumentar e usar marcas linguísticas de opinião, como os modalizadores, os alunos o faziam considerando que esse texto seria avaliado. Já nos artigos de opinião produzidos por articulistas, o autor é orientado por uma projeção do interlocutor e de seus valores e posições e isso interfere no que é dito e em como é dito (Rodrigues, 2001; Corbari, 2008; Fagundes, 2022). Além disso, o texto passa por uma avaliação do jornal antes de poder ser publicado. Desse modo, por mais que o autor do artigo tenha liberdade para escolher o assunto e a forma como trata dele, o artigo caracteriza-se como um gênero cuja fala é consentida pela empresa (Corbari, 2008).

A partir dessas observações, surgiu a necessidade de analisar o funcionamento dos modalizadores deônticos em um gênero que pudesse favorecer a escrita a partir de uma demanda dos produtores, que circunda este estudo. Para tanto, optou-se, em um primeiro momento, por selecionar textos do gênero manifesto, da esfera política, produzidos e publicados durante a pandemia da Covid-19. Decidiu-se pelo tema pandemia porque essa compreendeu um período de grande mobilização popular, principalmente por meio da *internet*, e levou a uma grande quantidade de publicações sobre de assuntos relacionados, tanto por parte de veículos formais de comunicação, como jornais e revistas, quanto por profissionais de áreas diversas, que usavam seus perfis em redes sociais para se manifestar, e organizações independentes, como sindicatos e fóruns.

Ao buscar por textos do gênero manifesto em sites da *internet*, encontramos o trabalho intitulado “O que reivindica a sociedade civil: manifestos públicos em tempos de Covid-19” (Pismel; Teixeira, 2020), que traz um compilado de manifestos publicados durante o ano de 2020, os quais discutem temas relacionados ao contexto da pandemia. O estudo consiste em uma análise “de quais foram as principais pautas, políticas públicas e mudanças de paradigmas que perpassaram os manifestos públicos” (Pismel; Teixeira, 2020, p. 2). Os textos foram publicados entre abril e agosto de 2020. Foram considerados, no total, 72 textos que seguiam os seguintes critérios estipulados pelas autoras:

> 1. Documentos que são de proposição ou repúdio voltados a órgãos de Estado ou à sociedade em geral. 2. Documentos "nacionais" ou "regionais". Para efeitos desta pesquisa, descartamos textos produzidos nos âmbitos estadual, municipal ou por comunidades/bairros, bem como os textos elaborados por uma única instituição regional ou municipal. 3. Não incluímos posts inseridos em mídias sociais por um único indivíduo, mas, sim, documentos assinados por coletivos e/ou indivíduos organizados coletivamente. Esses documentos foram encontrados em jornais e páginas oficiais das organizações proponentes (veja os links no anexo 1). 4. Não nos restringimos apenas a movimentos sociais mais conhecidos, buscamos incluir iniciativas inclusive fora do campo dos movimentos sociais para perceber proximidades e diferenças, tais como grupos de desembargadores e juristas e iniciativas de fundações empresariais. 5. Não incluímos campanhas exclusivamente de solidariedade, nem cartilhas orientadoras. 6. Descartamos notas de médicos ou especialistas (Pismel; Teixeira, 2020, p. 3,4).

Dentre esses 72 textos selecionados pelas autoras, selecionamos um (1) para compor o *corpus* de análise neste trabalho. O processo de seleção ocorreu da seguinte maneira: primeiramente, verificamos quais desses textos ainda estão disponíveis na internet; em seguida, selecionamos os textos que apresentavam modalizadores deônticos e, destes, selecionamos cinco (5) que apresentavam dez (10) modalizadores ou mais. Entre esses cinco textos selecionados, constava o texto "Garantir o direito à alimentação e combater a fome em tempos de coronavírus: a vida e a dignidade humana em primeiro lugar!" (FBSSAN, 2020) que, no site original de sua publicação, estava situado em uma aba intitulada "cartas políticas". Esse texto apresenta uma estrutura diferente dos demais, já que se trata de um outro gênero textual, além disso, apresenta vinte (20) modalizadores do eixo deôntico. Selecionamo-lo, então, para esta análise, já que se trata de um gênero pouco explorado, conforme discutido no capítulo 3, mobiliza denúncias e argumentos e apresenta grande recorrência de modalizadores deônticos de necessidade, o que possibilita uma análise produtiva.

O texto selecionado não tem apenas um produtor, é escrito por um grupo de associados do FBSSAN e produzido coletivamente. Além disso, como mencionado anteriormente, é assinado por mais de 150 instituições, portanto imprime uma voz que ecoa a partir de representações que acomoda diversas instituições. É uma carta política que representa um segmento, um grupo de minorias.

Verificamos o contexto de produção desse texto e a motivação dos produtores ao produzi-lo a fim de selecionar uma carta política devida que tivesse realmente uma ocorrência significativa de modalizadores deônticos, para que fosse possível observar os modalizadores de

fato funcionando como “indicadores de intenções, sentimentos e atitudes do locutor com relação ao seu discurso” (Koch, 2011, p. 136). Comentamos o contexto de produção e motivação do texto no subcapítulo seguinte.

4.3 Considerações sobre o FBSSAN e contexto de produção da carta política que compõe o *corpus*

O Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN)[19] teve origem em 1998, inicialmente apenas como Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN). Para compreendermos o contexto de formação e atuação do FBSSAN, retomamos, inicialmente, o contexto político da época, em relação à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), no Brasil.

O Partido dos Trabalhadores (PT), na condição de governo paralelo[20], liderado por Luís Inácio Lula da Silva (Lula), elaborou, no início da década de 1990, uma série de propostas sobre os temas candentes no Brasil da época[21], como o combate à fome. Dentre essas propostas, uma referente à SAN, apresentada por Lula, em 1993, ao então presidente Itamar Franco, é aqui destacada. Itamar Franco aceitou a proposta e criou, ainda em 1993, a primeira versão do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), como parte de um plano de combate à fome (Freitas, 2021). Em 1995, Fernando Henrique Cardoso, ao assumir a presidência da República, extinguiu o CONSEA e criou o programa Comunidade Solidária, que, em tese, ficaria responsável pelas atribuições do Conselho (Freitas, 2021). Segundo Freitas (2021), Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) passou a ser, então, tratada como um assunto subordinado, limitado a um comitê no âmbito do programa Comunidade Solidária.

As discussões sobre SAN voltaram a ganhar destaque em 1996, com a realização da Cúpula Mundial de Alimentação (CMA), realizada em Roma, na qual a delegação brasileira obteve participação significativa, o que impulsionou as organizações e movimentos sociais a realizarem o I Encontro Nacional, em São Paulo, em 1998, que daria início ao FBSSAN (FBSSAN, 2019).

---

[19] *Link* da página do FBSSAN: https://fbssan.org.br/

[20] O Partido dos Trabalhadores (PT), após derrota eleitoral da candidatura nas eleições para a presidência da República em 1989, criou o chamado Governo Paralelo, que objetivava avaliar e fiscalizar a política do governo Collor, além de apresentar propostas a este (Martuscelli, 2010).

[21] Documento na íntegra em: https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/consea/acervo-consea/conferencias/1a-conferencia-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional.pdf

O encontro contou com a presença de 40 entidades e tinha como objetivo “identificar e aprofundar respostas para os desafios relativos à SAN, com foco em dar continuidade nas ações de monitoramento de políticas e proposições pós-CMA” (Freitas, 2021, p. 77). Quatro painéis dividiram a programação do evento, com os seguintes temas:

> Conceituação de Segurança Alimentar e Nutricional (novas contribuições; aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais; direito à alimentação); Disponibilidade de Alimentos (produção e distribuição; modelos produtivos e sustentabilidade; comércio internacional; questão agrária); Acesso aos Alimentos (renda, emprego e oportunidades de trabalho; pobreza rural; políticas sociais); Consumo e Padrão Alimentar (perfil do consumo; hábitos alimentares de compra; qualidade dos alimentos e adequabilidade nutricional) (Freitas, 2021, p. 77).

Os temas da pauta são exemplos do que compreende a SAN no Brasil. A criação do FBSSAN foi uma das deliberações do encontro. Desde então, o FBSSAN organizou oito Encontros Nacionais, sendo que, foi apenas no sexto, realizado em 2009, que o termo **soberania** foi incluído no nome do fórum. Alguns desses Encontros Nacionais tiveram como resultado a publicação de cartas políticas, gênero recorrente nas publicações do Fórum. De acordo com Freitas (2021), os Encontros Nacionais podem ter sido os principais momentos de debate conceitual e de construção compartilhada de uma agenda para a SAN e direito humano à alimentação adequada. O FBSSAN ganhou legitimidade política ao longo dos anos de atuação, exemplo disso é que, no primeiro governo Lula, em 2003, o CONSEA foi criado novamente e, durante boa parte de sua existência, foi presidido por um membro do Fórum (Freitas, 2021).

De acordo com Freitas (2021), o FBSSAN participou ativamente do processo de formulação e fortalecimento de políticas como a Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), além de ter contribuído coma construção da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN/2006), e com o processo de aprovação da Emenda Constitucional n°64, que incluiu a alimentação no rol de direitos fundamentais do artigo 6º da Constituição Federal (FBSSAN, 2019). O FBSSAN também atua como articulador dos Estados para a realização das conferências estaduais e nacionais de segurança alimentar e nutricional e é referência nacional no debate de SAN (Freitas, 2021).

No governo Bolsonaro, que teve início em 2019, a situação das políticas de proteção social e SAN, que sofriam cortes de orçamento desde 2014, não teve melhora, e o CONSEA foi extinto novamente (Freitas, 2021). Nesse mesmo ano, foi planejada, durante um encontro

produzido pelo FBSSAN, a Conferência Nacional Popular por Direitos, Democracia, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Conferência SSAN)[22], como resposta ao governo Bolsonaro, por ter extinguido o CONSEA, desarticulado a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) e desmontado o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), além de deixar de realizar a 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional que estava prevista para novembro de 2019 (FBSSAN, 2023). A Conferência SSAN foi inicialmente agendada para os dias 4, 5 e 6 de agosto de 2020, em São Luís, Maranhão, mas, diante da gravidade da pandemia da Covid-19, em abril de 2020, a Comissão Organizadora tomou a decisão de adiar o encontro presencial, sem previsão de nova data, e as manifestações públicas da CPSSAN estiveram associadas a encontros, jornadas, atos e outras atividades virtuais. A carta política que compõe nosso *corpus* foi uma dessas atividades.

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a situação de disseminação do novo coronavírus como pandemia[23], contexto este que contribuiu ainda mais para a precarização de SAN no país (Rede PENSSAN, 2021). O chamado isolamento horizontal, medida de combate à pandemia instaurada também no Brasil, fez que muitas atividades fossem paralisadas e a circulação de pessoas limitada, o que exacerbou as desigualdades sociais e de acesso existentes na sociedade brasileira (Maluf, 2020). Os riscos de desabastecimento, elevação dos preços, funcionamento precário dos serviços de alimentação e equipamentos de varejo, dependência do transporte de alimentos em longas distâncias e comprometimento de parte da atividade produtiva industrial e agrícola foram algumas das questões enfrentadas em decorrência da pandemia da Covid-19 e que levaram ao aumento da parcela da população sem meios para adquirir alimentos ou ter acesso à alimentação diária (Maluf, 2020).

Exemplo dessas dificuldades relacionadas à SAN no Brasil, no ano de 2020, que perduraram durante após a pandemia, são os dados do estudo conduzido pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN)[24], que concluiu que, no final do ano de 2020, dos 211.7 milhões de brasileiros, 116.7 milhões enfrentavam algum nível de insegurança alimentar. Além disso, com os efeitos da pandemia, em 2022, o Brasil voltou para o mapa da fome, elaborado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), do qual havia saído em 2014.

[22] Acesse https://conferenciassan.org.br/ para mais informações.
[23] https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---11-march-2020
[24] Estudo completo em: https://olheparaafome.com.br/

No contexto dos problemas relacionados à SAN, enfrentados já no início da pandemia da Covid-19, Maluf (2020) indica o elenco de proposições contidas na carta política que compõe o *corpus* desta pesquisa como ponto de partida para o enfrentamento das questões levantadas. A descrição do documento contida no *site* do FBSSAN consta a seguir:

> Diante do contexto da pandemia global provocada pelo novo Coronavírus (Covid-19), mais de 150 entidades civis de todas as regiões do país publicaram um apelo para que o direito à saúde e à alimentação da população brasileira seja respeitado, protegido e garantido. O documento conjunto apresenta uma série de propostas de combate à fome a serem implementadas, em caráter urgente e emergencial, pelos governos nas esferas federal, estadual e municipal.
> Assinadas por fóruns, redes, articulações, movimentos e organizações da sociedade civil, as proposições incluem a revogação imediata da Emenda Constitucional 95 (EC 95), a criação de Comitês de Emergência para o Combate à Fome e medidas que passam pelo fortalecimento da agricultura familiar, pelos caminhos de distribuição de alimentos para as populações mais vulneráveis, por programas como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e pelo controle dos estoques e dos preços.
> Ao lado da proposição dessas prioridades, o documento repudia a Medida Provisória (MP) Nº 927 da Presidência da República e se soma à campanha pela renda básica emergencial, articulada pela Rede Brasileira de Renda Básica.
> As organizações alertam para a chegada do novo coronavírus em um momento de estagnação econômica, desmonte dos sistemas de saúde e proteção social e aumento acelerado da pobreza e da extrema pobreza. O texto ressalta, ainda, que a população negra e afrobrasileira, os povos indígenas, os/as que vivem em regiões favelizadas e periféricas e as mulheres de forma geral sentirão de forma ainda mais grave os impactos deste período.
> A manifestação se insere no processo de mobilização e organização da Conferência Nacional Popular por Direitos, Democracia, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN, 2020).

Conforme comentado na descrição do Fórum, a carta refere-se a outros gêneros da esfera política, como Emenda Constitucional e Medida Provisória. É citada, na carta política, a Emenda Constitucional nº 95, promulgada no ano de 2016, que, entre outras providências, resultou na retirada de mais de 30 bilhões de reais do Sistema Único de Saúde (SUS) e congelou gastos sociais por 20 anos (FBSSAN, 2020). Também é citada no texto a Medida Provisória (MP) Nº 927, de 22 de março de 2020, que autorizava a suspensão de contratos de trabalho por até quatro meses, além de permitir que as empresas adiassem o pagamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) por três meses (FBSSAN, 2020).

Apresentamos, no anexo 1, a carta política em pauta, organizada em quadro com as linhas numeradas e os parágrafos, tópicos e subtópicos indicados, já que, na análise, indicamos

em qual linha e parágrafo ou tópico e subtópico cada ocorrência de modalizador deôntico de necessidade está localizada. O texto está dividido em parágrafos (par.), tópicos (tóp.) já numerados na publicação original, e subtópicos (subtóp.). Mantivemos o texto conforme o original, com a mesma quantidade de linhas e a mesma organização dessas. O quadro contém apenas o corpo do texto[25]. O documento na íntegra consta no anexo 2.

4.4 Algumas observações sobre a carta política analisada

Conforme comentamos anteriormente, a carta política que compõe a análise apresenta estrutura diferente dos outros textos que foram considerados para compor o *corpus*. Observamos, na carta, três momentos distintos: primeiramente nos são apresentadas constatações dos proponentes da carta, em seguida, são indicadas recomendações, que estão organizadas em tópicos e devem ser realizadas para que os problemas levantados na parte das constatações possam ser solucionados ou amenizados, e, por fim, as conclusões. A primeira parte, linhas 1-91, compreende os doze (12) primeiros parágrafos do texto. Verifica-se o uso da modalização deôntica como estratégia argumentativa vinculada aos trechos em que já são trazidas algumas recomendações gerais para lidar com os problemas mencionados. O objetivo principal dessa primeira parte do texto não é trazer todas as recomendações para lidar com o problema, mas sim contextualizá-lo, os modalizadores deônticos aparecem aqui, então, apenas em recomendações introdutórias. São levantados os problemas principais a respeito da conjuntura do Brasil no momento da pandemia da Covid-19. São discutidas questões relacionadas:

1. À situação do Brasil em relação ao desemprego antes de pandemia e às previsões de aumento dessa taxa durante o período;
2. Às medidas neoliberais adotadas pelo Estado brasileiro na última década, como cortes no Sistema Único de Saúde (SUS) e reformas trabalhista e previdenciária, o que resultou em um enfraquecimento do Estado, afetando diretamente os Sistemas de Saúde (SUS); de Assistência Social (SUAS) e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN);
3. À redução do orçamento do Programa Bolsa Família (PBF) e da exclusão de cerca de 500 mil famílias com perfil de alta vulnerabilidade do programa nos últimos anos;

[25] Não incluímos no quadro a lista de assinaturas dos movimentos e organizações apoiadores da carta, que consta no documento original, já que, na análise, trabalhamos apenas com o corpo do texto, que é onde os modalizadores estão localizados.

4. Ao desmantelamento do SISAN e de políticas voltadas para a agricultura familiar, assentamentos rurais, povos indígenas; quilombolas e povos e comunidades tradicionais;
5. À relação entre a fragilidade dos trabalhadores informais, durante a pandemia, e seu acesso a alimentos adequados e saudáveis;
6. Aos impactos da pandemia atingirem de forma ainda mais grave a população negra e afro-brasileira que vive em regiões periféricas, combinados ao aumento da fome.

Na segunda parte, linhas 92-327, são trazidas soluções para tais problemas, em forma de recomendações. É iniciada com a declaração de desacordo dos produtores com soluções emergenciais[26] propostas pelo governo durante a pandemia para lidar com questões relacionadas à SAN no país, e, em seguida, com recomendações, que aparecem em formato de lista, em que cada tópico compreende uma proposta. Algumas apresentam ainda subtópicos com medidas sugeridas para que se possa atender à indicação do tópico em questão. Ao todo, são onze (11) tópicos de recomendações principais, sendo que, destes, seis (6) trazem subtópicos com indicações extras. A segunda parte compreende a maior parte do texto, e é nela que se atinge o objetivo principal do texto: trazer medidas e recomendações que devem ser seguidas para resolver ou amenizar os problemas em pauta.

Nas conclusões, linhas 328-360, os produtores discutem a Medida Provisória Nº 927, reiteram problemáticas relacionadas à SAN no período pandêmico e discutem o dever dos produtores e assinantes da carta de também tomar atitudes e se manifestarem a respeito das problemáticas trazidas na carta. As partes comentadas não são anunciadas no texto por meio de subtítulos nem separações, com exceção das conclusões, que é iniciada, na linha 328, pelo o termo **concluindo**, mas nota-se estrutura e objetivos diferentes em cada uma das partes. Reconhecemos, portanto, essa divisão no nível macroestrutural do texto, porém, pelo tamanho limitado deste estudo, optamos por analisar os agrupamentos específicos em que estão localizados os modalizadores deônticos.

Consideramos aqui duas classificações para os modalizadores deônticos de necessidade presentes no texto: interacionais e proposicionais. Os parâmetros de análise seguidos para verificar se os modalizadores deônticos de necessidade no *corpus* são interacionais ou proposicionais foram a observação dos seguintes elementos: 1. A camada de significação em que se encontram: (1) camada proposicional; (2) camada modal; (3) camada pragmática (Dascal, 1986; Castilho; Castilho, 1992; Corbari, 2008); 2. Qual é o alvo deôntico mobilizado

[26] Na carta, a solução emergencial citada é a distribuição em massa de produtos formulados industrializados.

pelo modalizador: (i) enunciador (falante) (ii) domínio comum; (iii) coenunciador; (iv) terceira pessoa (instituição; indivíduo), ou (v) não especificado/ terceiro-ausente (Lyons, 1977; Pessoa, 2011) e, caso o alvo seja **não-especificado**, se é possível recuperar sobre quem recai a noção de obrigatoriedade pelo cotexto ou contexto[27]; 3. A localização do modalizador em relação ao conteúdo proposicional, integrado ou extraído (Neves, 2006; Corbari 2008); 4. O tipo de modalizador deôntico utilizado: performativos explícitos; auxiliares modais; predicados cristalizados ou advérbios modalizadores (Koch, 2011).

Verificou-se, no texto, que os modalizadores deônticos de necessidade, tanto os interacionais, quanto os proposicionais estavam relacionados com porções textuais anteriores. Observou-se que essas porções textuais anteriores comportam certo teor deôntico sem que se possa identificar especificamente um determinado modalizador. Criou-se, então, a expectativa de que essas porções textuais seriam uma espécie de acomodação do modalizador que viria na sequência imediata, traçou-se, portanto, a hipótese de que seriam enunciados que poderiam sinalizar algum tipo de obrigação, o que se concretizaria com o uso do modalizador na própria sequência textual. Essa então tornou-se a perspectiva de análise: em um texto como uma carta política, decorrente de uma demanda relativa a associações, não necessariamente divergentes, mas diferentes, o modalizador deôntico está relacionado com porções textuais que acomodam o plano específico da recomendação. A essas porções textuais, denominamos **enunciados deônticos**, que, relacionados aos modalizadores deônticos, indicam noção de necessidade no texto. Denomina-se, aqui, **cotexto** o enunciado deôntico mais a porção textual em que aparece o modalizador deôntico.

Na análise, portanto, partimos da premissa de que há enunciados deônticos e enunciados subsequentes com a presença de modalizador deôntico relacionados a eles (remodalização; comodalização) (Oliveira, 2022). Com base nisso, estabelecemos a relação entre os enunciados; verificamos, então, o papel do modalizador deôntico no enunciado subsequente; e, por fim, comparamos as ocorrências de modalizadores deônticos de necessidade proposicionais e interacionais. Na seção seguinte, apresentamos a análise dos elementos modalizadores no texto.

[27] Cotexto refere-se às informações linguísticas, o texto puro, os quais auxiliam no contexto do enunciado, que se refere às informações extralinguísticas (Mancio, 2017).

5 MODALIZADORES DEÔNTICOS DE NECESSIDADE NOS NÍVEIS PROPOSICIONAL E INTERACIONAL

O gênero carta política, por propor medidas que devem ser obrigatoriamente aceitas, abre espaço para ocorrência de modalização deôntica. Nesta seção, analisam-se as ocorrências dos modalizadores deônticos de necessidade proposicionais e interacionais presentes no *corpus*[28].

Conforme anunciado na seção anterior, a presente análise ancora-se nas seguintes premissas:

1. Os modalizadores sob análise são considerados na seguinte perspectiva: relação cotextual com a porção de texto imediatamente anterior à ocorrência do modalizador, no sentido de que essa porção textual constitui enunciados modalizadores. Tais enunciados projetam o uso dos modalizadores sob análise, uma vez que, na carta política em questão, cada porção textual remete, subsequente e consequentemente, o trajeto da modalização para a presença de cada modalizador respectivo;

- Na carta política sob análise, a porção textual antecedente, denominada aqui de **enunciado deôntico**, abarca, de forma geral, um teor de obrigatoriedade/necessidade/recomendação, sem que, de uma pontualmente, ocorra necessariamente um modalizador específico. Porém, observaram-se exceções, em que a porção textual antecedente contou com a ocorrência de modalizador específico. Nesse caso, o enunciado deôntico (considerado elemento integrante do **enunciado deôntico**) serve para projetar o funcionamento do modalizador específico no enunciado seguinte.

2. Os modalizadores deônticos podem ocorrer no plano interacional e no plano da proposição;
3. A proposta de classificação dos modalizadores deônticos segue os autores Corbari (2016), Valentim (2017), Oliveira (2022) com relação aos termos remodalização e comodalização.

[28] Link do texto que compõe o *corpus* de análise na íntegra: https://fbssan.org.br/wp-content/uploads/2020/04/2020-recomendacoes-sobre-direito-alimentacao-no-contexto-da-covid-versao-2-de-abril-.pdf. O texto consta, também, no anexo 2.

Para evitar ambiguidade na leitura, os enunciados deônticos estão destacados em itálico, enquanto os modalizadores analisados estão negritados e aspeados, e outros termos em destaque apenas negritados, conforme ilustra-se a seguir:

Enunciados deônticos
"Modalizadores deônticos de necessidade"
Outros termos em destaque

A seguir, apresenta-se discussão sobre os enunciados deônticos no texto e explicita-se o que se toma, aqui, como modalizadores proposicionais e interacionais.

5.1 Enunciados deônticos e modalizadores na carta política

Observamos, no texto, que os modalizadores deônticos acompanham outras expressões de deonticidade, que, aqui, denominamos **enunciados deônticos**. Esses enunciados deônticos são formas de marcar modalização, mas não estão confinados especificamente em uma unidade lexical. Consideramos **enunciados deônticos** as expressões (ou porções textuais maiores) que indicam necessidade deôntica e encaminham para uma recomendação, mas não são, em tese, modalizadores.

A maneira como o texto está estruturado apresenta deonticidade, porque traz uma espécie de receita, que deve ser cumprida para que se alcance um objetivo; nesse caso, solucionar ou amenizar os problemas em pauta. A deonticidade do texto pode ser percebida desde o título: "*Garantir o direito à alimentação e combater a fome em tempos de coronavírus: a vida e a dignidade humana em primeiro lugar!*". O uso dos verbos **garantir** e **combater**, no modo infinitivo, criam a noção de obrigatoriedade e necessidade deôntica de realizar as ações propostas. O enunciado deôntico, que aparece após os dois pontos, "*a vida e a dignidade humana em primeiro lugar!*", reforça a necessidade criada no título, uma vez que a expressão **em primeiro lugar** e o uso do ponto de exclamação criam uma noção de urgência na aceitação e realização das ações propostas. O título apresenta, de forma geral, a proposta trazida pelo FBSSAN para lidar com alguns dos problemas advindos da pandemia da Covid-19. No decorrer do texto, vemos uma série de ações que os autores consideram que devem ser realizadas, e de que modo, para que seja possível "garantir o direito à alimentação e combater a fome em tempos de coronavírus".

Outro exemplo no texto pode ser observado em: "*fazemos um apelo para que os direitos à saúde e à alimentação da população brasileira sejam respeitados*, *garantidos e protegidos*", na linha 2, que remete à necessidade de garantia dos direitos à saúde e alimentação da população brasileira. Na linha 95, o enunciado deôntico "*propomos de imediato as seguintes ações*", que precede os tópicos e subtópicos que trazem as propostas da carta, indica a urgência e necessidade de que tais propostas sejam aceitas. Os 11 tópicos que vêm em seguida são iniciados por substantivos, complementando o enunciado "*propomos de imediato as seguintes ações*", como o tópico 1, iniciado da seguinte maneira: "*Revogação imediata da EC 95*, que congelou os gastos sociais por 20 anos [...]". Pode-se verificar o tom de necessidade por meio de uma substituição da estrutura por um modalizador deôntico. Em vez de "*propomos de imediato* [...] *(a) revogação imediata da EC 95* [...]" poderia se dizer "**é necessária** a revogação imediata da EC 95". O uso das expressões *de imediato*, *imediata* e *imediatamente*, recorrente na carta, enfatiza a urgência das proposições.

Outros enunciados deônticos recorrentes na carta que mobilizam noção de necessidade são "*seguem recomendações*:", nos tópicos 5, 7 e 9, "*algumas recomendações*:", no tópico 8, ou apenas "*recomendações*", como no tópico 11, seguidas de recomendações organizadas em subtópicos iniciados por verbos no infinitivo. Por exemplo, o subtópico 2 do tópico 11, "*suspender quaisquer tentativas de despejo em retomadas dos territórios de ocupação tradicional voltadas a garantir o seu direito originário, de posse e usufruto exclusivo*". Na parte das conclusões, verifica-se noção de necessidade urgente, no nível macroestrutural, em "*conclamamos o Congresso Nacional a recusar* esta medida[29]", na linha 333, *somos chamados a* e *somos convocados a*, nas linhas 340 e 341, em:

> [a] *Somos chamados* a defender outros paradigmas de produção sustentável e mais biodiversa como propõe a agroecologia. *Somos convocados a nos manifestarmos sobre os efeitos dos padrões de consumo baseados na artificialização dos produtos alimentares que adoecem a população, e a defender uma alimentação saudável* como orienta o Guia Alimentar para a população [...] (FBSSAN, 2020, grifo nosso).

Compreende-se o uso desses enunciados como forma de se referir a uma obrigação coletiva, de uma comunidade em que o enunciador está inserido. Verifica-se essa necessidade se as expressões em pauta forem substituídas pelo modalizador deôntico **"devemos"**: "**Devemos** defender outros paradigmas de produção sustentável [...]" e "**Devemos** nos

[29] Referente à Medida Provisória Nº 927.

manifestar sobre os efeitos dos padrões de consumo. Observa-se deonticidade também em "os danos serão maiores ou menores *dependendo da vontade política e capacidade de resposta dos governantes e de cada um de nós*", linhas 358-360, já que os produtores se referem à necessidade de resposta dos governantes e da sociedade como um todo. Essa deonticidade presente na macroestrutura é reforçada pela recorrência dos modalizadores deônticos de necessidade na microestrutura, que estão concentrados, majoritariamente, na parte de recomendações.

Outra questão que se tornou necessária, então, é indicar o que tomamos como modalizadores proposicionais e interacionais. Alguns dos modalizadores que expressam necessidade deôntica têm função interacional no enunciado e criam quase que uma forma de diálogo com o interlocutor, como vemos no exemplo a seguir:

> [b] **É fundamental** que essas medidas sejam tomadas em parceria com os conselhos de participação social, especialmente os conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), de Assistência Social, Saúde e de Alimentação Escolar (FBSSAN, 2020, grifo nosso).

A posição do modalizador deôntico **"é fundamental"**, no início da proposição, na camada modal, extraído do conteúdo proposicional, e o recurso do alvo deôntico não-especificado, fazem que o modalizador tenha caráter interacional e estabeleça maior proximidade com o interlocutor.

Em outras ocorrências de modalização deôntica de necessidade no *corpus*, notamos modalizadores que estão integrados no conteúdo proposicional, como vemos no exemplo a seguir:

> [c] Esses alimentos **precisam** estar disponíveis, de forma estável e permanente, até que essas pessoas sejam capazes de os assegurar por si mesmas (o que envolve o fortalecimento de políticas estruturantes) (FBSSAN, 2020, grifo nosso).

Nessa ocorrência, o modalizador deôntico **"precisam"** está na camada proposicional. O modalizador inserido no conteúdo proposicional pode ser uma estratégia para que a avaliação expressa por meio do modalizador seja tomada como uma verdade já aceita (Corbari, 2008).

Verificamos, a seguir, que mudanças de sentido podem ser causadas pela troca de posição do modalizador **"precisam"** na oração. Se extrairmos o modalizador do conteúdo proposicional, temos:

> [c1] **É preciso** que esses alimentos estejam disponíveis de forma estável e permanente, até que essas pessoas sejam capazes de os assegurar por si mesmas (o que envolve o fortalecimento de políticas estruturantes).

Ao realocarmos o modalizador deôntico **"precisar"**, ele deixa de expressar a avaliação como uma verdade já aceita, e verifica-se uma interação mais marcada com o interlocutor. Essa estratégia de uso do modalizador na camada modal torna mais evidente a modalização como uma expressão da opinião do enunciador.

Desse modo, notamos que, quando o modalizador está integrado no conteúdo proposicional, esse atribui ênfase à atitude do interlocutor. Quando está afastado do conteúdo proposicional, fica mais evidente o tom de opinião expresso por meio do modalizador.

5.2 Análise dos modalizadores deônticos de necessidade proposicionais no texto

Nesta subseção, apresentamos os modalizadores deônticos de necessidade proposicionais. A seguir, organizamos as ocorrências em um quadro, em que indicamos o número da ocorrência, onde está localizada no texto (linha e parágrafo ou tópico) e o cotexto que circunda cada modalizador, incluindo os enunciados deônticos. Em seguida, consta a análise de cada ocorrência.

Quadro 1 – Modalizadores deônticos de necessidade proposicionais na carta política "Garantir o direito à alimentação e combater a fome em tempos de coronavírus: a vida e a dignidade humana em primeiro lugar!" (FBSSAN, 2020)

Ocorrência	**Parágrafo e linha**	**Modalizador deôntico de necessidade proposicional**	**Recorte cotextual** (FBSSAN, 2020, grifo nosso)
1	par.9 lin.73	Precisam	Ao desvelar essa situação, a pandemia revela também, *a urgência de saídas que coloquem a vida e a dignidade humana no centro das decisões e políticas públicas*, enquanto uma abordagem de direitos humanos. No caso do DHAA, significa *garantir que todas as pessoas*, com prioridade àquelas que encontram-se com maior dificuldade de garantir esse direito a si e a sua família, *tenham acesso físico ou econômico a alimentos adequados e saudáveis.* Esses alimentos **"precisam"** estar disponíveis, de forma estável e permanente, até que essas pessoas sejam capazes de os assegurar por si mesmas (o que envolve o fortalecimento de políticas estruturantes).

2	par. 13 lin. 95	Devem	*Manifestamos*, desde já, *nosso desacordo com o anúncio de "soluções emergenciais"*, como a distribuição em massa de produtos formulados industrializados, que atendem mais aos interesses das corporações do que aos requisitos de uma alimentação adequada e saudável. *Propomos de imediato as seguintes ações*, que **"devem"** estar de acordo com as recomendações dos órgãos de vigilância sanitária e adaptadas à realidade de cada local [...]
3	tóp. 5 subtóp. 1 lin. 126	Deve	*Seguem recomendações:* *Entrega*, semanal ou quinzenal, *de cestas básicas para as famílias dos escolares, incluindo, sempre que possível, alimentos frescos.* A entrega **"deve"** ser feita a partir da definição prévia de calendário de entregas, e a partir de estratégias eficazes para evitar aglomeração.
4	tóp.5 subtóp. 2 lin.129	Devem	*Seguem recomendações:* *Entrega*, semanal ou quinzenal, *de cestas básicas para as famílias dos escolares, incluindo, sempre que possível, alimentos frescos.* A entrega **"deve"** ser feita a partir da definição prévia de calendário de entregas, e a partir de estratégias eficazes para evitar aglomeração; Os alimentos que compõem as cestas **"devem"** ser prioritariamente produzidos pela agricultura familiar. Dessa forma, as famílias ficarão melhor alimentadas e as famílias agricultoras terão assegurado o escoamento de sua produção e a geração de renda. *Esta medida é fundamental para reduzir prováveis prejuízos financeiros de agricultoras e agricultores familiares (formais e informais) do PNAE, evitando, ainda, um enorme desperdício de alimentos.*
5	tóp.5 subtóp. 4 lin.138	Devem	Em determinados contextos, **"deve-se"** considerar a transferência direta de parte dos recursos financeiros destinados ao PNAE para as famílias dos escolares matriculados na rede pública de educação básica; As coordenações estaduais e municipais do PNAE **"devem"** atuar de forma coordenada com as secretarias de assistência social, saúde e agricultura.
6	tóp.5 subtóp. 5 lin. 143	Deve	As coordenações estaduais e municipais do PNAE **"devem"** atuar de forma coordenada com as secretarias de assistência social, saúde e agricultura; O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) **"deve"** manter, neste período de quarentena, a transferência de recursos aos estados e municípios, autorizando sua destinação para a compra de cestas básicas e/ou transferência direta de renda.
7	tóp.5 subtóp. 5 lin. 146	Deve	O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) **"deve"** manter, neste período de quarentena, a transferência de recursos aos estados e municípios, autorizando sua destinação para a compra de cestas básicas e/ou transferência direta de renda. **"Deve"** considerar, ainda, em caráter emergencial, a ampliação da transferência de recursos aos estados e municípios, considerando a possibilidade de ampliação da aquisição de alimentos e gastos logísticos.
8	tóp.6 lin. 151	Devem	6) *Expansão de programas de transferência de renda e seguridade social* Políticas de proteção social como o Programa Bolsa Família (PBF) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) **"devem"** ser percebidas como estratégicas no enfrentamento emergencial desta crise, pela capacidade

			que tem de fazer chegar renda, de forma ágil, às famílias mais vulneráveis à fome.
9	tóp.8 lin.214	Precisam	**"É preciso"** uma ação integrada, coordenando os setores envolvidos na esfera federal, em diálogo com estados e municípios responsáveis por parte significativa das ações de abastecimento alimentar. A agricultura familiar e os circuitos locais de abastecimento são vitais e **"precisam"** ser apoiados e protegidos pelos governos em todos os níveis.
10	tóp.9 lin.260	Precisam	9) *Garantia de políticas de emergência para a agricultura familiar e pescadores/as artesanais. A agricultura familiar e a pesca artesanal são fundamentais para a garantia do abastecimento de Comida de Verdade à população brasileira*, para além da geração de renda e produção para a subsistência, **"precisam"** portanto ser fortalecidas neste momento.

Fonte: Elaboração da autora.

O modalizador deôntico de necessidade proposicional **"precisam"** (ocorrência 1) está situado em uma porção do texto em que é apresentada a situação que o país enfrenta em relação ao desemprego e as condições precárias de parte da população durante a pandemia e, então, são propostas algumas medidas iniciais para resolver ou melhorar tais questões. Antecede a ocorrência de modalização deôntica a recomendação "*garantir que todas as pessoas*, com prioridade àquelas que encontram-se com maior dificuldade de garantir esse direito a si e a sua família, *tenham acesso físico ou econômico a alimentos adequados e saudáveis*". A recomendação é feita por meio do enunciado deôntico *garantir que tenham*. Em seguida, o uso do modalizador **"precisam"** acrescenta à recomendação anterior. A recomendação sugerida por meio do enunciado deôntico diz respeito à garantia de acesso de todas as pessoas à alimentação adequada, já a proposta seguinte, feita por meio do modalizador, especifica a primeira recomendação e diz respeito aos alimentos e esses estarem disponíveis estável e permanentemente durante a pandemia. Há uma ocorrência de comodalização, em que um elemento deôntico reforça e intensifica o outro. Observa-se aqui o recurso do alvo deôntico não especificado. Não é possível recuperar sobre quem ou o que recai essa obrigatoriedade pelo cotexto. Mas, pelo contexto, entende-se que a proposta está dirigida aos órgãos responsáveis pelo Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) no país.

A próxima ocorrência de modalizador deôntico de necessidade (ocorrência 2) está em "*Propomos de imediato as seguintes ações*, que **"devem"** estar de acordo com as recomendações dos órgãos de vigilância sanitária e adaptadas à realidade de cada local [...]". O enunciado deôntico *propomos de imediato* expressa sentido de obrigatoriedade e indica uma recomendação: tomar ações para lidar com os problemas apresentados na primeira parte do texto. Na sequência, o modalizador deôntico de necessidade proposicional **"devem"** indica uma

orientação técnica, especifica como as ações (a recomendação) devem ocorrer, ou seja, indica um direcionamento específico em relação ao escopo do enunciado deôntico imediatamente anterior. Esse é um caso de comodalização, em que o enunciado deôntico e o modalizador reforçam e complementam um ao outro. Aqui, temos também um caso de remodalização, em que o modalizador **"devem"** recai sobre dois termos, ou seja, um mesmo modalizador indica duas recomendações; "estar de acordo com as recomendações dos órgãos de vigilância sanitária" e "(estar) adaptadas à realidade de cada local".

Esse enunciado, "*Propomos de imediato as seguintes ações*, que **devem** estar de acordo com as recomendações dos órgãos de vigilância sanitária e adaptadas à realidade de cada local [...]", antecede e anuncia todas as propostas, organizadas em forma de tópicos, para lidar com os problemas em pauta. O modalizador **"devem"**, na camada proposicional, expressa a obrigatoriedade dessas ações estarem de acordo com as recomendações da vigilância sanitária e adaptadas à realidade de cada local. O alvo deôntico é não especificado, porém, pelo cotexto, é possível verificar que a noção de dever recai sobre todos os órgãos que são citados nas recomendações em seguida, colocados como responsáveis por realizá-las. O enunciado deôntico e o modalizador em questão atuam sobre todas as propostas subsequentes, iniciadas por substantivos que indicam cada recomendação, conforme explicitado na seção de metodologia, o que indica um caso de remodalização, que intensifica a deonticidade instaurada em cada enunciado e no texto, em nível macroestrutural.

A próxima ocorrência de modalização deôntica de necessidade proposicional é o modalizador **"deve"** (ocorrência 3). Essa ocorrência está em um subtópico do tópico 5, e aqui há um encadeamento de recomendações. Como explicitado no parágrafo anterior, a recomendação da ocorrência 2 recai sobre todos os tópicos e, consequentemente, subtópicos. No tópico 5, a recomendação geral é de "*adequação* das estratégias de continuidade do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)", e essa é detalhada nos subtópicos, por meio de outras recomendações. Observa-se, então, precedendo os subtópicos, o enunciado deôntico *seguem recomendações*, que indica necessidade deôntica. Relacionado a esse, verifica-se, finalmente, a recomendação de "*entrega, semanal ou quinzenal, de cestas básicas para famílias de escolares, incluindo, sempre que possível, alimentos frescos*", e em seguida, o modalizador deôntico **"deve"** é empregado de modo que indica o modo como essa recomendação deve ser colocada em prática. É uma recomendação diretamente relacionada à SAN. O alvo deôntico relacionado ao modalizador é não especificado. No entanto, conseguimos verificar pelo cotexto que o dever de realizar a ação proposta recai sobre o PNAE. Verifica-se, aqui, um caso de comodalização, e o escopo de atuação de um enunciado deôntico sobre outros

enunciados deônticos e o modalizador, indicando uma noção de gradação e intensificando a noção de obrigatoriedade.

A próxima ocorrência está no subtópico 2 do tópico 5 e, portanto, também está no escopo de atuação do enunciado deôntico *seguem recomendações*. Corresponde ao modalizador **"devem"** (ocorrência 4). O alvo deôntico relacionado aos dois modalizadores não é especificado. No caso de **"devem"**, pelo cotexto, verifica-se que a obrigação de produzir os alimentos recai sobre a agricultura familiar. No entanto, a proposta está direcionada ao PNAE, uma vez que este é o órgão responsável por tomar tal decisão. O modalizador **"devem"** amplia a medida do tópico 5 por especificação, relacionando-se também com o subtópico anterior, que menciona as cestas básicas. A proposta, aqui, diz respeito à distribuição de cestas básicas e especifica, então, como a medida deve ser tomada: os alimentos que compõem as cestas sendo produzidos pela agricultura familiar, o que, mais uma vez, configura uma recomendação diretamente relacionada à SAN. O enunciado deôntico *é fundamental*[30], que aparece no mesmo subtópico, ainda em relação a mesma medida, é usado para justificar porque a medida anterior deve ser tomada, ou seja, para justificar a necessidade instaurada, é uma forma de didatizar. Pelo cotexto, novamente, observa-se que a obrigação de aceitar e realizar as recomendações propostas recai sobre o PNAE.

Ainda no tópico 5 (subtóp. 4), está o modalizador **"devem"** (ocorrência 5), proposicional, e o alvo deôntico relacionado a ele é "as coordenações estaduais e municipais do PNAE", do tipo terceira pessoa ou instituição. Essa recomendação também está no escopo de atuação do enunciado deôntico *seguem recomendações* e faz uma orientação técnica, que remete a decisões política e se relaciona com todas as outras recomendações do tópico 5, indicadas até então, que fazem recomendações voltadas ao PNAE. A ocorrência 5 indica, então, a maneira como todas essas recomendações anteriores **"devem"** atuar.

No tópico 5 também, agora no último subtópico (subtóp. 5), há outras duas ocorrências do modalizador **"deve"** (ocorrências 6 e 7). Nas duas ocorrências, os modalizadores são proposicionais, uma vez que estão na camada proposicional, encontram-se integrados no conteúdo proposicional e apresentam alvo deôntico classificado como terceira pessoa ou instituição. O alvo dos dois modalizadores é **o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)**. Como estão no tópico 5, também estão no escopo de atuação do enunciado

[30] O modalizador "é fundamental" pode atuar como modalizador deôntico, mas, nesse caso, configura um modalizador epistêmico, uma vez que indica apenas uma avaliação e não encaminha imediatamente para uma ação. Entretanto, pela porção textual que o circunda, expressa também uma noção de necessidade, e, por isso, o consideramos, aqui, um enunciado deôntico.

deôntico *seguem recomendações*. Há comodalização entre as duas ocorrências do modalizador **"deve"** também, uma vez que o uso do primeiro compreende uma recomendação financeira que indica um meio para o FNDE possibilitar as demais recomendações indicadas no tópico 5, e o segundo modalizador **"deve"** indica uma ampliação dessa recomendação, acrescenta a ela. As duas recomendações mencionam questões diretamente ligadas à SAN. Os dois modalizadores correlacionados reforçam a obrigatoriedade e necessidade no enunciado.

No tópico 6, o modalizador **"devem"** (ocorrência 8) apresenta alvo deôntico não especificado e está na camada proposicional. Nessa ocorrência, a noção de necessidade empregada por meio do modalizador recai sobre o verbo **perceber**, que aqui indica uma medida generalizada, "perceber políticas de proteção social como estratégicas no enfrentamento emergencial da crise causada pela pandemia", mas especifica a finalidade de segui-la: "fazer chegar renda, de forma ágil, às famílias mais vulneráveis à fome". Ou seja, está relacionada diretamente à SAN. Essa medida introduz a recomendação do período seguinte, que indica de que forma ela pode ser cumprida, por meio de um enunciado deôntico: "*ampliar a renda das famílias mais pobres* [...]". Nos subtópicos do tópico 6, são propostas ainda outras medidas mais específicas para que as medias de proteção social sejam, então, estratégicas no enfrentamento da crise. A recomendação feita por meio do modalizador **"devem"** especifica a recomendação feita pelo enunciado deôntico imediatamente anterior: "*Expansão de programas de transferência de renda e seguridade social*". É possível verificar pelo contexto com quais instituições o enunciador dialoga e sobre quem recai a noção de obrigatoriedade criada pelo modalizador **"devem"**. Algumas instituições citadas são o Ministério da Cidadania e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos (DIEESE).

O próximo modalizador deôntico de necessidade proposicional na carta está no tópico 8 (ocorrência 9). Nesse tópico, a recomendação geral é indicada pelo enunciado deôntico "*adoção de medidas para a garantia do abastecimento alimentar*". Essa medida é ampliada por meio do modalizador interacional **"é preciso"**, que dá um direcionamento específico em relação ao enunciado deôntico anterior. O modalizador deôntico em pauta aqui é o de necessidade proposicional **"precisam"**, que vem na sequência e justifica a importância da recomendação do tópico 8, no caso, a necessidade da agricultura familiar e circuitos locais de abastecimento de água serem protegidos e apoiados pelo governo, novamente uma recomendação diretamente relacionada à SAN. O modalizador apresenta alvo deôntico do tipo não especificado, mas identifica-se pelo cotexto que a obrigação recai sobre **os governos em todos os níveis**. O modalizador está integrado no conteúdo proposicional e é, portanto, proposicional.

A ocorrência 10 está no tópico 9, em que a recomendação é a "*garantia de políticas de emergência para a agricultura familiar e pescadores/as artesanais*". Essa recomendação é justificada pelo uso de enunciado deôntico em "*a agricultura familiar e a pesca artesanal são fundamentais para a garantia do abastecimento de Comida de Verdade à população brasileira*" e pela coocorrência com o modalizador deôntico de necessidade proposicional **"precisam"**, que conclui a justificativa em: "**precisam**, portanto, ser fortalecidas nesse momento". Verifica-se, aqui, uma conclusão gradual, em que há comodalização, de modo que, o modalizador intensifica a necessidade e obrigatoriedade indicadas pelos enunciados deônticos. O alvo deôntico aqui é não especificado novamente, entretanto, verifica-se, pelo cotexto, que a obrigação recai sobre os órgãos governamentais responsáveis pelas recomendações propostas nos subtópicos do tópico 9, em que o modalizador está localizado. Verifica-se novamente uma recomendação diretamente relacionada à SAN, já que se refere ao fortalecimento da agricultura familiar e da pesca artesanal, como garantia de abastecimento de "comida de verdade" para a população brasileira.

5.3 Análise dos modalizadores deônticos de necessidade interacionais no texto

No quadro a seguir, apresentam-se as ocorrências de modalizadores deônticos de necessidade interacionais, além dos recortes cotextuais em que se encontram e linha e parágrafo ou tópico em que estão localizados. Analisa-se, então, cada ocorrência.

Quadro 2 – Modalizadores deônticos de necessidade interacionais na carta política "Garantir o direito à alimentação e combater a fome em tempos de coronavírus: a vida e a dignidade humana em primeiro lugar!" (FBSSAN, 2020)

Ocorrência	**Parágrafo e linha**	**Modalizador deôntico de necessidade interacional**	**Recorte cotextual** (FBSSAN, 2020)
1	par.1 lin.9	É fundamental	Fóruns, redes, articulações, movimentos e organizações da sociedade civil brasileira, abaixo assinadas, que historicamente têm atuado na defesa do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), e da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN), apresentam um conjunto de propostas de combate à fome *a serem implementadas, em caráter urgente e emergencial*, pelos governos nas esferas federal, estadual e municipal. **"É fundamental"** que essas medidas sejam tomadas em parceria com os conselhos de participação social, especialmente os conselhos de Segurança Alimentar e

			Nutricional (SAN), de Assistência Social, Saúde e de Alimentação Escolar.
2	par.10 lin.80	É ainda fundamental	Ao desvelar essa situação, *a pandemia revela também, a urgência de saídas que coloquem a* *vida e a dignidade humana no centro das decisões e políticas públicas, enquanto uma abordagem de direitos humanos*. No caso do DHAA, significa *garantir que todas as pessoas, com prioridade àquelas que encontram-se com maior dificuldade de garantir esse direito a si e a sua família, tenham acesso físico ou econômico a alimentos adequados e saudáveis.* Esses alimentos **"precisam"** estar disponíveis, de forma estável e permanente, até que essas pessoas sejam capazes de os assegurar por si mesmas (o que envolve o fortalecimento de políticas estruturantes). A dignidade humana é um imperativo ético que se torna ainda mais evidente em momentos de extrema fragilidade, como o que vivenciamos, e talvez seja nesses momentos que *temos a oportunidade de fazê-lo valer de forma permanente e de rever princípios e valores que têm caracterizado a sociedade brasileira como uma das mais desiguais do mundo.* **"É ainda fundamental"** ressaltar que nesse contexto em que são necessárias medidas drásticas para conter a circulação de pessoas, uma carga ainda maior de trabalho doméstico e de cuidado com as crianças, idosos e doentes recai sobre as mulheres, principalmente as mulheres negras. Esse quadro é ainda mais preocupante se considerarmos que parte considerável dessas mulheres estão excluídas do mercado de trabalho. A população negra e afrobrasileira e os/as que vivem em regiões favelizadas e periféricas sentirão de forma ainda mais grave os impactos da pandemia, em sua drástica combinação com o aumento da fome.
3	tóp.1 lin.98	É fundamental	1) *Revogação imediata da EC 95,* que congelou gastos sociais por 20 anos. Para isso **"é fundamental"** a aceleração do julgamento da inconstitucionalidade dessa Emenda pelo Supremo Tribunal Federal (STF), autorizando o aumento dos investimentos na saúde em todas as esferas.
4	tóp.4 lin.115-116	É preciso	4) *Interrupção de todos os despejos e reintegrações de posse, coletivos e individuais, em áreas rurais e terrenos urbanos (inclusive os que acontecem por falta de aluguel), que atentam contra o direito à terra e ao território dos (as) agricultores (as) familiares, comunidades quilombolas, povos e comunidades tradicionais e população urbana.* **"É preciso"** assegurar o direito à terra e à moradia, e também abrigo e alimentação adequada para a população em situação de rua.
5	tóp.5 lin.121	É imprescindível	*Adequação das estratégias de continuidade do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).* O PNAE cumpre papel estratégico na *garantia do acesso à alimentação de mais de 40 milhões de estudantes da rede pública de educação básica*. **"É imprescindível"** que esse direito continue sendo assegurado, mesmo com a suspensão das aulas. Alguns estados e municípios já adotaram medidas que reduzem o risco de disseminação

			do vírus e garantem que os alimentos adquiridos cheguem às famílias.
6	tóp.5 subtóp. 3 lin. 135	Deve-se	Os alimentos que compõem as cestas **"devem"** ser prioritariamente produzidos pela agricultura familiar. Dessa forma, as famílias ficarão melhor alimentadas e as famílias agricultoras terão assegurado o escoamento de sua produção e a geração de renda. *Esta medida é fundamental para reduzir prováveis prejuízos financeiros de agricultoras e agricultores familiares (formais e informais) do PNAE, evitando, ainda, um enorme desperdício de alimentos.* Em determinados contextos, **"deve-se"** considerar a transferência direta de parte dos recursos financeiros destinados ao PNAE para as famílias dos escolares matriculados na rede pública de educação básica
7	tóp.5 subtóp. 4 lin. 139	É fundamental	As coordenações estaduais e municipais do PNAE **"devem"** atuar de forma coordenada com as secretarias de assistência social, saúde e agricultura. Também **"é fundamental"** que se atue em estreito diálogo e parceria com os Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs) e Conseas, de maneira que as soluções sejam coordenadas e baseadas na realidade local
8	tóp.6 subtóp.5 lin. 172	É imperativo	*Considerar a proposta de implementação imediata de uma Política de Renda Básica de emergência durante a pandemia do coronavírus.* Para tanto **"é imperativo"** considerar os recursos dos Fundos Estaduais de Combate à Pobreza como define a Constituição Federal no artigo 82, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias [...]
9	tóp.8 lin. 211	É preciso	8) *Adoção de medidas para a garantia do abastecimento alimentar.* Ao contrário da narrativa de tranquilidade difundida pelo Ministério da Agricultura, o balanço produzido pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e analistas do setor agropecuário apontam para um quadro, no mínimo, de incertezas em face dos baixos estoques. O real desvalorizado tem favorecido as exportações, a concentração da produção nacional na soja, e a estagnação da produção de arroz e feijão. A elevação dos preços do arroz em casca em 2019 e a não recomposição de estoques de arroz, feijão e milho pela Conab comprovam o quadro descrito. O cenário de incertezas se estende também às carnes, de modo que o mercado interno de alimentos básicos deverá se manter com preços elevados. **"É preciso"** uma ação integrada, coordenando os setores envolvidos na esfera federal, em diálogo com estados e municípios responsáveis por parte significativa das ações de abastecimento alimentar.
10	tóp.10 lin.295	É urgente	10) *Retomada imediata do Programa de Cisternas no Semiárido. Interrompido de forma abrupta a partir de 2017, o programa já proveu o acesso à água potável para cerca 1,3 milhões de famílias*; água para produção para cerca de 200 mil famílias e água para centenas de escolas. *Sua retomada é vital para se universalizar as cisternas de consumo entre as famílias do semiárido, garantindo-lhes um direito básico de acesso à água para consumo humano.* Faltam 350.000. De igual modo, **"é urgente"** a universalização das cisternas nas escolas e uma ampliação significativa das cisternas de produção, garantindo às famílias a possibilidade de produzir

			alimentos saudáveis para si e as comunidades e municípios. Faltam mais de 800 mil destes implementos.

Fonte: Elaboração da autora.

O primeiro parágrafo do texto (par.1) é dedicado à apresentação do problema principal, e já nos indica que a função principal do texto é recomendar medidas *a serem* tomadas para resolver, ou ao menos diminuir, os problemas em pauta. O fato de o texto ser construído com base em recomendações e propostas já o torna bastante deôntico, uma vez que a modalização deôntica está relacionada ao eixo do dever e da obrigação, e as recomendações e propostas funcionam como ações que devem ser cumpridas.

No primeiro parágrafo, há enunciado deôntico em "[...] apresentam um conjunto de propostas *a serem implementadas, em caráter urgente e emergencial* [...]"; que é empregado para indicar a recomendação, nesse caso, implementar o conjunto de propostas trazido na carta. A expressão *em caráter urgente e emergencial* reforça a necessidade urgente de aceitação e implementação das propostas. O período seguinte é iniciado pelo modalizador deôntico de necessidade interacional **"é fundamental"** (ocorrência 1). Nesse caso, o modalizador não introduz uma recomendação nova, mas reforça a obrigatoriedade de que a recomendação instaurada pelo enunciado deôntico seja seguida e, também, a maneira como isso deve ocorrer, "em parceria com os conselhos de participação social", uma orientação técnica. O modalizador indica um direcionamento específico, um detalhe em relação ao escopo do enunciado deôntico imediatamente anterior. Aqui, temos um caso de comodalização, de modo que o modalizador reforça e intensifica a obrigatoriedade instaurada pelo enunciado deôntico, e vice e versa.

Nessa ocorrência, o alvo deôntico não é especificado[31], entretanto, podemos identificar pelo cotexto que a obrigação aqui recai sobre "os governos nas esferas federais". Trata-se, então, de recomendação política, uma vez que a obrigação de a seguir recai sobre o governo, de maneira generalizada. Nesse caso, o enunciado deôntico *a serem implementadas, em caráter urgente e emergencial* e o modalizador **"é fundamental"** referem-se a todas as recomendações trazidas na carta, na segunda parte do texto, por isso a recomendação e o alvo deôntico são generalizados e serão especificados mais adiante no texto, quando cada medida for detalhada. Temos, portanto, se considerarmos a macroestrutura do texto, um caso de remodalização, em que o enunciado deôntico e o modalizador em pauta recaem sobre todas as medidas propostas.

[31] Usamos aqui as classificações de Lyons (1977) e Pessoa (2011) para classificar e analisar os alvos deônticos relacionados aos modalizadores, conforme discutido na seção 2.3. Usamos a classificação alvo não especificado quando não há um alvo relacionado diretamente ao modalizador deôntico, por mais que seja possível recuperar pelo contexto ou contexto sobre quem ou o que recai a obrigação. O uso do recurso do alvo não especificado pode ser uma estratégia de preservação da face.

No caso do modalizador **"é ainda fundamental"** (ocorrência 2), a obrigação empregada pelo uso do modalizador recai sobre o próprio enunciador. O modalizador deôntico recai sobre o verbo **ressaltar**, por isso, a obrigação recai sobre o enunciador, que é quem tem a possibilidade de ressaltar algo no texto e segue sua própria recomendação logo em seguida. Esse enunciador demonstra que há um diálogo acontecendo entre ele e o interlocutor, portanto, o modalizador deôntico nessa ocorrência é interacional. O modalizador **"é ainda fundamental"** relaciona-se com todos os parágrafos anteriores do texto e com tudo o que foi recomendado até então, o que se verifica pelo uso do termo **ainda**, que indica, também, que mais uma recomendação será acrescentada. Essa recomendação relaciona-se e acrescenta diretamente ao enunciado deôntico imediatamente anterior, que recomenda "*rever princípios e valores que têm caracterizado a sociedade brasileira como uma das mais desiguais do mundo*". Essa ocorrência indica também uma espécie de conclusão da primeira parte do texto. Aqui, a recomendação feita pelo uso do modalizador deôntico não indica diretamente para uma ação, mas sim para uma reflexão, fica apenas no domínio da interação, com o objetivo de chamar atenção para alguma situação, mas há uma recomendação de ação implícita. Há na afirmação de que "uma carga ainda maior de trabalho doméstico e de cuidado com as crianças, idosos e doentes recai sobre as mulheres, principalmente as mulheres negras" uma proposta implícita, algo como "é preciso que se dê atenção à situação das mulheres na pandemia, e principalmente das mulheres negras".

Retoma-se, aqui, o enunciado deôntico "*propomos de imediato*", na linha 95, que tem escopo de atuação em todas as recomendações subsequentes, organizadas em tópicos. O tópico 1 é iniciado com a recomendação, indicada por meio de um enunciado deôntico, "*revogação imediata da EC 95*, que congelou gastos sociais por 20 anos". Logo em seguida, o modalizador deôntico de necessidade interacional **"é fundamental"** apresenta um condicionamento para essa medida, no caso, "a aceleração do julgamento da inconstitucionalidade dessa Emenda pelo Supremo Tribunal Federal (STF)". O alvo é não especificado, mas é possível localizar pelo cotexto que a obrigação recai sobre o Supremo Tribunal Federal. A coocorrência do enunciado deôntico *revogação imediata*, que indica uma necessidade urgente, e do modalizador **"é fundamental"**, reforça a noção de obrigatoriedade do enunciado. O modalizador mobiliza uma recomendação política, que vai além do campo de atuação do Fórum produtor da carta.

A ocorrência 4 está no tópico 4, que se inicia com uma recomendação feita por meio de um enunciado deôntico, "*interrupção de todos os despejos e reintegrações de posse* [...]". O modalizador **"é preciso"**, que aparece no período seguinte, indica uma ressalva e aponta para uma reflexão, "**é preciso** assegurar o direito à terra e à moradia, e também abrigo e alimentação

adequada para a população em situação de rua". O modalizador é utilizado para expressar um ponto de vista e uma recomendação social generalizada. O alvo deôntico não é especificado e não é possível recuperar pelo cotexto sobre quem recai a obrigação instaurada.

A ocorrência 5 está no tópico 5 e reitera a medida proposta no início do tópico, pelo uso de um enunciado deôntico, "*adequação das estratégias de continuidade do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)*". O modalizador deôntico de necessidade interacional **"é imprescindível"** reitera e justifica essa medida – o PNAE precisa de adequação porque os direitos precisam ser assegurados. A necessidade, nesse caso, refere-se à continuação de uma ação que já está sendo feita. O alvo é não especificado, porém, conseguimos recuperar pelo cotexto que a noção de necessidade recai sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Essa recomendação atua como uma forma de cobrança da garantia de um direito, que está diretamente relacionado à SAN. Como é uma cobrança às autoridades, por mais que o modalizador expresse uma necessidade deôntica forte, o recurso do modalizador interacional e do alvo não especificado pode ser uma estratégia de preservação da face, de modo que o produtor não se comprometa tanto com o conteúdo veiculado.

Ainda no tópico 5, mas agora no subtópico 3, a ocorrência 6 corresponde ao modalizador **"deve-se"**, extraído do conteúdo proposicional, na camada modal, uma vez que revela uma avaliação do conteúdo proposicional como necessário, nesse caso "considerar a transferência direta de parte dos recursos financeiros destinados ao PNAE para as famílias dos escolares matriculados na rede pública de educação básica". A recomendação está relacionada com o enunciado deôntico imediatamente anterior: "*Esta medida é fundamental para reduzir prováveis prejuízos financeiros de agricultoras e agricultores familiares (formais e informais) do PNAE, evitando, ainda, um enorme desperdício de alimentos*" e acrescenta a ela, uma vez que continua a discutir questões financeiras relacionadas ao PNAE. O verbo **dever**, conjugado em terceira pessoa, acompanhado da partícula **se**, poderia indicar que o alvo é domínio comum[32], se a obrigação recaísse sobre a sociedade como um todo, porém, nesse caso, compreendemos pelo contexto que a recomendação proposta aqui compete ao PNAE.

Nesse subtópico, a necessidade é atenuada. O modalizador **"deve-se"** é precedido pela expressão "em determinados contextos", que delimita a recomendação e indica que o produtor não está fazendo uma generalização, o que pode configurar uma estratégia de preservação da face, assim como o recurso do alvo não especificado, e até mesmo do modalizador em função interacional. Além disso, por mais que a proposta é de uma ação de fato, a transferência de

[32] Ver seção 2.3.

recursos financeiros para as famílias de estudantes da rede pública de educação básica, a obrigação construída por meio do modalizador recai sobre o verbo considerar, que indica mais para a aceitação de uma ideia do que para a realização de uma ação, ou seja, atenua a necessidade do modalizador. Uma possibilidade para essa atenuação da noção de ordem do modalizador é que a decisão dessa recomendação não cabe aos produtores do texto, então, a medida é proposta mais como uma sugestão, de necessidade atenuada, do que como uma ordem, de necessidade urgente.

Ainda no tópico 5, agora, novamente, no subtópico 4, além do modalizador proposicional **"devem"**, comentado anteriormente, há ocorrência do modalizador deôntico de necessidade interacional **"é fundamental"** (ocorrência 7). O modalizador **"devem"** faz uma orientação técnica que se refere a todas as outras recomendações do tópico 5, indicadas até então. O modalizador **"é fundamental"**, então, acrescenta outra orientação. Nesse subtópico, há comodalização entre os dois modalizadores, o que reforça a noção de obrigatoriedade. Como a recomendação nesse segundo período é relacionada à recomendação do período anterior, entende-se, pelo cotexto, que a obrigatoriedade aqui também recai sobre as coordenações estaduais e municipais do PNAE, mas o alvo deôntico aqui é do tipo não especificado, estratégia que contribui também para a função interacional do modalizador. Tanto a ocorrência 6 quanto a ocorrência 7, por estarem em subtópicos do tópico 5, estão no escopo de atuação do enunciado deôntico *seguem recomendações*, que recai sobre todas as recomendações dos subtópicos.

No tópico 6, subtópico 5, o modalizador **"é imperativo"** indica um condicionamento para a recomendação que o antecede, indicada por um enunciado deôntico, "*considerar a proposta de implementação imediata de uma Política de Renda Básica de emergência durante a pandemia do coronavírus*", que está no escopo de atuação do enunciado deôntico "*sugere-se a adoção das seguintes medidas*". O condicionamento é "considerar os recursos dos Fundos Estaduais de Combate à Pobreza". Novamente, o uso do verbo considerar, nesse caso em vez do verbo usar, por exemplo, indica uma atenuação, talvez como estratégia de preservação da face. O alvo aqui não é especificado, o que também pode ser pela mesma estratégia. Pelo contexto, é possível compreender que a medida está direcionada aos responsáveis pelos Fundos Estaduais de Combate à Pobreza, citados na medida, que seriam os governos estaduais, e é, então, uma recomendação financeira.

Em seguida, na ocorrência 9, observa-se o modalizador deôntico de necessidade interacional **"é preciso"**, que acrescenta uma recomendação à do início do tópico 8, em que está inserida, "*adoção de medidas para garantia do abastecimento alimentar*". Logo após essa recomendação inicial, os produtores do texto discutem os problemas que afetam a garantia do

abastecimento alimentar, e, seguido a isso, o modalizador **"é preciso"** é usado para argumentar a favor, então, de uma medida para resolver ou melhorar os problemas discutidos e indicar uma recomendação política. O alvo não é especificado, porém é possível compreender pelo cotexto que a necessidade aqui recai sobre **os setores envolvidos na esfera federal** e **estados e municípios responsáveis por parte significativa das ações de abastecimento alimentar**.

No tópico 10, há coocorrência de outro modalizador deôntico de necessidade interacional, **"é urgente"** (ocorrência 10), com os enunciados deônticos *retomada imediata* e *é vital*. Há, nesse tópico, uma gradação de recomendações, que giram em torno da universalização de cisternas. Primeiramente, é recomendada a "*retomada imediata do Programa de Cisternas no Semiárido*", em seguida, essa recomendação é justificada pelo enunciado "*sua retomada é vital para se universalizar as cisternas de consumo entre as famílias do semiárido, garantindo-lhes um direito básico de acesso à água para consumo humano*". Ainda é acrescentada a recomendação "**é urgente** a universalização das cisternas nas escolas e uma ampliação significativa das cisternas de produção", diretamente relacionada à SAN. A comodalização e a gradação nas propostas, sendo a última indicada por meio de um modalizador deôntico, indicam uma necessidade urgente das medidas propostas. O alvo deôntico relacionado ao modalizador é do tipo não especificado. Pelo contexto, é possível observar que a obrigação aqui recai sobre o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), responsável pelo Programa de Cisternas no Semiárido, a que a proposta se refere.

5.4 Discussão dos dados

A respeito das ocorrências de modalizadores analisadas, notamos que alguns fatores que contribuem para que o modalizador apresente função interacional ou proposicional são: camada de significação; relação com o conteúdo proposicional, ou seja, se o modalizador aparece extraído ou integrado nesse; o tipo de modalizador deôntico (auxiliar modal, predicado cristalizado, advérbio, etc.), o alvo deôntico relacionado ao modalizador, se ele é especificado ou não, e, caso não seja, se é possível localizar pelo contexto sobre quem recai a obrigatoriedade das ações propostas.

Os modalizadores proposicionais estão localizados na camada proposicional, integrados no conteúdo proposicional. O alvo deôntico relacionado a ele pode ser do tipo terceira pessoa ou instituição ou não especificado, mas, nesse último caso, é possível recuperar pelo cotexto sobre o que ou quem a obrigação recai.

Já os modalizadores deônticos de necessidade interacionais estão nas camadas modal ou pragmática. O modalizador na camada modal demonstra a avaliação do produtor a respeito do que ele faz constar na camada proposicional, nesse caso, demonstra que o produtor considera a proposição como uma obrigação (Castilho; Castilho, 1992), o que faz com que a avaliação do produtor se pareça mais com uma expressão de sua opinião do que posto como uma verdade já aceita. Na camada proposicional, o modalizador engaja tanto o produtor quanto o interlocutor com o conteúdo proposicional, criando uma interação. Os modalizadores de necessidade interacionais apresentam alvo deôntico não especificado, na maioria das ocorrências no texto, e, em algumas, é possível recuperar sobre quem ou o que recai a obrigação. Outro tipo possível de alvo deôntico relacionado aos modalizadores interacionais é o alvo de domínio comum, quando o interlocutor e a comunidade no geral são colocados como responsáveis por realizar as ações propostas. O modalizador aparece extraído do conteúdo proposicional.

Esses dados estão ilustrados no quadro a seguir:

Quadro 3 – Modalizadores deônticos de necessidade proposicionais e interacionais

Fator Analisado	**Modalizador deôntico de necessidade proposicional**	**Modalizador deôntico de necessidade interacional**
Posição em relação ao conteúdo proposicional	Integrado	Extraído
Camada de significação	Camada proposicional	Camada modal ou pragmática
Alvo deôntico	Terceira pessoa/ instituição; não especificado, porém localizável pelo cotexto ou contexto	Não especificado, pode ser localizável ou não localizável no cotexto ou pelo contexto

Fonte: Elaboração da autora.

Acrescentamos ainda que os modalizadores proposicionais, por estarem integrados no conteúdo proposicional, conferem uma noção de verdade à proposição e de necessidade urgente. Já o uso dos modalizadores de necessidade interacionais, como esses estão extraídos do conteúdo proposicional, torna mais notável o tom de opinião do produtor e mais evidente uma interação com o interlocutor e cria uma espécie de diálogo com esse, como observa-se em:

> [d] [...] **é urgente** a universalização das cisternas nas escolas [...].

No recorte [d], o modalizador **"é urgente"** revela a avaliação do produtor a respeito do conteúdo proposicional "a universalização das cisternas nas escolas".

Observou-se que os modalizadores deônticos de necessidade interacionais são mais variados do que os proposicionais. Enquanto os modalizadores proposicionais encontrados no *corpus* foram somente os auxiliares modais **"dever"** e **"precisar"**, nas ocorrências dos modalizadores interacionais, encontramos modalizadores mais variados, como: **"é fundamental"**; **"é imprescindível"**; **"é preciso"**; **"é imperativo"**; **"deve-se"** e **"é urgente"**.

No quadro seguinte, apresentamos os diferentes modalizadores que aparecem no *corpus*:

Quadro 4 - Ocorrências de modalizadores no *corpus*

Tipo de Modalizador	**Exemplos Encontrados**	**Observação**
Proposicional	"dever", "precisar"	Menos variados, limitados a auxiliares modais
Interacional	"é fundamental", "é imprescindível", "é preciso", "é imperativo", "deve-se", "é urgente"	Mais variados, incluem predicados cristalizados e auxiliares modais.

Fonte: Elaboração da autora.

Por mais que, em quantidade, as ocorrências de modalizadores deônticos de necessidade proposicionais e interacionais tenham sido a mesma, dez (10) proposicionais e dez (10) interacionais, esses últimos mostraram-se mais diversos.

Nos recortes analisados, verificou-se que os modalizadores deônticos se combinam a enunciados deônticos, que contribuem para o tom de necessidade e a deonticidade no texto. O escopo de um modalizador sobre um enunciado deôntico ou o contrário contribui para a asseveração do valor modal instaurado.

Cabe comentar também que não houve diferença significativa quanto à relação do modalizador deôntico de necessidade mobilizado (proposicional ou interacional) com o enunciado deôntico imediatamente anterior. Os dois tipos de modalizadores ora acrescentam recomendações, ora indicam a maneira como a recomendação anterior deve ser seguida, ora ainda detalham a recomendação anterior. A diferença está no conteúdo das recomendações relacionadas a cada tipo de modalizador.

Verificamos que os modalizadores proposicionais são empregados, em sua, maioria, em recomendações que dizem respeito diretamente à SAN. Conforme explicitado na seção de metodologia, o texto foi produzido pelo FBSSAN, que é um fórum que discute questões relacionadas à segurança alimentar e nutricional no Brasil (SAN), e a carta tem como objetivo principal, portanto, discutir questões e apontar medidas em relação à SAN durante a pandemia

do Covid-19 no Brasil. Porém, nem todas as medidas propostas no texto estão diretamente relacionadas à SAN, algumas tendem para outras questões sociais ou políticas. Observou-se, na análise, entretanto, que a maioria das recomendações indicadas por meio dos modalizadores proposicionais remete diretamente à SAN. De dez (10) ocorrências de modalizadores deônticos de necessidade proposicionais, oito (8) estão relacionados a propostas de SAN diretamente.

Quando o modalizador acionado é interacional, as recomendações abordam temáticas mais diversas. Além de recomendações diretamente relacionadas à SAN, são mobilizadas recomendações políticas, financeiras, sociais e de reflexão. Dentre os dez (10) modalizadores deônticos de necessidade interacionais, quatro (4) mobilizam recomendações políticas, dois (2) recomendações financeiras, dois (2) recomendações sociais, dois (2) recomendações diretamente relacionadas à SAN e um (1) recomendação de reflexão. Um dos motivos que pode influenciar o uso de um modalizador interacional para certas temáticas em vez de um proposicional é pela preservação da face ao tratar de um assunto que vai além do escopo de estudo do FBSSAN, que é o produtor do texto. Por exemplo, na recomendação indicada no recorte a seguir, é mobilizada uma questão política, que vai além do âmbito de atuação do Fórum:

> [e] *Revogação imediata da EC 95*, que congelou gastos sociais por 20 anos. Para isso **"é fundamental"** a aceleração do julgamento da inconstitucionalidade dessa Emenda pelo Supremo Tribunal Federal (STF), autorizando o aumento dos investimentos na saúde em todas as esferas.

Desse modo, a mobilização de um modalizador interacional, com alvo deôntico não especificado, pode ser uma estratégia de preservação da face, já que, por mais que seja expressa uma necessidade urgente, essa não é transmitida como uma verdade já aceita, mas, sim, como a opinião do enunciador.

Já no recorte a seguir, em que a recomendação está diretamente relacionada à SAN, tema que está dentro do âmbito de atuação do FBSSAN, o comprometimento com a proposição é maior:

> [f] O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) **"deve"** manter, neste período de quarentena, a transferência de recursos aos estados e municípios, autorizando sua destinação para a compra de cestas básicas e/ou transferência direta de renda.

Por mais que a recomendação trate também de questões políticas e financeiras, a finalidade dela é para resolver uma questão de SAN. O modalizador deôntico mobilizado é proposicional e o alvo deôntico, ou seja, sobre quem ou o que recai a obrigação, está especificado. O conteúdo é, então, expressa noção de necessidade forte e previamente aceita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação, buscou-se responder à seguinte pergunta de pesquisa: o que diferencia os modalizadores de necessidade deôntica proposicionais dos interacionais em uma carta política?

Para responder à pergunta de pesquisa e alcançar o objetivo geral, elaboramos uma análise descritivo-interpretativista, fundamentada nos princípios da Linguística Textual e de Estudos Funcionalistas, comparativa dos sentidos e do que diferencia os modalizadores deônticos de necessidade proposicionais dos interacionais em uma carta política, publicada durante o primeiro semestre da pandemia da Covid-19.

Também propomos, a partir do objetivo geral, os seguintes objetivos específicos: 1. Descrever o que caracteriza um texto representativo do gênero carta política; 2. Verificar se há relação textual entre os modalizadores deônticos; 3. Observar se, no texto analisado, há ocorrência de modalizadores deônticos no nível interacional e no nível proposicional; 4. Distinguir o tipo de relação estabelecida entre tais elementos e verificar qual o tipo de diferença que se estabelece.

Compreendemos que a internet teve importante papel na criação de um espaço em que cidadãos não políticos e não jornalistas pudessem participar da produção marginal e amadora da opinião política, uma vez que possibilita a criação de fóruns em que associações voluntárias criam um lugar de encontro para pessoas de mesma opinião e um espaço para a declaração de posições e interesses (Bazerman, 2020). Segundo Bazerman (2020), desde a década de 1990, a internet tem desempenhado papel importante na política, sendo veículo para vários gêneros e suportes.

Conforme Silvio (2023), a pandemia tornou-se assunto principal para ciberativistas manifestarem suas opiniões na internet. Para a autora, o ciberativismo é uma nova forma de participação política que surgiu com o avanço tecnológico e presença das redes sociais.

Nesse contexto, foi publicado na página do FBSSAN o texto que compôs o *corpus* desta pesquisa, que configura o gênero carta política e indica problemas relacionados à alimentação durante da pandemia o período e proposições para solucioná-los. Como a carta política é um texto que movimenta propostas e indicações, e os modalizadores deônticos são do eixo do dever e da obrigação, o uso de modalizadores deônticos de necessidade é favorecido em textos do gênero e recorrente no que compõe nosso *corpus*, uma vez que o texto apresenta deonticidade da macroestrutura, pela forma como é organizado, com uma listagem de proposições, à

microestrutura, pelo uso dos modalizadores, relacionados a enunciados deônticos imediatamente anteriores ou a enunciados que comportam outros modalizadores.

A carta política está inserida na esfera política e aproxima-se dos gêneros carta aberta e do manifesto. assim como o gênero manifesto, uma vez que também é argumentativo e expõe, deste modo, uma opinião, com o objetivo de convencer o destinatário. Assim como os gêneros mencionados, é assinado. O gênero carta política difere-se dos outros ao ponto que, para além de expressar um ponto de vista, contém propostas para solucionar ou amenizar os problemas que traz como pauta. A carta política, por mais que esteja disponível em sites online para a população geral ter acesso, tem como destinatários principais órgãos governamentais responsáveis por solucionar as questões levantadas.

No gênero carta política, os modalizadores estão ligados ao evento de produção do enunciado e funcionam como "indicadores de intenções, sentimentos e atitudes do locutor com relação ao seu discurso" (Koch, 2011, p. 136). A modalização marca também uma atitude do produtor em relação ao seu interlocutor. Os produtores marcam ou não explicitamente o enunciado com valores modais (Neves, 2006; Corbari, 2013), já que, quando realiza uma avaliação, o produtor o faz em função do outro e deixa pistas do que deseja ou de como quer que seu discurso seja lido (Nascimento, 2010).

Ao analisar a carta política em questão, verificamos que os modalizadores deônticos de necessidade atuavam de duas maneiras diferentes, ora deixando mais clara a interação com os interlocutores, ora de maneira mais interna ao conteúdo proposicional. Dentre os vinte (20) modalizadores deônticos de necessidade presentes no texto, dez (10) foram classificados como proposicionais e dez (10) como interacionais.

Durante a análise, verificou-se que os fatores que contribuem para que o modalizador tenha caráter proposicional são: estar na camada proposicional; integrado no conteúdo proposicional; apresentar alvo deôntico como terceira pessoa ou instituição, e, caso o alvo deôntico não seja especificado, ser possível retomar pelo cotexto ou pelo contexto sobre quem recai a obrigação instaurada por meio do modalizador deôntico em questão. Os modalizadores interacionais, por outro lado, estão na camada modal ou na camada pragmática; apresentam alvo deôntico não especificado; são impessoais; e estão extraídos do conteúdo proposicional. Sobre os efeitos de sentido, concluímos que os modalizadores deônticos de necessidade proposicionais colocam o conteúdo como posto e como necessidade forte e previamente aceita previamente aceita, enquanto os interacionais tornam mais perceptível a opinião do enunciador, ou seja, a avaliação que esse faz do conteúdo proposicional, que é, então, colocado como um

pressuposto. Observamos também que os modalizadores deônticos de necessidade interacionais são mais variados do que os proposicionais.

Os modalizadores coocorrem com outros modalizadores e com outras expressões de necessidade, que chamamos de enunciados deônticos. Por meio dessa comodalização e de sobremodalização, a noção de necessidade e obrigatoriedade, mobilizada por esses elementos deônticos na microestrutura, é reforçada e faz com que o texto apresente deonticidade em um nível macroestrutural também.

Verificou-se ainda que os modalizadores proposicionais são empregados, em sua, maioria, em recomendações que dizem respeito diretamente à SAN, tema que está dentro do âmbito de atuação do FBSSAN. Das dez (10) recomendações indicadas por meio de modalizadores proposicionais, oito (8) estão diretamente relacionadas à SAN. O modalizador expressa, então, noção de necessidade forte e previamente aceita. Já quando o modalizador acionado é interacional, as recomendações abordam temáticas mais diversas. Dentre os dez (10) modalizadores deônticos de necessidade interacionais, quatro (4) mobilizam recomendações políticas, dois (2) recomendações financeiras, dois (2) recomendações sociais, dois (2) recomendações relacionadas à SAN e um (1) recomendação de reflexão. Um dos motivos que pode influenciar o uso de um modalizador interacional para tratar de temáticas que vão além de SAN, foco principal do Fórum produtor do texto, em vez de um proposicional é como estratégia de preservação da face por tratar de um assunto que vai além do âmbito de atuação do FBSSAN. Por mais que seja expressa uma necessidade urgente, essa não é transmitida como uma verdade já aceita, mas, sim, como a opinião do enunciador. Conclui-se, portanto, que a mobilização de modalizadores deônticos de necessidade proposicionais e interacionais é também uma estratégia argumentativa.

Devido ao tempo restrito e à delimitação de tema proposto para esta pesquisa, não foi possível verificar o funcionamento dos modalizadores deônticos de necessidade proposicionais e interacionais em uma perspectiva macrotextual, bem como os sentidos estabelecidos por meio da relação entre modalizadores no nível proposicional, no nível interacional e enunciados deônticos em uma mesma porção textual. Essas seriam, portanto, possibilidades de continuidade e de desdobramento para este estudo.

Estudar como os modalizadores são utilizados no gênero carta política é de grande contribuição para os estudos da Linguística Textual, considerando-se ainda que a escolhida aqui foi publicada em um contexto que mobiliza temas de relevância política e social. Visto que a modalização é uma estrutura recorrente em textos argumentativos, deveria ser trabalhada mais sistematicamente, com análise de seus padrões de uso. Este trabalho pode, também, servir como

apoio a alunos da graduação do curso de Letras e a professores de Língua Portuguesa para que esses compreendam e revisem conceitos relacionados à modalização linguística. Acreditamos, portanto, que este trabalho contribui para os avanços dos estudos sobre modalização e para os estudos dos gêneros textuais, uma vez que analisa um gênero ainda pouco estudado.

REFERÊNCIAS

ADELINO, Francisca Janete da Silva; NASCIMENTO, Erivaldo Pereira. O funcionamento semântico-argumentativo da modalização epistêmica quase-asseverativa. **Revista do GELNE**, v. 20, n. 2, p. 98-110, 2018.

ALENCAR, José de. **Cartas de Erasmo**. Rio de Janeiro: ABL, 2009. 428 p.

ARISTÓTELES. **Categorias e Da Interpretação.** Introdução, tradução e notas de Ricardo Santos, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2016.

BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso.** Organização, tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra. São Paulo/SP: Editora 34, 2016.

BASTOS, Lucia Kopschitz Xavier. **Coesão e coerência em narrativas escolares escritas.** Campinas: Editora da Unicamp, 1985.

BAZERMAN, Charles. **Gêneros Textuais, Tipificação e Interação**. Tradução: Judith Chambliss Hoffnagel. 2. ed. Recife: Pipa Comunicação, 2020. 250 p. v. 1. ISBN 978-65-87033-14-3.

BEAUGRANDE, Robert de. **New foundations for a science of text and discourse**: cognition,communication, and freedom of access to knowledge and society. Norwood, New Jersey, Ablex, 1997.

BESSA NEVES, Janete dos Santos. **Estudo semântico-enunciativo da modalidade em artigos de opinião**. 2006. Tese (Doutorado em Letras) – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

BIBLIOTECA BRASILIANA GUITA E JOSÉ MINDLIN. Descrição da obra "Ao Imperador: novas cartas políticas de Erasmo", de José de Alencar. São Paulo: USP, [s.d.]. Disponível em: https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4699. Acesso em: 20 out. 2024.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **O professor pesquisador**: introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola, 2008.

CAP, Piotr; OKULSKA, Urszula. Analyzing genres in political communication: An introduction. *In*: CAP, Piotr; OKULSKA, Urszula. **Analyzing Genres in Political Communication**: Theory and practice. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2013. v. 50, cap. 1.

CAPISTRANO JÚNIOR, Rivaldo. et al. Organização tópica na interação em rede: aspectos textuais, contextuais e de coerência. **Revista (Con)Textos Linguísticos–Linguística Textual e Análise da Conversação**: conceitos e critérios de análise, Vitória, v. 13, n. 25,159-180, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/27886. Acesso em 19 set. 2024.

CARMELINO, Ana Cristina. **Ana Cristina Carmelino**. Entrevistadores: Rivaldo Capistrano Júnior e Vanda Maria da Silva Elias. *In:* CAPISTRANO JÚNIOR, Rivaldo; ELIAS, Vanda Maria da Silva. *O que é e o que faz a Linguística Textual*. Natal: EDUFRN, 2023. p. 52-77.

CARVALHO, José Murilo de. Apresentação. *In*: ALENCAR, José de. **Cartas de Erasmo**. Rio de Janeiro: ABL, 2009. p. VII-XXVIII.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. **Nova Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de; CASTILHO, Célia Maria Moraes de. Advérbios modalizadores. *In*: ILARI, Rodolfo (org.). **Gramática do português falado**. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1992. p. 213-261.

CHILTON, Paul. **Analysing political discourse: Theory and practice**. routledge, 2004.

COELHO, Maria Filomena. Cartas políticas da Dinastia de Avis: a arte de ditar o bem comum (século XV). **Revista Brasileira de História**, v. 36, p. 85-103, 2016.

CONTE, Maria Elisabeth. **La lingüistica testuale**. Milano: Feltrinelli Económica, 1977.

CORBARI, Alcione Tereza. Modalizadores: a negociação em artigo de opinião. **Revista Linguagem em (Dis)curso**, v. 16, n. 1, p. 117-131, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/ld/v16n1/1518-7632-ld-16-01-00117.pdf. Acesso em: 10 jan. 2025.

CORBARI, Alcione Tereza. **Elementos modalizadores como estratégias de negociação em textos opinativos produzidos por alunos de ensino médio**. 2013. 200 f. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

CORBARI, Alcione Tereza. **Um estudo sobre os processos de modalização estabelecidos pelo par "é + adjetivo" em artigos de opinião publicados no jornal *observatório da imprensa***. 2008. 172 f. Dissertação (Mestrado em Linguagem e Sociedade) - Universidade Estadual do Oeste do Parana, Cascavel, 2008.

COSTA, Sérgio Roberto. **Dicionário de Gêneros Textuais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

DASCAL, Marcelo. A relevância do mal-entendido. **Cadernos de Estudos Linguísticos,** Campinas: IEL, n.11, p.199-217, jul./dez. 1986.

DELL' ISOLA, Regina Lúcia Péret. Apresentação. *In*: DELL' ISOLA, Regina Lúcia Péret. **Nos domínios dos Gêneros Textuais**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2009. v. 1, p. 5-7. ISBN 978-85-7758-050-7.

FAGUNDES, Nathália Rohde. **O alvo deôntico em artigos de opinião:** uma análise comparativa entre textos produzidos por alunos de ensino médio e por articulistas. 2022. 64f. Monografia (Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Língua Inglesa e Respectivas Literaturas) – Programa de Graduação em Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, 2022.

FARIAS, Jônatas Coutinho. **Miguel Calmon e a questão da liberdade em suas cartas políticas.** 2017. 24 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História)— Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

FÁVERO, Leonor Lopes. **Coesão e coerência textuais.** São Paulo: Ática, 1991.

FÁVERO, Leonor Lopes; ELIAS, Vanda Maria; JÚNIOR, Rivaldo Capistrano. O Texto Na Linguística Textual: Entrevista À Leonor Lopes Fávero. **PERcursos Linguísticos**, v. 11, n. 29, p. 16-23, 2021.

FÁVERO, Leonor Lopes; KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Linguística Textual**: introdução. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1988.

FBSSAN. **Direito à alimentação em tempos de pandemia**. [*S. l.*], 24 mar. 2020. Disponível em: https://fbssan.org.br/2020/03/entidades-propoem-medidas-para-garantir-o-direito-a-alimentacao-e-combater-a-fome-em-tempos-de-coronavirus/. Acesso em: 19 set. 2024.

FIORIN, José Luiz. Modalização: da língua ao discurso. **ALFA: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 44, 2001. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4204. Acesso em: 10 jan. 2025.

FREITAS, Gabriele Carvalho de. **Nada a temer senão o correr da luta**: a trajetória do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN). 2021. 111 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) - Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

GASPARINI-BASTOS, Sandra Denise.; BRUNELLI, Anna Flora. A coocorrência de elementos modais em obras de autoajuda dirigidas a mulheres. **Revista Estudos Linguísticos**, v. 48, n. 1, p. 262-275, 2019. Disponível em: https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/2280/1489. Acesso em: 10 jun. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

JUNQUEIRA, Lucas de Faria. Uma esquecida obra abolicionista: as Cartas Políticas de Americus. **XXVII Simpósio Nacional de História**, p. 1822-1824, 2013.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Argumentação e Linguagem**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Introdução à Lingüística Textual**: trajetórias e grandes temas. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Lingüística textual: retrospecto e perspectivas. **ALFA: Revista De Linguística**, v. 41, 1997.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **A inter-ação pela linguagem.** São Paulo: Contexto, 1992.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **A coesão textual.** São Paulo: Contexto, 1989.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Dificuldades na leitura/produção de textos: os conectores interfrásticos. *In:* KIRST, Maria; CLEMENTE, Eliana. **Linguística aplicada ao ensino do português.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987. p. 83-98.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **A coerência textual**. São Paulo: Contexto, 1990.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Texto e contexto.** São Paulo: Cortez, 1989.

LIMA, Marcos Francisco Urupá Moraes de. **A neutralidade de rede como princípio do e Direito à Comunicação**. 2022. 169 f., il. Tese (Doutorado em Comunicação) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

LYONS, John. **Semantics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977. v. 2.

MAIOR, Ana Christina Souto. O gênero carta-variedade, uso e estrutura. **Ao pé da letra. UFPE**, v. 3, p. 1-13, 2001.

MALUF, Renato S. Comer em tempos de pandemia e após. **Rio de Janeiro: UFRRJ**, 2020.

MANCIO, Sabrina Dominique Dias. **Na guerra entre cotexto e contexto, uma letra faz a diferença:** as emendas de redação no texto legislativo. 2017. 31f. Monografia (Pós-graduação Lato Sensu em Língua Portuguesa – Revisão de texto: gramática, linguagem e a construção/reconstrução do significado). Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD), Brasília, 2017.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual**: análise de gêneros e compreensão. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. 296 p. ISBN 978-85-88456-74-7.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. *In:* DIONIÍSIO, Ângela Paiva: MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. **Gêneros textuais & ensino**. 4.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p. 19-36.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **A lingüística do texto**: o que é e como se faz. Recife: UFPE, 1983.

MARTINEZ, Vinício Carrilho. **O conceito de carta política na Constituição Federal de 1988:** freios político-jurídicos ao Estado de não-direito. Editora Thoth, 2021.

MORAES, Roque. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 9, n. 2, p. 191-211, jan. 2003.

NASCIMENTO, Erivaldo Pereira. A modalização deôntica e suas peculiaridades semântico-pragmáticas. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 7, n. 1, p. 30-45, jan./jun. 2010.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Texto e Gramática**. São Paulo: Contexto, 2006.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do português**. São Paulo: EDUNESP, 2000.

NEVES, Maria Helena de Moura. A modalidade. *In*: KOCH, Ingedore G. Villaça (org.). **Gramática do português falado VI**: Desenvolvimentos. Campinas: UNICAMP/FAPESP, 1996. p. 163-199.

OLIVEIRA, André Silva. Modalização e argumentação: a sobremodalização, a remodalização e a comodalização nos livros de autoajuda do Papa Francisco. **Domínios de Lingu@ gem**, v. 16, n. 01, p. 93-123, 2022.

OLIVEIRA, Valter Ferreira. **A teoria da proposição no da Interpretação de Aristóteles.** 2013. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFF, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2013.

PARRET, Herman. **Enunciação e pragmática**. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi et al. Campinas: UNICAMP, 1988.

PÊGO, Alison Leal. O manifesto como gênero textual. **Letra Magna**, v. 1, p. 1-42, 2009.

PESSOA, Nadja Paulino. **Modalidade deôntica e discurso midiático:** uma análise baseada no discurso funcional. 2011. 224 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

PESSOA, Nadja Paulino. **Modalidade deôntica e persuasão no discurso publicitário.** 2007. 151 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2007.

PETRONI, Maria Rosa. Construção do objeto discutível: argumentação e interação. **Polifonia**, Cuiabá, v. 10, n. 10, p. 113-133, mar. 2005.

PISMEL, Adriana; TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. O que reivindica a sociedade civil: manifestos públicos em tempos de Covid-19. *In:* **ANAIS do 20° Congresso Brasileiro de Sociologia**. Belém, PA: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2021. p. 1-23. Disponível em: https://hdl.handle.net/20.500.12733/17240. Acesso em: 17 set. 2024.

QUADROS, Talita Lidirene Limanski de; ECKSTEIN, Rafaela Talita; SELLA, Aparecida Feola. Análise do uso de Modalizadores Epistêmicos na produção escrita de aluno de Ensino Médio. **Travessias**, v. 11, n. 2, p. 57-76, 2017.

QUIRK, Randolph *et al*. **A Comprehensive Grammar of the English Language**. Michigan: Longman, 1985.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR (REDE PENSSAN). 2021. **Vigisan National Survey of Food Insecurity in the Context of the Covid-19 Pandemic in Brazil**. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/

RODRIGUES, Rosângela Hammes. **A constituição e o funcionamento do gênero jornalístico artigo**: cronotopo e dialogismo. 2001. Tese (Doutorado em Lingüística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Programa de estudos pós-graduados em lingüística aplicada e estudos da linguagem (LAEL), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

SELLA, Aparecida Feola; ROMAN, Elódia Constantino; BUSSE, Sanimar. Subentendido e preservação da face: do enunciado ao texto. **Temas & Matizes**, v. 3, n. 6, p. 89-93.

SILVIO, Fernanda de França. Quais os impactos da pandemia de COVID-19 na participação política do brasileiro?. 2023. 36 f., il. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Bacharelado em Ciência Política) — Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

SOARES, Kelvin Breno Marques. **A escrita política de José de Alencar:** uma análise crítica das Novas Cartas de Erasmo, 1868. 2021. 22 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) — Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

SUSSMANN, Leila. **Dear FDR: a study of political letter-writing**. Totowa, N.J: The Bedminster Press, 1962.

SUSSMANN, Leila. Mass political letter writing in America: The growth of an institution. **Public Opinion Quarterly**, p. 203-212, 1959.

VALENTIM, Helena Topa. Quando a reformulação é uma remodalização com efeito de atenuação. **Revista Normas**, v. 7, n. 1, p. 126-134, 2017. Disponível em: https://ojs.uv.es/index.php/normas/article/view/10428/9706. Acesso em: 10 jan. 2025.

VAN DIJK, Teun Adrianus. **Cognição, discurso e interação**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

APÊNDICE A - Texto “Garantir o direito à alimentação e combater a fome em tempos de coronavírus: a vida e a dignidade humana em primeiro lugar!” (FBSSAN, 2020) organizado em quadro com linhas numeradas

		Garantir o direito à alimentação e combater a fome em tempos de coronavírus: a vida e a dignidade humana em primeiro lugar!
par.1	1.	Diante do gravíssimo contexto da pandemia global provocada pelo novo coronavírus, que
	2.	afeta de forma concreta e extremamente drástica a vida, fazemos um apelo para que os
	3.	direitos à saúde e à alimentação da população brasileira sejam respeitados, protegidos e
	4.	garantidos. Fóruns, redes, articulações, movimentos e organizações da sociedade civil
	5.	brasileira, abaixo assinadas, que historicamente têm atuado na defesa do Direito Humano à
	6.	Alimentação Adequada (DHAA), e da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
	7.	(SSAN), apresentam um conjunto de propostas de combate à fome a serem
	8.	implementadas, em caráter urgente e emergencial, pelos governos nas esferas federal,
	9.	estadual e municipal. **É fundamental** que essas medidas sejam tomadas em parceria com os
	10.	conselhos de participação social, especialmente os conselhos de Segurança Alimentar e
	11.	Nutricional (SAN), de Assistência Social, Saúde e de Alimentação Escolar.
par.2	12.	Em sua primeira estimativa, já no contexto de eclosão desta pandemia, a Organização
	13.	Internacional do Trabalho (OIT) estimou previu que até 25 milhões de pessoas poderão
	14.	perder seus empregos no mundo, fora as que hoje já estão desempregadas e causar uma perda
	15.	de renda entre US$ 860 bilhões e US$ 3,4 trilhões. Esses números poderão crescer ainda mais
	16.	acentuadamente, se forem confirmadas medidas tomadas em alguns países que não zelam
	17.	pela proteção do emprego e de direitos dos trabalhadores. Estima-se que, no Brasil, de 8,8
	18.	milhões a 35 milhões de pessoas irão cruzar a linha da pobreza, mesmo que mantenham seus
	19.	trabalhos. Essa é uma perspectiva especialmente preocupante no Brasil, em que, segundo o
	20.	IBGE, 41,1% da força de trabalho está na informalidade.
par.3	21.	A pandemia do novo coronavírus chega ao Brasil em um momento de estagnação econômica,
	22.	desmonte dos sistemas de saúde e proteção social, paralisação de praticamente todos os
	23.	programas de SAN, aumento acelerado da pobreza e, especialmente, da extrema pobreza, e o
	24.	aumento expressivo da população em situação de rua. Dados de 2018, já mostravam que
	25.	pessoas em extrema pobreza somavam um total de 13,5 milhões de pessoas, em uma escala
	26.	ascendente que se iniciou em 2015. Como fome e pobreza são fenômenos correlatos, isto
	27.	adotadas pelo Estado brasileiro. Após o golpe jurídico-parlamentar de 2016 foram intensificadas
	28.	contribui ainda mais para que o Brasil se encontre em uma situação de profunda
	29.	vulnerabilidade diante da pandemia.
par.4	30.	O aumento da pobreza e a piora dos indicadores sociais estão associados às medidas

neoliberais adotadas pelo Estado brasileiro. Após o golpe jurídico-parlamentar de 2016 foram intensificadas medidas de austeridade, que passaram a ser previstas na Constituição Federal com a Emenda Constitucional nº 95 (EC 95), o que resultou, por exemplo, na retirada de mais de R$ 30 bilhões do Sistema Único de Saúde (SUS). Além disso, as reformas trabalhista e previdenciária retiraram a proteção social de milhares de trabalhadores/as. O acelerado enfraquecimento do estado, da privatização de bens e direitos e de desmonte das políticas sociais no Brasil afetaram diretamente os Sistemas de Saúde (SUS), de Assistência Social (SUAS) e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).

par.5 Dados do Conselho Nacional de Saúde (CNS) indicam que a aplicação de recursos federais está abaixo da exigência do piso de 15% previsto na Constituição Federal. O resultado do subfinanciamento do SUS, que já era grave, toma proporções catastróficas com a chegada e rápida expansão da Covid-19. O Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (CONGEMAS) avalia que os novos critérios e regras estabelecidos pelo Ministério da Cidadania em 2019 resultaram na demissão de trabalhadores e fechamento de equipamentos públicos. Além disso, os governadores/as da região Nordeste têm denunciado a alocação discriminatória de recursos públicos nesta área, o que tem prejudicado os municípios da região. Tal fato evidencia o descumprimento de princípios constitucionais, sobretudo, a obrigação do Estado de eliminar as desigualdades e não criar distinção entre cidadãos, o que levou 7 governos da Região Nordeste a encaminharem a questão para julgamento do STF.

par.6 Pouco antes da eclosão da Covid-19 já se denunciava a existência de uma fila de espera de 1 (hum) milhão de famílias com perfil de atendimento do Programa Bolsa Família (PBF). Acrescente-se a isso a exclusão, nos últimos 3 anos, de cerca de 500 mil com perfil de alta vulnerabilidade. O orçamento do programa foi reduzido de R$ 32,5 bilhões, em 2019, para R$ 30 bilhões, em 2020, sendo ainda o valor real médio repassado no ano passado 7% inferior ao que foi pago em 2014.

par.7 O SISAN também sofre acelerado desmantelamento, aprofundado com a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e a drástica redução e até mesmo extinção de programas. Em 2014, a Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN/MDS) geria um orçamento (LOA) de R$ 2,5 bilhões, tendo passado a dispor de apenas R$ 447 milhões em 2019. As políticas voltadas para a agricultura familiar, assentamentos rurais, povos indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais seguem no mesmo caminho.

par.8 A pandemia do coronavírus joga luz sobre as desigualdades sociais, étnico-raciais e de gênero e as condições precárias de vida a que estão submetidas parcelas imensas da população brasileira - em especial a população negra, mulheres, crianças e idosos, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, trabalhadores/as informais, pessoa com deficiência - e escancara seu potencial catastrófico junto a estes grupos.

par.9 Ao desvelar essa situação, a pandemia revela também, a urgência de saídas que coloquem a vida e a dignidade humana no centro das decisões e políticas públicas, enquanto uma

abordagem de direitos humanos. No caso do DHAA, significa garantir que todas as pessoas, com prioridade àquelas que encontram-se com maior dificuldade de garantir esse direito a si e a sua família, tenham acesso físico ou econômico a alimentos adequados e saudáveis. Esses alimentos **precisam** estar disponíveis, de forma estável e permanente, até que essas pessoas sejam capazes de os assegurar por si mesmas (o que envolve o fortalecimento de políticas estruturantes). A dignidade humana é um imperativo ético que se torna ainda mais evidente em momentos de extrema fragilidade, como o que vivenciamos, e talvez seja nesses momentos que temos a oportunidade de fazê-lo valer de forma permanente e de rever princípios e valores que têm caracterizado a sociedade brasileira como uma das mais desiguais do mundo.

par.10 **É ainda fundamental** ressaltar que nesse contexto em que são necessárias medidas drásticas para conter a circulação de pessoas, uma carga ainda maior de trabalho doméstico e de cuidado com as crianças, idosos e doentes recai sobre as mulheres, principalmente as mulheres negras. Esse quadro é ainda mais preocupante se considerarmos que parte considerável dessas mulheres estão excluídas do mercado de trabalho. A população negra e afrobrasileira e os/as que vivem em regiões favelizadas e periféricas sentirão de forma ainda mais grave os impactos da pandemia, em sua drástica combinação com o aumento da fome.

par.11 Para além das recomendações aqui apresentadas, cabe atentar para aquelas contidas no Marco de Ação para Segurança Alimentar e Nutricional em crises prolongadas do Comitê de Segurança Alimentar e Nutricional, no âmbito da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO/ONU), e para o documento da ONU Mulheres que chama a atenção para a adoção de respostas que considerem as necessidades de mulheres e meninas.

par.12 Manifestamos, desde já, nosso desacordo com o anúncio de "soluções emergenciais", como a distribuição em massa de produtos formulados industrializados, que atendem mais aos interesses das corporações do que aos requisitos de uma alimentação adequada e saudável.

par.13 Propomos de imediato as seguintes ações, que **devem** estar de acordo com as recomendações dos órgãos de vigilância sanitária e adaptadas à realidade de cada local:

tóp.1 1) Revogação imediata da EC 95, que congelou gastos sociais por 20 anos. Para isso **é fundamental** e aceleração do julgamento da inconstitucionalidade dessa Emenda pelo Supremo Tribunal Federal (STF), autorizando o aumento dos investimentos na saúde em todas as esferas.

tóp.2 2) Recomposição imediata do financiamento de saúde, com base nos mínimos constitucionais definidos antes da EC 95, e garantia de orçamento público adequado para as ações de assistência social e SAN, por meio de créditos suplementares, realocação de recursos ou adoção de créditos extraordinários em 2020 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2021, nos termos do artigo 198 da Constituição Federal.

tóp.3 3) Criação de Comitês Estaduais e Municipais de Emergência para o Combate à Fome, formados pelas instâncias que tratam da SAN, como os conselhos (Conseas) e câmaras intersetoriais governamentais (Caisans), Instituições de Ensino Superior (IES), em diálogo com as instâncias dos sistemas de saúde e de assistência social e

sociedade civil, para monitorar e propor soluções articuladas e intersetoriais, com foco nos grupos mais vulneráveis à fome.

tóp.4 4) Interrupção de todos os despejos e reintegrações de posse, coletivos e individuais, em áreas rurais e terrenos urbanos (inclusive os que acontecem por falta de aluguel), que atentam contra o direito à terra e ao território dos (as) agricultores (as) familiares, comunidades quilombolas, povos e comunidades tradicionais e população urbana. **É preciso** assegurar o direito à terra e à moradia, e também abrigo e alimentação adequada para a população em situação de rua.

tóp.5 5) Adequação das estratégias de continuidade do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

O PNAE cumpre papel estratégico na garantia do acesso à alimentação de mais de 40 milhões de estudantes da rede pública de educação básica. **É imprescindível** que esse direito continue sendo assegurado, mesmo com a suspensão das aulas. Alguns estados e municípios já adotaram medidas que reduzem o risco de disseminação do vírus e garantem que os alimentos adquiridos cheguem às famílias. Seguem recomendações:

subtóp.1 ● Entrega, semanal ou quinzenal, de cestas básicas para as famílias dos escolares, incluindo, sempre que possível, alimentos frescos. A entrega **deve** ser feita a partir da definição prévia de calendário de entregas, e a partir de estratégias eficazes para evitar aglomeração;

subtóp.2 ● Os alimentos que compõem as cestas **devem** ser prioritariamente produzidos pela agricultura familiar. Dessa forma, as famílias ficarão melhor alimentadas e as famílias agricultoras terão assegurado o escoamento de sua produção e a geração de renda. Esta medida é fundamental para reduzir prováveis prejuízos financeiros de agricultoras e agricultores familiares (formais e informais) do PNAE, evitando, ainda, um enorme desperdício de alimentos;

subtóp.3 ● Em determinados contextos, **deve-se** considerar a transferência direta de parte dos recursos financeiros destinados ao PNAE para as famílias dos escolares matriculados na rede pública de educação básica;

subtóp.4 ● As coordenações estaduais e municipais do PNAE **devem** atuar de forma coordenada com as secretarias de assistência social, saúde e agricultura. Também **é fundamental** que se atue em estreito diálogo e parceria com os Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs) e Conseas, de maneira que as soluções sejam coordenadas e baseadas na realidade local;

subtóp.5 ● O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) **deve** manter, neste período de quarentena, a transferência de recursos aos estados e municípios, autorizando sua destinação para a compra de cestas básicas e/ou transferência direta de renda. **Deve** considerar, ainda, em caráter emergencial, a ampliação da transferência de recursos aos estados e municípios, considerando a possibilidade de ampliação da aquisição de alimentos e gastos logísticos.

tóp.6 6) Expansão de programas de transferência de renda e seguridade social

Políticas de proteção social como o Programa Bolsa Família (PBF) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) **devem** ser percebidas como estratégicas no enfrentamento emergencial desta crise, pela capacidade que tem de fazer chegar renda, de forma ágil, às famílias mais vulneráveis à fome. Ampliar a renda das famílias mais pobres para que possam suprir suas necessidades básicas e dinamizar a circulação de renda nos bolsões mais pobres do país, a partir dos instrumentos de gestão eficientes como o CadÚnico, é uma das mais eficientes formas de assegurar o DHAA, ainda mais considerando a vigência de quarentena nacional. Sugere-se a adoção das seguintes medidas:

subtóp.1 ● Interromper imediatamente o cronograma de bloqueio de pagamentos e de suspensão de benefícios planejados pelo Ministério da Cidadania para o PBF e o BPC;

subtóp.2 ● Liberar imediatamente todos os benefícios que foram bloqueados nos últimos três anos. Grande parte das famílias foi excluída pelo não cumprimento das "condicionalidades", ou pela incapacidade de cumprir com a burocracia de atualização do cadastro, sendo justamente famílias que mais dificuldade encontram para acessar as políticas de proteção social;

subtóp.3 ● Incluir imediatamente no PBF 1,2 milhão de famílias que se encontram na fila de espera do Cadastro Único;

subtóp.4 ● Ampliar o valor do PBF, considerando a insuficiência do valor médio concedido (R$ 191,86), para um mínimo de R$ 500,00 próximo ao valor médio da cesta básica calculado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos (DIEESE).

subtóp.5 ● Considerar a proposta de implementação imediata de uma Política de Renda Básica de emergência durante a pandemia do coronavírus. Para tanto **é imperativo** considerar os recursos dos Fundos Estaduais de Combate à Pobreza como define a Constituição Federal no artigo 82, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

subtóp.6 ● Isenção do pagamento de contas de luz, gás e água durante os meses de quarentena, bem como a proibição de cortes por falta de pagamento para a população em situação de pobreza e extrema pobreza.

tóp.7 7) Continuidade, ampliação e adequação da distribuição de alimentos pelos Equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional e Cestas

Existiam, em 2018 no Brasil, 152 restaurantes populares, 107 bancos de alimentos, 139 cozinhas comunitárias e 642 unidades de distribuição da agricultura familiar. Apesar do desmonte, muitos destes equipamentos continuam ativos, sendo estratégicos para assegurar a entrega de alimentos saudáveis à população de rua, idosos em situação de pobreza, e trabalhadores informais. É importante que a distribuição de alimentos seja mantida, com todas as adaptações e cuidados necessários para reduzir o risco de disseminação do vírus. Seguem recomendações:

subtóp.1 ● Substituir imediatamente a distribuição das refeições no ambiente interno dos restaurantes e cozinhas, pela entrega de quentinhas com embalagens e talheres

descartáveis, adotando: i) estratégias eficazes para evitar aglomeração; ii) orientações para o não deslocamento de idosos; iii) cardápio nutricionalmente reforçado, com vegetais cozidos e frutas inteiras.

subtóp.2 ● Buscar colaboração com cozinhas industriais do Sistema S, empresas e restaurantes privados, para o preparo das refeições a serem entregues nos equipamentos públicos;

subtóp.3 ● Manter o recebimento e distribuição de alimentos pelos Bancos de Alimentos, priorizando as organizações de assistência social que atendem os grupos de risco e as de longa permanência. Os bancos de alimentos podem ainda exercer o papel de apoiar as diferentes redes locais de solidariedade, pois possuem estrutura e experiência para conectar doadores e instituições;

subtóp.4 ● Assegurar a entrega de cestas de alimentos aos povos indígenas, quilombolas e famílias assentadas, na contramão da drástica redução que vem sendo feita nos últimos anos pelo governo federal.

tóp.8 8) Adoção de medidas para a garantia do abastecimento alimentar

Ao contrário da narrativa de tranquilidade difundida pelo Ministério da Agricultura, o balanço produzido pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e analistas do setor agropecuário apontam para um quadro, no mínimo, de incertezas em face dos baixos estoques. O real desvalorizado tem favorecido as exportações, a concentração da produção nacional na soja, e a estagnação da produção de arroz e feijão. A elevação dos preços do arroz em casca em 2019 e a não recomposição de estoques de arroz, feijão e milho pela Conab comprovam o quadro descrito. O cenário de incertezas se estende também às carnes, de modo que o mercado interno de alimentos básicos deverá se manter com preços elevados. **É preciso** uma ação integrada, coordenando os setores envolvidos na esfera federal, em diálogo com estados e municípios responsáveis por parte significativa das ações de abastecimento alimentar. A agricultura familiar e os circuitos locais de abastecimento são vitais e **precisam** ser apoiados e protegidos pelos governos em todos os níveis. Algumas recomendações:

subtóp.1 ● Instituir, imediatamente, o monitoramento nacional e regionalizado dos fluxos e preços dos alimentos integrantes da cesta básica por intermédio do sistema CONAB/CEASAS, visando controlar a especulação em preços e atuar em face de episódios de desabastecimento, contando com o apoio do Dieese para isto;

subtóp.2 ● Promover a imediata recomposição dos preços mínimos e assegurar recursos para promover as aquisições pela Conab de alimentos básicos, em especial arroz, feijão, milho, leite e farinha de mandioca;

subtóp.3 ● Retomar imediatamente o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da Agricultura Familiar por intermédio da CONAB e também dos estados e municípios, privilegiando a modalidade Compra com Doação de alimentos, operacionalizada por meio das organizações sociais, associada à distribuição de cestas básicas a famílias carentes e em situação de vulnerabilidade;

subtóp.4 ● Fortalecer circuitos curtos e de proximidade de comercialização de alimentos adequados e saudáveis, articulados com a promoção de equipamentos de varejo

(pequeno comércio, feiras etc.) que garantam o acesso a esses alimentos pelas famílias mais vulneráveis, especialmente em periferias e favelas;

subtóp.5 ● Em locais onde ainda não foi decretada a quarentena total, manter o funcionamento das feiras livres que comercializam alimentos, em especial as feiras orgânicas e agroecológicas, em coordenação com as equipes de saúde, de forma a minimizar o risco de contágio (orientando feirantes e população, ajustando a disposição das barracas, fluxo de pessoas, horário de funcionamento, disponibilizando material de higiene, entre outros). A produção e o abastecimento de alimentos frescos e variados são serviços essenciais.

subtóp.6 ● Estimular e apoiar a logística e distribuição das iniciativas de agricultores/as e grupos de consumidores visando a compra direta da produção da agricultura familiar e das redes de comercialização agroecológicas, para que as operações de comercialização nas cidades ocorram através de venda direta de cestas aos consumidores,de modo a mitigar os riscos de contágio, e que possam ser também adquiridas pelos governos para a distribuição de cestas;

subtóp.7 ● Assegurar a proteção sanitária e social das/os trabalhadoras/es em todas as atividades do sistema alimentar de quem dependemos para assegurar o abastecimento de alimentos, instando empregadores na agricultura, indústria e comércio a adotar medidas concretas nessa direção, e orientando trabalhadoras/es formais e informais sobre procedimentos requeridos com fornecimento de material de higiene e uso correto desses materiais.

subtóp.8 ● Desenvolver esforço conjunto com as administrações municipais para uma gestão de equipamentos públicos de abastecimento (varejões, sacolões, mercados municipais, feiras) que atenda os esforços na direção aqui apontada, para além de suas finalidades mercantis específicas, e com os devidos cuidados para reduzir o risco de contaminação.

tóp.9 9) Garantia de políticas de emergência para a agricultura familiar e pescadores/as artesanais

A agricultura familiar e a pesca artesanal são fundamentais para a garantia do abastecimento de Comida de Verdade à população brasileira, para além da geração de renda e produção para a subsistência, **precisam** portanto ser fortalecidas neste momento. Seguem recomendações, em consonância com o que vem propondo movimentos sociais do campo, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e o Movimento Sem Terra (MST):

subtóp.1 ● Em relação ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf): i) Prorrogar o vencimento do custeio da agricultura familiar até 31/12/2020, e do investimento para seis meses após o vencimento; ii) suspender a inscrição dos débitos oriundos dos financiamentos da agricultura familiar na Dívida Ativa da União até 31 de dezembro de 2020; iii) criar linha de crédito emergencial para

agricultores(as) familiares, com taxa de juros subsidiada;

subtóp.2 ● Criar Fundo Público de Equalização de Inadimplência nos casos de dívidas contraídas pela agricultura familiar, devido à grave estiagem que assola o Rio Grande do Sul, entre outros estados que se encontram na mesma situação, como um tipo de "bolsa estiagem";

subtóp.3 ● Liberar pagamento do Garantia-Safra a todos os(as) agricultores(as) familiares que aderiram ao programa dos municípios em estado de emergência;

subtóp.4 ● Assegurar equipes de Atenção Básica de Saúde nos assentamentos da reforma agrária, comunidades rurais e de povos e comunidades tradicionais, para orientar como prevenir a contaminação por coronavírus;

subtóp.5 ● Determinar período de defeso para os meses de março, abril e junho, com pagamento do seguro desemprego ao pescador e pescadora artesanal, que tem na pesca seu principal meio de vida;

subtóp.6 ● Reformular a consulta do Ministério da Agricultura sobre Política Nacional de Recursos Genéticos da Agrobiodiversidade (Portaria nº 1, de 6 de janeiro de 2020), para que seja participativa, democrática, com tempo e mecanismos de submissão hábeis à realidade camponesa brasileira, especialmente nesses tempos de pandemia e que esta política esteja alinhada e harmonizada com a reconstrução e garantia orçamentária para a implementação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica e para a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

tóp.10 10) Retomada imediata do Programa de Cisternas no Semiárido. Interrompido de forma abrupta a partir de 2017, o programa já proveu o acesso à água potável para cerca 1,3 milhões de famílias; água para produção para cerca de 200 mil famílias e água para centenas de escolas. Sua retomada é vital para se universalizar as cisternas de consumo entre as famílias do semiárido, garantindo-lhes um direito básico de acesso à água para consumo humano. Faltam 350.000. De igual modo, **é urgente** a universalização das cisternas nas escolas e uma ampliação significativa das cisternas de produção, garantindo às famílias a possibilidade de produzir alimentos saudáveis para si e as comunidades e municípios. Faltam mais de 800 mil destes implementos.

tóp.11 11) Garantia de políticas de proteção e defesa do direito à alimentação e à saúde de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, população negra e Afrobrasileira

Manifestamos nosso veemente repúdio à posição intransigente do atual governo no ataque aos direitos dos povos originários deste país, e ao racismo institucional e intolerância religiosa enfrentada por povos e comunidades tradicionais de matriz africana. O impacto da disseminação do vírus pode ser devastador para esses povos com um modo de vida comunitária que facilita a rápida propagação em seus territórios em caso de contaminação. Endossamos a proposta da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) que reivindica um plano emergencial. Recomendações:

subtóp.1 ● Coibir a presença de invasores nos territórios indígenas, como grileiros, posseiros,

garimpeiros, madeireiros e outros tantos que praticam atividades ilícitas nesses territórios;

subtóp.2 ● Suspender quaisquer tentativas de despejo em retomadas dos territórios de ocupação tradicional voltadas a garantir o seu direito originário, de posse e usufruto exclusivo;

subtóp.3 ● Fortalecer, com dotação orçamentária adicional, o subsistema de saúde indígena - Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) e as Casas de Saúde Indígena (CASAIs);

subtóp.4 ● Revogar imediatamente a Portaria Funai n.º 419/PRES/2020, que retira da Coordenação Geral de Índios Isolados a responsabilidade de proteger esses povos, repassando-a às coordenações regionais do órgão indigenista, mesmo sabendo que estas não reúnem quadro qualificado e condições estruturais para tal missão específica. Esta Portaria constitui um ato de irresponsabilidade, uma vez que traz mais risco à integridade dos povos isolados e de recente contato.

subtóp.5 ● Recorrer aos equipamentos públicos (escolas, universidades, centros da assistência social, centros comunitários etc.), e aos territórios tradicionais de matriz africana, para promover a distribuição local direta de alimentos saudáveis e kits de higiene à população (inclusive de higiene feminina), especialmente nas periferias e favelas e aos alunos cotistas.

Concluindo

par.14 Ao finalizar a redação deste documento nos surpreendemos com a Medida Provisória Nº 927, que autoriza a suspensão de contratos de trabalho até quatro meses, e ainda permite às empresas adiar o pagamento do FGTS por três meses. A medida fere a lei trabalhista e a constituição. Uma MP da Fome, que sobrepõe a lógica do capital sobre a lógica da vida! Conclamamos o Congresso Nacional a recusar esta medida!

par.15 A pandemia do coronavírus mais uma vez evidencia os vínculos entre a saúde humana e a natureza, e nos conclama a repensar as bases do nosso sistema alimentar. Novamente, nos deparamos com diversas externalidades negativas de uma agricultura industrial que concentra a riqueza, degrada, contamina, propicia a disseminação de doenças, desumaniza com a violação dos direitos à terra e ao território dos agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais que respeitam a natureza e produzem nossos alimentos. Somos chamados a defender outros paradigmas de produção sustentável e mais biodiversa como propõe a agroecologia. Somos convocados a nos manifestarmos sobre os efeitos dos padrões de consumo baseados na artificialização dos produtos alimentares que adoecem a população, e a defender uma alimentação saudável como orienta o Guia Alimentar para a População Brasileira.

par.16 A pandemia escancara os impactos do desmonte das políticas e as arbitrariedades do projeto autoritário e ultra neoliberal, e sua incapacidade de assegurar direitos e responder a um momento de tamanha gravidade como o que estamos vivendo. Na contramão, ganha força no Brasil, e em vários países do mundo, a urgência da adoção de um programa de renda básica, enquanto alicerce da rede de proteção social. Por isso, nos somamos a campanha articulada

	350	pela Rede Brasileira de Renda Básica.
par.17	351	Os fóruns, redes, articulações, movimentos e organizações da sociedade civil brasileira que
	352	propuseram este documento são também aqueles que fazem parte do movimento que resiste à
	353	extinção do Consea, e apoiam a realização da I Conferência Nacional Popular por Direitos,
	354	Democracia, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.
par.18	355	As medidas aqui apresentadas são de redução de danos e de algum grau de proteção a aqueles
	356	(as) que vêm suportando injustiças históricas desde a chegada do colonialismo em nosso país.
	357	Continuamos atentos, refletindo e atuando, pois essa emergência deixará graves
	358	consequências e ninguém mais poderá fechar os olhos frente a essa realidade. Os danos serão
	359	maiores ou menores dependendo da vontade política e capacidade de resposta dos
	360	governantes e de cada um de nós.

Fonte: FBSSAN (2020).

ANEXO A – Texto “Garantir o direito à alimentação e combater a fome em tempos de coronavírus: a vida e a dignidade humana em primeiro lugar!” (FBSSAN, 2020)

Garantir o direito à alimentação e combater a fome em tempos de coronavírus: a vida e a dignidade humana em primeiro lugar!

Diante do gravíssimo contexto da pandemia global provocada pelo novo coronavírus, que afeta de forma concreta e extremamente drástica a vida, fazemos um apelo para que os direitos à saúde e à alimentação da população brasileira sejam respeitados, protegidos e garantidos. Fóruns, redes, articulações, movimentos e organizações da sociedade civil brasileira, abaixo assinadas, que historicamente têm atuado na defesa do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), e da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN), **apresentam um conjunto de propostas de combate à fome a serem implementadas, em caráter urgente e emergencial, pelos governos nas esferas federal, estadual e municipal.** É fundamental que essas medidas sejam tomadas em parceria com os conselhos de participação social, especialmente os conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), de Assistência Social, Saúde e de Alimentação Escolar.

Em sua primeira estimativa, já no contexto de eclosão desta pandemia, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) estimou previu que até 25 milhões de pessoas poderão perder seus empregos no mundo, fora as que hoje já estão desempregadas e causar uma perda de renda entre US$ 860 bilhões e US$ 3,4 trilhões. Esses números poderão crescer ainda mais acentuadamente, se forem confirmadas medidas tomadas em alguns países que não zelam pela proteção do emprego e de direitos dos trabalhadores. Estima-se que, no Brasil, de 8,8 milhões a 35 milhões de pessoas irão cruzar a linha da pobreza, mesmo que mantenham seus trabalhos. Essa é uma perspectiva especialmente preocupante no Brasil, em que, segundo o IBGE, 41,1% da força de trabalho está na informalidade.

A pandemia do novo coronavírus chega ao Brasil em um momento de estagnação econômica, desmonte dos sistemas de saúde e proteção social, paralisação de praticamente todos os programas de SAN, aumento acelerado da pobreza e, especialmente, da extrema pobreza, e o aumento expressivo da população em situação de rua. Dados de 2018, já mostravam que pessoas em extrema pobreza somavam um total de 13,5 milhões de pessoas, em uma escala ascendente que se iniciou em 2015. Como fome e pobreza são fenômenos correlatos, isto contribui ainda mais para que o Brasil se encontre em uma situação de profunda vulnerabilidade diante da pandemia.

O aumento da pobreza e a piora dos indicadores sociais estão associados às medidas neoliberais adotadas pelo Estado brasileiro. Após o golpe jurídico-parlamentar de 2016 foram intensificadas medidas de austeridade, que passaram a ser previstas na Constituição Federal com a Emenda Constitucional nº 95 (EC 95), o que resultou, por exemplo, na retirada de mais de R$ 30 bilhões do Sistema Único de Saúde (SUS). Além disso, as reformas trabalhista e previdenciária retiraram a proteção social de milhares de trabalhadores/as. O acelerado enfraquecimento do estado, da privatização de bens e direitos e de desmonte das políticas sociais no Brasil afetaram diretamente os Sistemas de Saúde (SUS), de Assistência Social (SUAS) e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).

Dados do Conselho Nacional de Saúde (CNS) indicam que a aplicação de recursos federais está abaixo da exigência do piso de 15% previsto na Constituição Federal. O resultado do subfinanciamento do SUS, que já era grave, toma proporções catastróficas com a chegada e rápida expansão da Covid-19. O Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (CONGEMAS) avalia que os novos critérios e regras estabelecidos pelo Ministério da Cidadania em 2019 resultaram na demissão de trabalhadores e fechamento de equipamentos públicos. Além disso, os governadores/as da região Nordeste têm denunciado a alocação discriminatória de recursos públicos nesta área, o que tem prejudicado os municípios da região. Tal fato evidencia o descumprimento de princípios constitucionais, sobretudo, aobrigação do Estado de eliminar as desigualdades e não criar distinção entre cidadãos, o que levou 7 governos da Região Nordeste a encaminharem a questão para julgamento do STF.

Pouco antes da eclosão da Covid-19 já se denunciava a existência de uma fila de espera de 1 (hum) milhão de famílias com perfil de atendimento do Programa Bolsa Família (PBF). Acrescente-se a isso a exclusão, nos últimos 3 anos, de cerca de 500 mil com perfil de alta vulnerabilidade. O orçamento do programa foi reduzido de R$ 32,5 bilhões, em 2019, para

R$ 30 bilhões, em 2020, sendo ainda o valor real médio repassado no ano passado 7%inferior ao que foi pago em 2014.

O SISAN também sofre acelerado desmantelamento, aprofundado com a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e a drástica redução e até mesmo extinção de programas. Em 2014, a Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN/MDS) geria um orçamento (LOA) de R$ 2,5 bilhões, tendo passado a dispor de apenas R$ 447 milhões em 2019. As políticas voltadas para a agricultura familiar, assentamentos rurais, povos indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais seguem no mesmo caminho.

A pandemia do coronavírus joga luz sobre as desigualdades sociais, étnico-raciais e de gênero e as condições precárias de vida a que estão submetidas parcelas imensas da população brasileira - em especial a população negra, mulheres, crianças e idosos, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, trabalhadores/as informais - e escancara seu potencial catastrófico junto a estes grupos.

Ao desvelar essa situação, a pandemia revela também, a urgência de saídas que coloquem a vida e a dignidade humana no centro das decisões e políticas públicas, enquanto uma abordagem de direitos humanos. No caso do DHAA, significa garantir que todas as pessoas, com prioridade àquelas que encontram-se com maior dificuldade de garantir esse direito a si e a sua família, tenham acesso físico ou econômico a alimentos adequados e saudáveis. Esses alimentos precisam estar disponíveis, de forma estável e permanente, até que essas pessoas sejam capazes de os assegurar por si mesmas (o que envolve o fortalecimento de políticas estruturantes). A dignidade humana é um imperativo ético que se torna ainda mais evidente em momentos de extrema fragilidade, como o que vivenciamos, e talvez seja nesses momentos que temos a oportunidade de fazê-lo valer de forma permanente e de rever princípios e valores que têm caracterizado a sociedade brasileira como uma das mais desiguais do mundo.

É ainda fundamental ressaltar que nesse contexto em que são necessárias medidas drásticas para conter a circulação de pessoas, uma carga ainda maior de trabalho doméstico e de cuidado com as crianças, idosos e doentes recai sobre as mulheres, principalmente as mulheres negras. Esse quadro é ainda mais preocupante se considerarmos que parte considerável dessas mulheres estão excluídas do mercado de trabalho. A população negra e

afrobrasileira e os/as que vivem em regiões favelizadas e periféricas sentirão de forma ainda mais grave os impactos da pandemia, em sua drástica combinação com o aumento da fome.

Para além das recomendações aqui apresentadas, cabe atentar para aquelas contidas no Marco de Ação para Segurança Alimentar e Nutricional em crises prolongadas do Comitê de Segurança Alimentar e Nutricional, no âmbito da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO/ONU), e para o documento da ONU Mulheres que chama a atenção para a adoção de respostas que considerem as necessidades de mulheres e meninas.

Manifestamos, desde já, nosso desacordo com o anúncio de "soluções emergenciais", como a distribuição em massa de produtos formulados industrializados, que atendem mais aos interesses das corporações do que aos requisitos de uma alimentação adequada e saudável.

Propomos de imediato as seguintes ações, que devem estar de acordo com as recomendações dos órgãos de vigilância sanitária e adaptadas à realidade de cada local:

1) **Revogação imediata da EC 95**, que congelou gastos sociais por 20 anos. Para isso é fundamental e aceleração do julgamento da inconstitucionalidade dessa Emenda pelo Supremo Tribunal Federal (STF), autorizando o aumento dos investimentos na saúde em todas as esferas.
2) **Recomposição imediata do financiamento de saúde**, com base nos mínimos constitucionais definidos antes da EC 95, e garantia de orçamento público adequado para as ações de **assistência social e SAN**, por meio de créditos suplementares, realocação de recursos ou adoção de créditos extraordinários em 2020 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2021, nos termos do artigo 198 da Constituição Federal.
3) **Criação de Comitês Estaduais e Municipais de Emergência para o Combate à Fome**, formados pelas instâncias que tratam da SAN, como os conselhos (Conseas) e câmaras intersetoriais governamentais (Caisans), Instituições de Ensino Superior (IES), em diálogo com as instâncias dos sistemas de saúde e de assistência social e sociedade civil, para monitorar e propor soluções articuladas e intersetoriais, com foco nos grupos mais vulneráveis à fome.
4) **Interrupção de todos os despejos e reintegrações de posse,** coletivos e individuais, em áreas rurais e terrenos urbanos (inclusive os que acontecem por falta de aluguel), que atentam contra o direito à terra e ao território dos (as) agricultores (as) familiares, comunidades quilombolas, povos e comunidades tradicionais e população urbana. É

preciso assegurar o direito à terra e à moradia, e também abrigo e alimentação adequada para a população em situação de rua.

5) **Adequação das estratégias de continuidade do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**

O PNAE cumpre papel estratégico na garantia do acesso à alimentação de mais de 40 milhões de estudantes da rede pública de educação básica. É imprescindível que esse direito continue sendo assegurado, mesmo com a suspensão das aulas. Alguns estados e municípios já adotaram medidas que reduzem o risco de disseminação do vírus e garantem que os alimentosadquiridos cheguem às famílias. Seguem recomendações:

- Entrega, semanal ou quinzenal, de cestas básicas para as famílias dos escolares, incluindo, sempre que possível, alimentos frescos. A entrega deve ser feita a partir da definição prévia de calendário de entregas, e a partir de estratégias eficazes para evitar aglomeração;
- Os alimentos que compõem as cestas devem ser prioritariamente produzidos pela agricultura familiar. Dessa forma, as famílias ficarão melhor alimentadas e as famílias agricultoras terão assegurado o escoamento de sua produção e a geração de renda. Esta medida é fundamental para reduzir prováveis prejuízos financeiros de agricultoras e agricultores familiares (formais e informais) do PNAE, evitando, ainda, um enorme desperdício de alimentos;
- Em determinados contextos, deve-se considerar a transferência direta de parte dos recursos financeiros destinados ao PNAE para as famílias dos escolares matriculados na rede pública de educação básica;
- As coordenações estaduais e municipais do PNAE devem atuar de forma coordenada com as secretarias de assistência social, saúde e agricultura. Também é fundamental que se atue em estreito diálogo e parceria com os Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs) e Conseas, de maneira que as soluções sejam coordenadas e baseadas na realidade local;
- O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) deve manter, neste período de quarentena, a transferência de recursos aos estados e municípios, autorizando sua destinação para a compra de cestas básicas e/ou transferência direta de renda. Deve considerar, ainda, em caráter emergencial, a ampliação da

transferência de recursos aos estados e municípios, considerando a possibilidade de ampliação da aquisição de alimentos e gastos logísticos.

6) **Expansão de programas de transferência de renda e seguridade social**

Políticas de proteção social como o **Programa Bolsa Família (PBF) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC)** devem ser percebidas como estratégicas no enfrentamento emergencial desta crise, pela capacidade que tem de fazer chegar renda, de forma ágil, às famílias mais vulneráveis à fome. Ampliar a renda das famílias mais pobres para que possam suprir suas necessidades básicas e dinamizar a circulação de renda nos bolsões mais pobres do país, a partir dos instrumentos de gestão eficientes como o CadÚnico, é uma das mais eficientes formas de assegurar o DHAA, ainda mais considerando a vigência de quarentena nacional. Sugere-se a adoção das seguintes medidas:

- Interromper imediatamente o cronograma de bloqueio de pagamentos e de suspensão de benefícios planejados pelo Ministério da Cidadania para o PBF e o BPC;
- Liberar imediatamente todos os benefícios que foram bloqueados nos últimos três anos. Grande parte das famílias foi excluída pelo não cumprimento das "condicionalidades", ou pela incapacidade de cumprir com a burocracia deatualização do cadastro, sendo justamente famílias que mais dificuldade encontram para acessar as políticas de proteção social;
- Incluir imediatamente no PBF 1,2 milhão de famílias que se encontram na fila de espera do Cadastro Único;
- Ampliar o valor do PBF, considerando a insuficiência do valor médio concedido (R$ 191,86), para um mínimo de R$ 500,00 próximo ao valor médio da cesta básica calculado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos (DIEESE).
- Considerar a proposta de implementação imediata de uma **Política de Renda Básica de emergência** durante a pandemia do coronavírus. Para tanto é imperativo considerar os recursos dos Fundos Estaduais de Combate à Pobreza como define a Constituição Federal no artigo 82, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;
- Isenção do pagamento de contas de luz, gás e água durante os meses de quarentena, bem como a proibição de cortes por falta de pagamento para a população em situação de pobreza e extrema pobreza.

7) Continuidade, ampliação e adequação da distribuição de alimentos pelos Equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional e Cestas

Existiam, em 2018 no Brasil, 152 restaurantes populares, 107 bancos de alimentos, 139 cozinhas comunitárias e 642 unidades de distribuição da agricultura familiar. Apesar do desmonte, muitos destes equipamentos continuam ativos, sendo estratégicos para assegurar a entrega de alimentos saudáveis à população de rua, idosos em situação de pobreza, e trabalhadores informais. É importante que a distribuição de alimentos seja mantida, com todas as adaptações e cuidados necessários para reduzir o risco de disseminação do vírus. Seguem recomendações:

- Substituir imediatamente a distribuição das refeições no ambiente interno dos restaurantes e cozinhas, pela entrega de quentinhas com embalagens e talheres descartáveis, adotando: i) estratégias eficazes para evitar aglomeração; ii) orientações para o não deslocamento de idosos; iii) cardápio nutricionalmente reforçado, com vegetais cozidos e frutas inteiras.
- Buscar colaboração com cozinhas industriais do Sistema S, empresas e restaurantes privados, para o preparo das refeições a serem entregues nos equipamentos públicos;
- Manter o recebimento e distribuição de alimentos pelos Bancos de Alimentos, priorizando as organizações de assistência social que atendem os grupos de risco e as de longa permanência. Os bancos de alimentos podem ainda exercer o papel de apoiar as diferentes redes locais de solidariedade, pois possuem estrutura e experiência para conectar doadores e instituições;
- Assegurar a entrega de cestas de alimentos aos povos indígenas, quilombolas e famílias assentadas, na contramão da drástica redução que vem sendo feita nos últimos anos pelo governo federal.

8) Adoção de medidas para a garantia do abastecimento alimentar

Ao contrário da narrativa de tranquilidade difundida pelo Ministério da Agricultura, o balanço produzido pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e analistas dosetor agropecuário apontam para um quadro, no mínimo, de incertezas em face dos baixos estoques. O real desvalorizado tem favorecido as exportações, a concentração da produção nacional na soja, e a estagnação da produção de arroz e feijão. A elevação dos preços do arroz

em casca em 2019 e a não recomposição de estoques de arroz, feijão e milho pela Conab comprovam o quadro descrito. O cenário de incertezas se estende também às carnes, de modo que o mercado interno de alimentos básicos deverá se manter com preços elevados. É preciso uma ação integrada, coordenando os setores envolvidos na esfera federal, em diálogo com estados e municípios responsáveis por parte significativa das ações de abastecimento alimentar. A agricultura familiar e os circuitos locais de abastecimento são vitais e precisam ser apoiados e protegidos pelos governos em todos os níveis. Algumas recomendações:

- Instituir, imediatamente, o monitoramento nacional e regionalizado dos fluxos e preços dos alimentos integrantes da cesta básica por intermédio do sistema CONAB/CEASAS, visando controlar a especulação em preços e atuar em face de episódios de desabastecimento, contando com o apoio do Dieese para isto;
- Promover a imediata recomposição dos preços mínimos e assegurar recursos para promover as aquisições pela Conab de alimentos básicos, em especial arroz, feijão, milho, leite e farinha de mandioca;
- Retomar imediatamente o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da Agricultura Familiar por intermédio da CONAB e também dos estados e municípios, privilegiando a modalidade Compra com Doação de alimentos, operacionalizada por meio das organizações sociais, associada à distribuição de cestas básicas a famílias carentes e em situação de vulnerabilidade;
- Fortalecer circuitos curtos e de proximidade de comercialização de alimentos adequados e saudáveis, articulados com a promoção de equipamentos de varejo (pequeno comércio, feiras etc.) que garantam o acesso a esses alimentos pelas famílias mais vulneráveis, especialmente em periferias e favelas;
- Em locais onde ainda não foi decretada a quarentena total, manter o funcionamento das feiras livres que comercializam alimentos, em especial as feiras orgânicas e agroecológicas, em coordenação com as equipes de saúde, de forma a minimizar o risco de contágio (orientando feirantes e população, ajustando a disposição das barracas, fluxo de pessoas, horário de funcionamento, disponibilizando material de higiene, entre outros). A produção e o abastecimento de alimentos frescos e variados são serviços essenciais.
- Estimular e apoiar a logística e distribuição das iniciativas de agricultores/as e grupos de consumidores visando a compra direta da produção da agricultura familiar e das redes de comercialização agroecológicas, para que as operações de comercialização

nas cidades ocorram através de venda direta de cestas aos consumidores,de modo a mitigar os riscos de contágio, e que possam ser também adquiridas pelos governos para a distribuição de cestas;

- Assegurar a proteção sanitária e social das/os trabalhadoras/es em todas as atividades do sistema alimentar de quem dependemos para assegurar o abastecimento de alimentos, instando empregadores na agricultura, indústria e comércio a adotar medidas concretas nessa direção, e orientando trabalhadoras/es formais e informais sobre procedimentos requeridos com fornecimento de material de higiene e uso correto desses materiais.
- Desenvolver esforço conjunto com as administrações municipais para uma gestão de equipamentos públicos de abastecimento (varejões, sacolões, mercados municipais, feiras) que atenda os esforços na direção aqui apontada, para além de suas finalidades mercantis específicas, e com os devidos cuidados para reduzir o risco decontaminação.

9) Garantia de políticas de emergência para a agricultura familiar e pescadores/as artesanais

A agricultura familiar e a pesca artesanal são fundamentais para a garantia do abastecimento de Comida de Verdade à população brasileira, para além da geração de renda e produção para a subsistência, precisam portanto ser fortalecidas neste momento. Seguem recomendações, em consonância com o que vem propondo movimentos sociais do campo, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e o Movimento Sem Terra (MST):

- Em relação ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf): i) Prorrogar o vencimento do custeio da agricultura familiar até 31/12/2020, e do investimento para seis meses após o vencimento; ii) suspender a inscrição dos débitos oriundos dos financiamentos da agricultura familiar na Dívida Ativa da União até 31 de dezembro de 2020; iii) criar linha de crédito emergencial para agricultores(as) familiares, com taxa de juros subsidiada;
- Criar Fundo Público de Equalização de Inadimplência nos casos de dívidas contraídas pela agricultura familiar, devido à grave estiagem que assola o Rio Grande do Sul,

entre outros estados que se encontram na mesma situação, como um tipo de “bolsa estiagem”;

- Liberar pagamento do Garantia-Safra a todos os(as) agricultores(as) familiares que aderiram ao programa dos municípios em estado de emergência;
- Assegurar equipes de Atenção Básica de Saúde nos assentamentos da reforma agrária, comunidades rurais e de povos e comunidades tradicionais, para orientar como prevenir a contaminação por coronavírus;
- Determinar período de defeso para os meses de março, abril e junho, com pagamento do seguro desemprego ao pescador e pescadora artesanal, que tem na pesca seu principal meio de vida;
- Reformular a consulta do Ministério da Agricultura sobre Política Nacional de Recursos Genéticos da Agrobiodiversidade (Portaria nº 1, de 6 de janeiro de 2020), para que seja participativa, democrática, com tempo e mecanismos de submissão hábeis à realidade camponesa brasileira, especialmente nesses tempos de pandemia e que esta política esteja alinhada e harmonizada com a reconstrução e garantia orçamentária para a implementação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica e para a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

10) **Retomada imediata do Programa de Cisternas no Semiárido.** Interrompido de forma abrupta a partir de 2017, o programa já proveu o acesso à água potável para cerca 1,3 milhões de famílias; água para produção para cerca de 200 mil famílias e água para centenas de escolas. Sua retomada é vital para se universalizar as cisternas de consumo entre as famílias do semiárido, garantindo-lhes um direito básico de acesso à água para consumo humano. Faltam 350.000. De igual modo, é urgente a universalização das cisternas nas escolas e uma ampliação significativa das cisternas de produção, garantindo às famílias a possibilidade de produzir alimentos saudáveis para si e as comunidades e municípios. Faltam mais de 800 mil destes implementos.

11) Garantia de políticas de proteção e defesa do direito à alimentação e à saúde de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, população negra e afrobrasileira

Manifestamos nosso veemente repúdio à posição intransigente do atual governo no ataque aos direitos dos povos originários deste país, e ao racismo institucional e intolerância religiosa enfrentada por povos e comunidades tradicionais de matriz africana. O impacto da

disseminação do vírus pode ser devastador para esses povos com um modo de vida comunitária que facilita a rápida propagação em seus territórios em caso de contaminação. Endossamos a proposta da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) que reivindica um plano emergencial. Recomendações:

- Coibir a presença de invasores nos territórios indígenas, como grileiros, posseiros, garimpeiros, madeireiros e outros tantos que praticam atividades ilícitas nesses territórios;
- Suspender quaisquer tentativas de despejo em retomadas dos territórios de ocupação tradicional voltadas a garantir o seu direito originário, de posse e usufruto exclusivo;
- Fortalecer, com dotação orçamentária adicional, o subsistema de saúde indígena - Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) e as Casas de Saúde Indígena (CASAIs);
- Revogar imediatamente a Portaria Funai n.º 419/PRES/2020, que retira da Coordenação Geral de Índios Isolados a responsabilidade de proteger esses povos, repassando-a às coordenações regionais do órgão indigenista, mesmo sabendo que estas não reúnem quadro qualificado e condições estruturais para tal missão específica. Esta Portaria constitui um ato de irresponsabilidade, uma vez que traz maisrisco à integridade dos povos isolados e de recente contato.
- Recorrer aos equipamentos públicos (escolas, universidades, centros da assistência social, centros comunitários etc.), e aos territórios tradicionais de matriz africana, para promover a distribuição local direta de alimentos saudáveis e kits de higiene à população (inclusive de higiene feminina), especialmente nas periferias e favelas e aos alunos cotistas.

Concluindo

Ao finalizar a redação deste documento nos surpreendemos com a Medida Provisória Nº 927, que autoriza a suspensão de contratos de trabalho até quatro meses, e ainda permite às empresas adiar o pagamento do FGTS por três meses. A medida fere a lei trabalhista e a constituição. Uma MP da Fome, que sobrepõe a lógica do capital sobre a lógica da vida! Conclamamos o Congresso Nacional a recusar esta medida!

A pandemia do coronavírus mais uma vez evidencia os vínculos entre a saúde humana e a natureza, e nos conclama a repensar as bases do nosso sistema alimentar. Novamente, nos

deparamos com diversas externalidades negativas de uma agricultura industrial que concentra a riqueza, degrada, contamina, propicia a disseminação de doenças, desumaniza com a violação dos direitos à terra e ao território dos agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais que respeitam a natureza e produzem nossos alimentos. Somos chamados a defender outros paradigmas de produção sustentável e mais biodiversa como propõe a agroecologia. Somos convocados a nos manifestarmos sobre os efeitos dos padrões de consumo baseados na artificialização dos produtos alimentares que adoecem a população, e a defender uma alimentação saudável como orienta o Guia Alimentar para a População Brasileira.

A pandemia escancara os impactos do desmonte das políticas e as arbitrariedades do projeto autoritário e ultra neoliberal, e sua incapacidade de assegurar direitos e responder a um momento de tamanha gravidade como o que estamos vivendo. Na contramão, ganha força no Brasil, e em vários países do mundo, a urgência da adoção de um programa de renda básica, enquanto alicerce da rede de proteção social. Por isso, nos somamos a campanha articulada pela Rede Brasileira de Renda Básica.

Os fóruns, redes, articulações, movimentos e organizações da sociedade civil brasileira que propuseram este documento são também aqueles que fazem parte do movimento que resiste à extinção do Consea, e apoiam a realização da I Conferência Nacional Popular por Direitos, Democracia, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.

As medidas aqui apresentadas são de redução de danos e de algum grau de proteção a aqueles (as) que vêm suportando injustiças históricas desde a chegada do colonialismo em nosso país. Continuamos atentos, refletindo e atuando, pois essa emergência deixará graves consequências e ninguém mais poderá fechar os olhos frente a essa realidade. Os danos serão maiores ou menores dependendo da vontade política e capacidade de resposta dos governantes e de cada um de nós.

Assinam esta carta:

Comissão Organizadora da I Conferência Nacional, Popular, Autônoma: por Direitos, Democracia e Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN)
Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável
Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)
Ação da Cidadania
Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA)
Agentes de Pastoral Negros do Brasil (APN)

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)
Conselho Federal de Nutricionistas (CFN)
Coletivo Indígena
Coletivo de Ex-Presidentes do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas- CONAQ
Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE)
FIAN Brasil
FONSANPOTMA - Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana
Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)
Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)
Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (RBPSSAN)
Rede de Mulheres Negras para Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
Slow Food Brasil

Assinam também, as seguintes organizações:

ABRASCO – Associação Brasileira de Saúde Coletiva
Ação Educativa
ACAOA- Associação dos Cultivadores de Alga da Orla de Aracruz - ES
ActionAid
APAN-Associação de Profissionais do Audiovisual Negro
Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro
Articulação para o Monitoramento dos Direitos Humanos no Brasil
Associação Adimula Afrikambo
Associação Brasileira de Agroecologia (ABA)
Associação Brasileira de Saúde Coletiva - ABRASCO
Associação Grupo Cultural Modjumba Axé
CEDAC - Centro de Ação Comunitária (CEDAC)
Centro Cultural Adimula Afrikambo
Centro de Ciência e Tecnologia para a SSAN e o DHANA - Nordeste, Recife.
Centro de Referência em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (CERESSAN/UFRRJ)
Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata de Minas Gerais (CTA-ZM)
Coletivo de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional/RJ
Coletivo Indígena
Conselho Regional de Nutricionistas - Região 1
Cooperativa Cedro/RJ
Central Única dos Trabalhadores SP (CUT SP)
Federação Nacional de Nutricionistas e Sindicatos filiados
Feira de Base Agroecológica Cultural da UFPI
Forum Catarinense de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
Fórum de Segurança Alimentar e Nutricional do Espírito Santo - FOSAN-ES
Fórum Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável/FESANS/RS
Fórum Estadual de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional do Paraná - FESSAN -PR
Fórum Estadual de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional de Pernambuco
Fórum Maranhense de SAN
Fórum Paulista de Soberania e segurança alimentar e nutricional
Fórum Paulista de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional;
Frente Inter-religiosa Dom Paulo Evaristo Arns por Justiça e Paz
GPSSAN - Grupo de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional/Uninovafapi

Grupo de Estudos de Soberania Alimentar e DHAA - Mestrado de Direitos Humanos em Políticas Públicas - PUCPR
Grupo de Estudos em Segurança Alimentar e Nutricional Prof Pedro Kitoko- GESAN.
Grupo de Pesquisa e Extensão moNGARU: Agroecologia, SSAN –Univ. Federal do Paraná
Grupo Temático de Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva da Abrasco
Ilê Asé Iyalode Oyo
Ilê Axé Omó Nanã
Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE)
Instituto ELIMU Professor Cleber Maciel
Instituto Iacitata
Marcha Mundial das Mulheres
Mucambo Algimar - APN-Ba
Negra Sim Movimento de Mulheres Negras de Santo André
Núcleo de Estudos Avançados em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional Karu porã--
Núcleo de Estudos Avançados em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional- NEA-SSAN (Universidade Federal Fronteira Sul)
Observatório de Pol. de Segurança Alimentar e Nutricional - (Universidade de Brasília)
Observatório de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado de Sergipe (OSANES)
Plataforma Dhesca Brasil
PRQ- Projeto Resgate Quadrangular
RAMA - Rede Amazônia de Cultura Alimentar
Rede AMAZÔNIA Negra
Rede Mulheres Negras Paraná - RMN Paraná
Rede Nacional de Religiões Afro Brasileira e Saúde - RENAFRO SP
RedeSAR do Vicariato Episcopal para a Instituições Sociais da Arquediocesedioce de Natal
Serviço de Assistência Rural e Urbano - SAR
Serviços de Assessoria a Organizações Populares Rurais (SASOP)
Slow Food Amazônia
Sociedade civil do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Espírito Santo
Sociedade civil do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional da Serra
Sociedade civil do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Baixo Guandu
SOF - Sempreviva Organização Feminista
Tear SAN - UFSC
Tenda Josué de Castro
Terra de Direitos
União Brasileira de Mulheres Paraná- UBM Paraná
União Estadual de Apoio à Moradia Popular do Maranhão

Outras entidades que queiram subscrever este documento enviar email para:

fbssan20anos@gmail.com